



UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS – MESTRADO EM LETRAS

Campus I – Prédio B3, sala 106 – Bairro São José – Cep. 99001-970 - Passo Fundo/RS

Fone (54) 3316-8341 – Fax (54) 3316-8330 – E-mail: mestradolettras@upf.br

Flávia Scarioti

REFERENCIAÇÃO: UM ESTUDO DA
ANÁFORA ENCAPSULADORA EM CRÔNICAS

Passo Fundo
2014

Flávia Scarioti

REFERENCIAÇÃO: UM ESTUDO DA
ANÁFORA ENCAPSULADORA EM CRÔNICAS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Passo Fundo, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Letras, sob orientação da Professora Dra. Cláudia Stumpf Toldo Oudeste.

Passo Fundo
2014

AGRADECIMENTOS

A Deus.

Àqueles que sempre me incentivaram a estudar: meus pais.

Às pessoas mais importantes da minha vida: Dorival, Gabriel e Verena.

A todos os professores deste curso, pela aprendizagem durante a realização do mestrado.

A minha orientadora, Professora Cláudia, pelo conhecimento partilhado, pelo comprometimento, pela dedicação e pela compreensão durante a orientação deste trabalho.

A todos os amigos e colegas, pelo apoio e companheirismo.

RESUMO

A pesquisa que apresentamos dedica-se à investigação do fenômeno da referenciação pela anáfora encapsuladora ocorrido em textos classificados como crônicas. A fundamentação teórica que orienta este trabalho está dividida em dois capítulos. O primeiro capítulo trata da história da Linguística Textual, com as diferentes abordagens do texto e dos fatores de textualidade, construído com base nas elaborações de Beaugrande e Dressler (1997), Koch (2009, 2011), Koch e Travaglia (2011), Bentes (2012), Fávero e Koch (2012), Marcuschi (1999, 2008, 2012) e Cavalcante (2010). O segundo capítulo dedica-se à referenciação, ao conceito de anáfora e sua classificação, destacando o caso do encapsulamento e é composto pelos conceitos apresentados por: Marcuschi (2000, 2001, 2008, 2010), Koch (2009, 2011), Cavalcante et al.(2010), Mondada e Dubois (2003), Apothéloz (2003), Koch e Elias (2008), Cavalcante (2003, 2010), Milner (2003), Conte (2003). Assim, procuramos apresentar uma contextualização da Linguística Textual, expondo o percurso teórico iniciado na década de 1960 e projetado, efetivamente, nos estudos linguísticos, na década de 1970, com o surgimento dos conceitos de mecanismos interfrásticos e de referenciação como recurso textual. De forma mais específica, o texto se propõe a um estudo da anáfora, como mecanismo de textualização, apresenta a classificação desse recurso e sua organização, sobretudo a anáfora encapsuladora. Considerando o texto como unidade comunicativa e reconhecendo os gêneros textuais, apresentamos apreciações acerca do gênero textual crônica como forma de comunicação humana. Por fim, procedemos à análise textual em três crônicas de jornal, com base na teoria mencionada anteriormente, tendo como objeto de análise a anáfora encapsuladora. A partir da análise, observamos que os encapsulamentos anafóricos não são apenas escolhas linguísticas, mas também resultado do contexto sociocognitivo de quem escreve. Ainda ressaltamos a importância desse recurso na organização textual e na construção do sentido verificado nas crônicas.

Palavras-chave: Linguística de Texto. Referenciação. Anáfora. Anáfora encapsuladora.

ABSTRACT

The present research is devoted to the investigation of the phenomenon of referentiation by occurred encapsulating anaphora in texts classified as chronic. The theoretical foundation that guides this work is divided into two chapters. The first chapter deals about the history of Textual Linguistics, with different approaches of text and textuality factors, constructed based on elaborations of Beaugrande and Dressler (1997), Koch (2009, 2011), Koch and Travaglia (2011), Bentes (2012), Fávero and Koch (2012), Marcuschi (1999, 2008, 2012) and Cavalcante (2010). The second chapter is dedicated to the referentiation, to the concept of anaphora and its classification, highlighting the case of encapsulation and is composed of the concepts presented by: Marcuschi (2000, 2001, 2008, 2010), Koch (2009, 2011), Cavalcante et al.(2010), Mondada and Dubois (2003), Apothéloz (2003), Koch and Elias (2008), Cavalcante (2003, 2010), Milner (2003), Conte (2003). So, we try to present a contextualization of Textual Linguistics, exposing the theoretical journey started in the 1960s and intended, effectively, in linguistic studies, in the 1970s, with the emergence of the concepts of interfrastics and referentiation mechanisms as textual resource. More specifically, the text proposes a study of anaphora, as textualization mechanism, presents the classification of this resource and its organization, especially the encapsulating anaphora. Considering the text as a communicative unit and recognizing textual genres, we present appraisals about the chronic textual genre as a way of human communication. Finally, we proceed to the textual analysis of three newspaper's chronic, based on the theory mentioned above, having as object of analysis the encapsulating anaphora. From the analysis, we observed that the anaphoric encapsulations are not only linguistic choices, but also the result of socio-cognitive context one the one who writes. We emphasize the importance of this resource in the textual organization and in the construction of meaning found in the chronicles.

Keywords: Text Linguistics. Referentiation. Anaphora. Encapsulating anaphora.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Formas de coesão referencial.	21
Quadro 2 – Esquema das anáforas diretas.	38
Quadro 3 – Esquema das anáforas indiretas.	42
Quadro 4 – Crônica 1: “Mulheres assassinadas”.....	53
Quadro 5 – Referentes e expressões anafóricas encapsuladoras (crônica 1).....	55
Quadro 6 – Crônica 2: “O encarregado Saboia”.....	61
Quadro 7 – Referentes e expressões anafóricas encapsuladoras (crônica 2).....	64
Quadro 8 - Crônica 3: “Vidas editadas”.	73
Quadro 9 – Referentes e expressões anafóricas encapsuladoras (crônica 3).....	75

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	7
2	UM CAMINHO HISTÓRICO DA LINGUÍSTICA TEXTUAL	10
2.1	Linguística textual e seu objeto de estudo	10
2.2	Texto: diferentes abordagens no decorrer da história	16
2.3	Textos e os fatores de textualidade como seus determinantes	18
2.3.1	Coesão: a conexão entre as sequências	20
2.3.2	Coerência: a categoria de organização dos critérios de textualidade	22
2.3.3	Aceitabilidade: a recepção pela interpretação	23
2.3.4	Informatividade: a escolha e a organização das informações	24
2.3.5	Situacionalidade: a mediação entre objetos do mundo e objetos de discurso	25
2.3.6	Intertextualidade: compartilhando o conhecimento através dos textos	26
2.3.7	Intencionalidade: o propósito de quem produz o texto	27
3	DA REFERÊNCIA AO PROCESSO DE REFERENCIAÇÃO	28
3.1	A referência: primeiros estudos do processo	28
3.2	Referenciação: principais fenômenos linguísticos	32
3.2.1	Anáfora como recurso textual	32
3.2.2	Tipos de anáfora: diferentes formas de referenciar	35
3.3	Anáfora encapsuladora: a anáfora deste estudo	43
4	METODOLOGIA E ANÁLISE	49
4.1	O gênero textual: considerações de funcionalidade	50
4.2	O gênero crônica: um olhar particular	52
4.3	Análise 1	53
4.4	Análise 2	61
4.5	Análise 3	72
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	80
	REFERÊNCIAS	84

1 INTRODUÇÃO

A pesquisa que apresentamos é um estudo do processo de referenciação, realizado pela anáfora encapsuladora em crônicas de jornal. Justificamos essa escolha por considerarmos uma investigação importante, visto que apresenta um pressuposto teórico que aprimora a habilidade em questões de compreensão e de interpretação na leitura de texto, no ensino de língua portuguesa nas escolas. Isso porque não podemos analisar organização e construção do objeto de investigação deste trabalho apenas na perspectiva da estrutura, da sintaxe e da semântica, mas, devemos considerá-lo, principalmente, como resultado de um processo interacional em que conhecimentos advindos das relações sociais e culturais formam sua essência. Desse modo, o estudo do texto se torna, evidentemente, fundamentado teoricamente e eficaz no objetivo de perceber seu sentido. Uma segunda justificativa, dedicada à seleção textual, é o fato de a crônica se mostrar um gênero propício como *corpus* de análise da anáfora encapsuladora, pois por meio de referências atreladas à realidade cotidiana, mostra um ponto de vista e conduz o leitor a construir o sentido de acordo com o que pensa o escritor. O interesse nas crônicas está no fato de esse gênero textual ser reconhecidamente narrativo argumentativo e o encapsulamento anafórico se apresentar com um recurso muito importante na sua constituição.

A linha de pesquisa deste trabalho é Leitura e Formação do Leitor do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo (UPF). Para a constituição desta pesquisa, estabelecemos como questões norteadoras: a) referenciação é uma atividade discursiva que acontece na interação verbal, na qual se fazem escolhas de palavras para constituir certos objetos de discurso; b) a categorização acontece com a introdução de novos objetos de discurso ou com base em um referente já existente que é expandido ou modificado e se sustenta através da sua contextualização, ou seja, quando é possível construir seu sentido e quando há, na comunicação, seu compartilhamento entre indivíduos; c) pelo encapsulamento anafórico, estabelece-se um novo referente discursivo com base em informações do cotexto ou do contexto e, nas crônicas de jornal, há a presença da anáfora encapsuladora, o que torna possível construir seu sentido, associando-a ao contexto sociocognitivo.

O nosso objetivo principal é analisar o processo de referenciação, realizado pela anáfora encapsuladora, no gênero textual crônica. Especificamente, nossos objetivos são: a) entender como se estabelece o encapsulamento anafórico, a construção e a reconstrução dos objetos de discurso; b) compreender como acontece a construção de sentido das anáforas

encapsuladoras e c) reconhecer o encapsulamento anafórico como importante recurso para a organização textual.

A fundamentação teórica que orienta este trabalho está em Koch (2009, 2011), Koch e Travaglia (2011) Bentes (2012), Fávero e Koch (2012), Marcuschi (1999, 2008, 2012) e Cavalcante (2010), quando tratamos da História da Linguística Textual, com as diferentes abordagens do texto e em Beaugrande e Dressler (1997) para os fatores de textualidade. Ao enfocarmos a referenciação, o conceito de anáfora e sua classificação, destacando a anáfora encapsuladora, temos como autores principais: Marcuschi (2000, 2001, 2008, 2010), Koch (2009, 2011), Cavalcante et al. (2010), Mondada e Dubois (2003), Apothéloz (2003), Koch e Elias (2008), Cavalcante (2003, 2010), Milner (2003) e Conte (2003). Para embasarmos a metodologia da análise, trazemos Bakhtin (2011), Marcuschi (2002) e Motta-Roth (2005) para escrevermos sobre gênero textual e, ainda, Lima (2001) e Dutra, Coelho e Campos (2012) para destacarmos a crônica.

A pesquisa justifica-se por instigar a nós, professores de Língua Portuguesa, com formação embasada na Linguística Textual a proceder um olhar sob a recepção e a produção do texto pela orientação sociocognitivo-interacionista. Assim, este estudo se torna importante na medida em que apresenta um pressuposto teórico que aprimora a habilidade dos alunos em questões de compreensão, interpretação e produção de texto no ensino da língua portuguesa nas escolas. Dessa forma, apresentamos uma proposta de estudo do texto pela referenciação e, mais especificamente, pelo encapsulamento anafórico com o intuito de ampliar a competência nas interações linguísticas dos alunos, através do domínio mais eficiente da linguagem.

Nesse sentido, apresentamos o texto, nesta pesquisa, pela perspectiva da linguística textual, como um processo sociocognitivista e interacionista e não constituído meramente por escolhas sintáticas e semânticas. Ele está, então, fundamentado nas ações cognitivas, culturais e sociais do indivíduo que o constrói e o reconstrói, segundo seu contexto. Por isso, o texto é um produto da comunicação, resultado da interação, e seu sentido é composto com base nas experiências de quem o produz e de quem o lê, ou no conhecimento compartilhado e linguístico de cada um. O que define a textualidade não é apenas a organização estrutural e, sim, são critérios contextuais que possibilitam enfocá-la pelo viés de fatores extralinguísticos. Desse modo, a referenciação, pela anáfora encapsuladora, apresenta-se, nessa concepção, como um recurso interessante e necessário para a estruturação e a funcionalidade do texto.

Através do procedimento de pesquisa bibliográfica, a pesquisa que se apresenta é exploratória de abordagem qualitativa. A análise será realizada em três crônicas publicadas no *Jornal Zero Hora*, no ano de 2013: “Mulheres assassinadas” de Diana Lichtenstein Corso, “O

encarregado de Saboia” de Fernando Luís Schüller e “Vidas editadas” de Cláudia Laitano. A metodologia consiste em realizar considerações sobre gênero textual e, especificamente, sobre a crônica, gênero escolhido como *corpus* para a pesquisa, mostrando sua funcionalidade, suas características, sua abordagem e seu uso. Em seguida, procedemos a análise, em que serão apresentadas considerações acerca de: a) o que diz o texto; b) seleção das anáforas encapsuladoras resumitivas, pronominais, com valor axiológico, nominalizadoras. c) análise das anáforas encapsuladoras, considerando a teoria que embasa esta pesquisa; e) construção do sentido da anáfora encapsuladora no texto.

O desenvolvimento da presente pesquisa acontece em três capítulos. A primeira parte refere-se à contextualização da História da Linguística Textual, com as diferentes abordagens do texto e os fatores de contextualização. Assim, iniciamos com o percurso da Linguística do Texto a partir dos anos 1960. Nessa fase, os estudiosos preocupam-se em estudar as relações entre as frases, o aspecto estrutural da língua é considerado de forma mais relevante, observando na sentença a relação, a ordem e a conexão de suas partes. Logo a seguir, surgem as gramáticas do texto, cujas tarefas básicas estavam em verificar a constituição, determinar características essenciais e definir as várias espécies dessa organização linguística. Após essa fase, se reconhece a necessidade de avanços, então, o texto passa a ser visto como o instrumento de comunicação humana e, ainda mais adiante, é percebido como resultado de processos mentais e atividades sociais, em que os usuários ativam conhecimentos guardados na memória para elaborar interlocuções. Também nessa primeira parte são abordados os sete fatores de textualidade.

A segunda parte teórica inicia com o estudo da referência à referenciação, o conceito de anáfora e sua classificação como encapsuladora. Nesse capítulo, o nosso propósito é mostrar que o encapsulamento anafórico como recurso de referenciação, devido a sua constituição resumitiva, pronominal e axiológica, contribui na organização estrutural e na produção de sentido do texto.

No último capítulo, temos a metodologia e a análise, com a apresentação do *corpus*, e a metodologia, além de considerações sobre gênero textual e sobre crônica. Na sequência, é realizada a análise a partir dos conceitos teóricos tratados anteriormente nas crônicas de jornal selecionadas.

2 UM CAMINHO HISTÓRICO DA LINGUÍSTICA TEXTUAL

A Linguística de Texto é a responsável pela investigação acerca da organização do texto e se dedica a tal tarefa da década de 1970 até a atualidade, abordando diversas concepções. Buscamos, neste capítulo, apresentar um estudo acerca da linguística textual, através de três momentos centrais: a análise transfrástica, a construção das gramáticas textuais e a elaboração das teorias do texto. Para esta pesquisa, apresentamos diferentes conceitos trabalhados no percorrer do estudo da linguística textual, necessários para entender a construção do sentido de textos. Observamos, ainda, que, o objeto de estudo da Linguística de Texto sempre foi o texto e seu funcionamento.

2.1 Linguística textual e seu objeto de estudo

Não é possível estabelecer um registro cronológico exato a respeito do surgimento dos estudos sobre o texto. No entanto, sabe-se que a Linguística, até por volta dos anos 1970, restringia-se ao estudo entre frases, ou seja,

[...] entre os fenômenos a serem explicados, contavam-se a correferência, a pronominalização, a seleção do artigo (definido/indefinido), a ordem das palavras, a relação tema/tópico – rema/comentário, a concordância dos tempos verbais, as relações entre enunciados não ligados por conectores explícitos, diversos fenômenos de ordem prosódica, entre outros (KOCH, 2009, p. 3).

Dessa forma, o fenômeno transfrástico, evidenciado nas relações correferenciais através do uso dos pronomes ou recursos como os artigos, a concordância entre verbos e outros, passa a ser compreendido pela análise que ultrapassa o limite da frase. Assim, o que percebemos é o estudo das relações que ocorrem entre enunciados ou sequências deles. Nessa análise, ainda não se considera o texto como objeto, ou seja, os estudos partem da frase, limitando-se a entender a relação entre as referências contidas num mesmo enunciado pelos processos anafórico e catafórico, não ultrapassando esse limite. As retomadas são, então, analisadas em pequenas partes do texto, observando-se, nesse mecanismo, o uso dos pronomes, de expressões nominais definidas ou indefinidas.

O que decorre desse processo é a constatação de que nem sempre há a necessidade de conectores entre as frases para que seja estabelecida uma interligação entre elas. Conforme Bentes (2012), é possível ocorrer a construção de sentido pelo ouvinte ou leitor pela relação mental adequada que se faz entre os enunciados. Dessa maneira, a percepção de que a

ausência de elementos que levam à correferenciação não impede o entrelaçamento das frases no texto, tampouco a compreensão de seu significado, implica na ampliação do objeto de pesquisa e assim surgem as gramáticas textuais.

A preocupação, nessa nova perspectiva de estudo, é constituir regras para elaboração de textos nos quais se manifeste coerência e completude, contemplando as suas várias espécies. Conforme afirma Koch (2009, p. 6), nessa fase, ambientada no início dos anos 70, o texto é visto como um sistema linguístico mais elevado, não mais definido como uma sequência de frases organizadas. Consideramos, então que, um texto para ser bem construído, estruturalmente, precisa seguir regras estabelecidas dentro de gramáticas que conduzem na sua elaboração. E essa produção representa, inicialmente, “um sistema uniforme, estável e abstrato” (BENTES, 2012, p. 265), organizado linguisticamente que desconsidera o contexto ou os indivíduos envolvidos na comunicação.

A gramática de texto tem como base a teoria gerativista, que é, segundo Bentes,

[...] um sistema finito de regras, comum a todos os usuários da língua, que lhes permitiria dizer, de forma coincidente, se uma sequência linguística é ou não um texto, é ou não um texto bem formado. Este conjunto de regras internalizadas pelo falante constitui, então, a sua competência textual (2012, p. 267).

A partir disso, afirmamos que todo falante possui a competência de produzir textos coerentes e reestruturá-los de modo a torná-los compreensivos. De acordo com Fávero e Koch, essa capacidade do usuário da língua justifica a construção de uma gramática textual, cujas tarefas básicas são:

- a) verificar o que faz com que um texto seja um texto, isto é, determinar os seus *princípios de constituição*, os fatores responsáveis pela sua *coerência*, as condições em que se manifesta a textualidade;
- b) levantar critérios para a delimitação de textos, já que a *completude* é uma das características essenciais do texto;
- c) diferenciar as várias espécies de textos (2012, p. 19, grifo do autor).

Nessa segunda fase, o conceito de texto está vinculado ao estruturalismo, ou seja, “uma sequência linear de lexemas e morfemas que se condicionam reciprocamente e que, também reciprocamente, constituem o contexto” (WEINRICH apud KOCH, 2009, p. 7). Notamos, então, que apenas o que está no texto, a sua constituição, o seu funcionamento, a sua produção e a sua compreensão apresentam significado, o que é externo não é considerado para análise.

Portanto, a preocupação que se instala nessa fase é a de explicar a estrutura textual através da gramática de texto, porque segundo van Dijk (apud KOCK, 2009, p. 8), somente se torna possível o estudo de enunciados constituídos de sequência de frases em que se observa a relação semântica. É isso que possibilita aprimorar o desenvolvimento, a produção e a compreensão da linguagem.

Passando a fase da análise frasal e avançando à gramática de texto, por volta de 1980, tem início o terceiro momento dos estudos em Linguística Textual. Conforme Dias, “tais estudos passam a incluir um exame do contexto (conjunto de condições de produção, recepção e interpretação de textos), bem como passam a privilegiar a dimensão de texto como unidade de análise, não mais a palavra ou a frase isolada” (2007, p. 2). Dessa forma, o foco é a elaboração de uma Teoria do texto, e o objeto de estudo não é mais um produto acabado, mas um processo que resulta do contexto, do conhecimento e da interação entre os falantes. Essa fase tem três perspectivas, de acordo com Koch (2009): pragmática, cognitivista e sociocognitivo-interacionista.

A análise que transcorre, então, a partir da pragmática, observa os textos não como produtos acabados, mas como resultado da atividade de comunicação com outros usuários da língua. O texto é percebido fora dos limites impostos pelas estruturas semânticas e sintáticas, é considerado uma estrutura complexa, um instrumento de intenções comunicativas e sociais do falante, conforme Heinemann (apud KOCH, 2009, p. 14). Tal percepção mostra o contexto de sua produção, sua recepção e sua compreensão, ou seja, o seu uso concreto pela interação e intenção comunicativa do interlocutor.

Ainda nessa perspectiva, podemos apresentar a pragmática como indispensável na compreensão de textos, porque considera o interlocutor, pelas suas características próprias de ser e de escrever. Tais elementos fazem parte das condições em que se estabelece a coerência textual. Com base nesse pressuposto Charolles (apud KOCH, 2009, p. 20) apresenta a coerência como “um princípio de interpretabilidade do discurso”, o qual considera os fatores contextuais de uma construção linguística.

Assumindo-se tal princípio se pode afirmar que não há incoerência, ainda que o texto produzido seja desprovido de conectores que evidenciem a conexão, cada interlocutor espera ser compreendido naquilo que se expressa, baseado na capacidade de construir relações e significados daquele que deve interpretar a comunicação.

Essas concepções apontam para o avanço nos estudos do texto com o surgimento do domínio cognitivo, nesse estágio Koch afirma que:

[...] o texto passa a ser considerado resultado dos processos mentais de operações e tipos de operações. Com a tônica nas operações de ordem cognitiva, o texto passa a ser considerado resultado de processos mentais: é a abordagem procedural, segundo a qual os parceiros da comunicação possuem saberes acumulados quanto aos diversos tipos de atividades da vida social, têm conhecimentos representados na memória que necessitam ser ativados para que sua atividade seja coroada de sucesso (2009, p. 21).

Assim, em uma situação de comunicação, seja de produção ou de compreensão, os usuários da língua dispõem de seus conhecimentos e de suas experiências para construir suas locuções, de modo a torná-las mais adequadas para determinada situação de fala ou de escrita. Conseqüentemente, o que surge desse entrelaçamento entre a linguagem, os saberes e o desejo de comunicação é a produção do texto, cujo sentido será construído conjuntamente com seu interlocutor.

Heineman e Viehweger (apud KOCH, 2009, p. 22) apontam quatro grandes sistemas de conhecimento para o processamento textual: o linguístico, o enciclopédico, o interacional e o referente a modelos textuais globais. O conhecimento linguístico diz respeito aos conhecimentos gramatical e lexical, com base nos quais se procedem as escolhas e as combinações de acordo com as regras da língua, de modo que o texto fique estruturalmente organizado. O conhecimento enciclopédico ou conhecimento de mundo se refere ao que está guardado na memória, está relacionado às experiências que o indivíduo adquire socioculturalmente. Dessa forma, surgem os modelos textuais, estereótipos caracterizados por experiências já vivenciadas e conhecimento armazenado, servindo de base para outros processos de comunicação. Inicialmente, tais modelos são particulares, mas, posteriormente, se firmam pelo seu uso e se tornam universais. Assim, um indivíduo, ao produzir seu texto, faz escolha de um modelo capaz de cumprir sua expectativa de conduzir a informação que deseja veicular.

O conhecimento interacional, por sua vez, refere-se ao conhecimento obtido na interação verbal. Esse tipo de conhecimento abrange o ilocucional, o comunicacional, o metacomunicativo e o superestrutural. O primeiro, ilocucional, é aquele que permite reconhecer os objetivos de um interlocutor numa situação de fala. Já o conhecimento comunicacional é o responsável pela determinação de informação necessária para que o objetivo seja alcançado, pela escolha do gênero e da variante linguística adequada para cada situação de comunicação. O conhecimento metacomunicativo trata da capacidade de o emissor criar ou resolver conflitos na produção textual, através desse saber manifestado pela reformulação, pelas paráfrases, pelas correções, pelas repetições e outros recursos. Por último, o conhecimento superestrutural torna possível reconhecer textos como exemplos para serem

desenvolvidos nas situações de comunicação. Sobre esse último, podemos afirmar que se trata dos tipos textuais como modelos para as várias formas de manifestação textual.

O uso de cada um desses conhecimentos depende de cada usuário da língua, do meio onde estão inseridos e suas necessidades, além de apontarem para um conhecimento específico, que é responsável pelo controle de todos os outros, pois tem a função de ajustá-los ao uso do falante, pelas estratégias do processamento textual, as quais podem ser cognitivas, sociointeracionais ou textualizadoras.

Ao produzir um texto, incorporam-se a ele características próprias do indivíduo e seus conhecimentos de mundo. Nesse caso, o produto é resultante dos objetivos, das opiniões e da sua memória enciclopédica do produtor do texto. No entanto, esse texto pode ser compreendido num sentido único, de acordo com o que espera o seu produtor ou com outros não previstos, em determinados contextos, trazendo novas informações. É possível, dessa forma, caracterizar a compreensão como passível de inferências, pois, em uma expressão linguística, há implícitos e lacunas que o interlocutor, com base no contexto e no seu conhecimento de mundo, consegue esclarecer e preencher na construção de sua interpretação.

As estratégias sociointeracionais são aquelas determinadas no meio social e cultural, que tem como objetivo tornar e manter a interação com civilidade e elegância. São habilidades manifestadas no uso da língua de modo a evitar desacordos, atritos ou mal-entendidos na compreensão verbal. Assim, usamos recursos que atenuem ou corrijam, ou ainda resguardem os envolvidos na comunicação de tais situações. Há, então, um contínuo processo de interação entre falantes, em que se processa, pelas estratégias, uma negociação acerca da constituição do texto.

As estratégias textuais referem-se às escolhas realizadas no material linguístico que se tem disponível, em vista do sentido que se quer construir. São as formas de constituição e organização do texto, as quais ocorrem com base nos conhecimentos da língua que o usuário dispõe.

Assim, nessa orientação cognitivista da fase das teorias do texto entendemos que uma comunicação eficiente, tanto na emissão quanto na recepção da organização verbal, precisa das estratégias interacionais, cognitivas e textuais. Trata-se, então, de uma atividade realizada socialmente, a qual implica ativação de conhecimentos enciclopédicos e linguísticos, combinados com a situação de interação na qual o sujeito está inserido. É com base no equilíbrio dessas estratégias que processamos a produção e a compreensão textual efetivamente.

A partir dessa concepção, remetemo-nos para uma nova perspectiva: a sociocognitivo interacionista. Nessa fase, se estabelece o conceito de textualidade de Beaugrande e Dressler (1997), bem como os critérios que a determinam.

A fase que se encaminha após a virada cognitivista, é chamada de perspectiva sociocognitivo interacionista. Nessa concepção, não se admite mais a separação entre conhecimento da vida social e da cultural. Então, passamos a postular que a memória é constituída de elementos resultantes da interação praticada fora da mente, e não apenas internamente.

O desenvolvimento cognitivo acontece, de acordo com Koch (2009), por ações compartilhadas que compreendem relações entre sujeito e realidade; essas ações acontecem mediadas pela linguagem. Os textos são considerados resultados do contexto, ou seja, são construídos com base em aspectos do conhecimento e da vida social.

Considera-se, desse modo, conforme Marcuschi “que a compreensão não é uma atividade subjetiva fundada na aptidão mental apenas, nem na simples designação do mundo extramental, mas é elaborada pela própria experiência e por sua vez ajuda a elaborar novas experiências” (1999, p. 8). Entendemos que a produção de sentido não acontece individualmente, quem produz sentido o faz de acordo com o conhecimento que obteve em suas vivências, quem o recebe pode perceber esse mesmo sentido, assim como pode, com suas inferências, atribuir outros mais. Por isso, pode-se afirmar que o texto não é uma entidade pronta e acabada, mas, é resultado da interação entre dois sujeitos inseridos numa sociedade com bagagens culturais e históricas, cada um contribuindo com suas referências, construindo-o e reconstruindo-o, com base em saberes adquiridos no meio em que vivem.

Com o uso interacional da linguagem, os interlocutores constroem e reconstroem o sentido, baseando-se em conhecimentos reunidos. Na interação com o interlocutor, surgem

[...] uma série de questões pertinentes para a “agenda de estudos da linguagem”, entre as quais as diversas formas de progressão textual (referenciação, progressão referencial, formas de articulação textual, progressão temática, progressão tópica), a dêixis textual, o processamento sociocognitivo do texto, os gêneros, inclusive da mídia eletrônica, questões ligadas ao hipertexto, a intertextualidade, entre várias outras (KOCH, 2009, p. 33).

Dessa forma, o texto passa a ser analisado como uma produção de caráter interacionista, possibilitando observá-lo não só pela sua formação linguística, mas, principalmente, pelos seus elementos contextuais que envolvem os sujeitos e o entorno social e cultural em que estão inseridos, bem como os conhecimentos de mundo desses. É

importante ressaltar, ainda, que aparecem outros modelos estruturais de texto, há aqueles que se aprimoram e se modificam em virtude de novas necessidades na comunicação.

No percurso dessa primeira seção, observamos o texto tratado com diferentes noções teóricas, ou seja, visto como uma estrutura construída a partir de regras gramaticais, como atividade cognitiva e por fim como atividade sociointeracionista. A seguir, apresentamos diferentes enfoques do texto, que serão considerados na trajetória da linguística de texto.

2.2 Texto: diferentes abordagens no decorrer da história

A Linguística Textual, no seu atual estágio, considera o texto como um processo sempre em construção e não como um produto acabado. Marcuschi mostra a Linguística de texto como “o estudo das operações linguísticas, discursivas e cognitivas reguladoras e controladoras da produção, construção e processamento de textos escritos ou orais em contextos naturais de uso” (2008, p. 73). A abrangência desses estudos ultrapassa questões estruturais, embora passe por elas, considera, de forma especial, aspectos relacionados à sua situação de produção e recepção, ou seja, percebe o texto como resultado da interação entre indivíduos.

Essa perspectiva teórica, inicialmente, avaliava a frase ou uma sequência de frases como objeto de estudo. Dessa forma, buscava explicar as relações entre as sentenças, especialmente as referenciais, com base na coesão textual. Nessa fase, o texto era concebido pela organização de vocábulos interligados pela pronominalização. Assim, são os pronomes, num sentido mais amplo, que colaboravam com entrelaçamento dos segmentos, retomando, substituindo expressões do texto, de modo a garantir a continuidade. A referenciação surge como resultado dessa constituição, observada como recurso coesivo em termos estruturais e não como colaboradora na construção de sentido.

A linguística de texto, também no princípio, ocupou-se de textos escritos e do modo como se produzem. Ampliando-se, mais tarde para a oralidade. Com o avanço nos estudos, observamos que não é possível definir o texto no limite da frase, pois a comunicação não acontece por sentenças. A partir dessa constatação, o texto passa a ser considerado uma entidade superior e, a fim de analisá-lo, constituem-se as gramáticas textuais que buscam determinar, por suas regras, a forma de construção das estruturas linguísticas. Nessa fase, a análise acontece do texto para as unidades menores para classificá-las, porém não se abandona, com isso, a ideia de que esses elementos fazem parte de uma unidade maior, e não uma sequência de frases.

No terceiro momento da Linguística Textual, o contexto pragmático passa a ter grande importância na teoria do texto. A comunicação, nessa perspectiva, se realiza quando os interlocutores, com uma intenção comunicativa, estabelecem uma interação, ou seja, quando os envolvidos conseguem fazer trocas a partir de seus conhecimentos próprios. Percebemos, então que as crenças, as preferências, os valores orientam a compreensão do texto e estabelecem a interação e a conexão entre o usuário da língua e seu contexto social.

Na década de 1980, com a virada cognitivista, o texto passa a ser visto considerado resultado de processos mentais, baseado nos conhecimentos acumulados na memória e que são ativados sempre que necessários, na comunicação. Nessa fase, Beaugrande e Dressler trazem o conceito de textualidade, afirmando que “um texto é um acontecimento comunicativo que cumpre sete normas de textualidade” (1997, p. 35). Os sete critérios, coesão, coerência, situacionalidade, informatividade, intertextualidade, intencionalidade e aceitabilidade serão tratados individualmente na seção 2.3.

Marcuschi teoriza que “o texto não é apenas um sistema formal e sim uma realização linguística a que chamamos de evento comunicativo e que preenche condições não meramente formais. O texto é uma proposta de sentido e ele só se completa com a participação de seu leitor /ouvinte” (2008, p. 94); e precisa ser considerado em todos os seus aspectos: linguísticos, sociais e cognitivos e estar em permanente construção e reconstrução, jamais se configurando como uma entidade produzida isolada e totalmente finalizada.

Com o percurso realizado pelos pesquisadores da linguística textual, observamos uma evolução no estudo do texto, pois a abordagem, inicialmente pragmática, centrada nas escolhas sintáticas e semânticas, passa para a sociocognitiva e interacionista. Com isso, o texto, analisado não mais como produto finalizado, instiga a sua interpretação como “uma atividade de construção conceitual, nunca previamente estabelecida de todo, considera as pistas linguísticas explicitadas no contexto como meras trilhas, meras instruções, complementadas e complexificadas por outros aspectos extralinguísticos” (CAVALCANTE et al., 2010, p. 231). Portanto, não podemos considerar apenas o texto por aquele que o constrói, tão pouco é possível considerá-lo acabado, porque num processo de interação ele pode ser reestruturado, reformulado, podemos atribuir a ele novos ou diferentes sentidos do inicialmente expresso. Há uma dependência singular do contexto, do conhecimento de mundo e linguístico de quem o recebe, o qual reelabora o seu significado de acordo com seus interesses e experiências socioculturais.

Marcuschi, com base nos estudos da Linguística de Texto, aponta duas formas para definir texto: “(a) partindo de critérios internos ao texto (olhando-o do ponto de vista

imane ao sistema linguístico), e (b) partindo de critérios temáticos ou transcendentais ao sistema (considerando o texto como uma unidade de uso ou unidade comunicativa)” (2012, p. 22). Na primeira definição, apresenta-o como “uma sequência coerente de sentenças” e traz uma discussão acerca do que compõe o texto na estrutura de superfície e na estrutura profunda. A preocupação, nessa teoria, está direcionada à organização linear das palavras e das frases, regulamentadas pelas gramáticas de texto. Na segunda alternativa, há a proposta de ampliar os critérios expostos, tomando o texto como uma “unidade de comunicação” e não mais uma “unidade linguística”. Para elucidar essa concepção, Marcuschi comenta o conceito de Halliday e Hasan (1976), em que “um texto é uma unidade em uso. Não é uma unidade gramatical, tal como uma frase ou uma sentença; e não é definido por sua extensão” (2012, p. 28). O texto, tal como é conceituado, é uma organização dotada de sentido, pelo que se deve avaliá-lo.

Considerando que o texto não pode ser definido como uma construção apenas linguística, mas deve ser visto também como um processo contínuo, desenvolvido a partir de critérios contextuais como os situacionais, os históricos, os cognitivos e os enciclopédicos, na próxima seção, abordaremos o texto com base nos fatores de textualidade, defendidos por Beaugrande e Dressler (1997). Destacamos que os fatores de textualidade são os grandes responsáveis pela garantia de um texto ser um texto e não um amontoado justaposto de frases. É na (inter) dependência desses fatores constituintes do texto que se pode construir o sentido da unidade semântica, texto, objeto de estudo da Linguística Textual e deste trabalho.

2.3 Textos e os fatores de textualidade como seus determinantes

Com a postulação da Linguística de Texto de que a comunicação não acontece por fonemas, morfemas ou frases isoladas, o texto passa a ser considerado como o fenômeno linguístico que se manifesta sociocognitivamente, ou seja, pelo conhecimento, pelas experiências e pela interação entre os falantes. Pode-se dizer, conforme Marcuschi (2008, p. 72), que o texto é uma espécie de “tecido estruturado”, que constrói ou reconstrói o mundo. Assim, o texto não mais se apresenta como um grupo de frases, conectadas sequencialmente, mas é percebido como o resultado de uma atividade social entre falantes que compartilham saberes.

A partir da terceira fase da Linguística de Texto, os textos deixam de ser observados como organizações linguísticas abstratas, uniformes e estáveis, passando a ser analisados em seu contexto pragmático, no qual se avalia suas condições externas de produção, de recepção

e de compreensão. Nesse momento, surgem, então, os sete fatores de textualidade, de acordo com Beaugrande e Dressler (1997), dispostos em dois conjuntos, a saber: a) organizados pelos fatores internos, no caso a coesão e a coerência e b) organizados pelos fatores externos: aceitabilidade, informatividade, situacionalidade, intertextualidade e intencionalidade.

Koch (2009) questiona essa divisão de Beaugrande e Dressler (1997), argumentando ser uma proposta de divisão entre os fatores “centrados no usuário” (coesão e coerência) e fatores “centrados no texto” (situacionalidade, informatividade, intertextualidade, intencionalidade e aceitabilidade), da qual ela discorda. Segundo a autora, todos eles estão situados tanto no texto quanto no usuário, pois são definidos pelo contexto social e pelos conhecimentos dos falantes. Isso significa que a coesão e a coerência não se constroem somente com base nos conhecimentos linguísticos, não estando ligados de forma categórica e única aos fatores internos do texto. Podemos afirmar, dessa forma, que esses dois critérios, juntamente com os demais fatores chamados contextuais, são igualmente determinantes do resultado, pois o sentido se constrói na relação entre todos eles. E essa relação provoca o processo da referenciação.

Marcuschi (2008), por sua vez, afirma que os critérios de textualidade observados, primeiramente definidos por Beaugrande e Dressler (1997), não devem reger a textualidade de modo estanque e categórico, pois são redundantes e se repetem, também, porque não se pode tomar o texto apenas pelo código e pela forma. Do mesmo modo, esses critérios não podem ser vistos como normas de boa formação textual, visto que isso implicaria uma concepção do texto como simples produto de organização preestabelecida. Ainda, esse mesmo autor (MARCUSCHI, 2008) afirma que a textualidade não depende da correção sintática ou ortográfica, mas do local em que circula o texto, já que se os usuários da língua tiverem domínio cognitivo da língua, podem compreender perfeitamente a locução. Por isso, não são os erros ortográficos ou a má organização sintática que definem a textualidade, mas o meio cultural e social no qual é produzido e veiculado que determinam o sentido do texto.

De fato, com a perspectiva do sociocognitivismo, não é mais aceitável estabelecer uma divisão dos critérios de textualidade entre os centrados no texto e os centrados no usuário, ou seja, conceber a coesão e a coerência como recursos meramente linguísticos, pois entendemos que esses dois critérios se estabelecem com base na competência textual de cada um e, principalmente, guiados pela condição sociointeracionista de cada usuário da língua. Portanto, são os conhecimentos adquiridos e compartilhados, o meio social e cultural que influenciam na produção textual coesa e coerente.

Na sequência, os critérios de textualidade serão tratados individualmente. O estudo se iniciará pela coesão, tratada pela Linguística Textual como um movimento linguístico, realizado na superfície textual, em que um elemento faz remissão a outro(s) elemento(s) da textualidade discursiva.

2.3.1 Coesão: a conexão entre as sequências

O primeiro fator de textualidade, a coesão, é responsável por tornar um texto consistente em relação à sua estrutura. O fator coesivo configura-se como a forma em que os elementos superficiais do texto se ligam, se relacionam, se combinam, possibilitando o bom entrelaçamento das palavras nas frases. Conforme defendem Beaugrande e Dressler, “a coesão estabelece as diferentes possibilidades em que podem *conectar-se entre si dentro de uma sequência* os componentes da SUPERFÍCIE TEXTUAL” (1997, p. 35, tradução nossa, grifo do autor)¹. Podemos afirmar, então, que, ao se processar um texto, há um uso eficiente de elementos que garantem a continuidade e auxiliam na construção do sentido, pois simplificam a compreensão numa estrutura organizada.

Assim, a conexão que se forma na estrutura superficial de uma sequência linguística e que caracteriza a coesão não se refere apenas a uma sequência qualquer de frases, mas “à relação semântica entre dois elementos do texto, de modo que um deles tem de ser interpretado por referência ao outro, pressupondo-o” (KOCH, 2011, p. 16). Isso significa que são ligações que apresentam um significado, colaboram na construção de sentido, ultrapassando o limite de ser uma série de vocábulos alinhados um ao lado do outro, os quais não possibilitariam compreensão.

A coesão pode ocorrer de duas maneiras, conforme Koch (2009), por recursos sequenciais ou por recursos referenciais. A coesão sequencial está baseada no uso dos conectivos, chamados de operadores argumentativos², como os de oposição, de causa, de finalidade, de condição, de conclusão, entre outros e, também, os operadores organizacionais de tempo e de espaço e, ainda, os metalinguísticos. Esses recursos estabelecem ligação entre os segmentos textuais de modo semântico ou pragmático-discursivo, estando relacionados à progressão do texto.

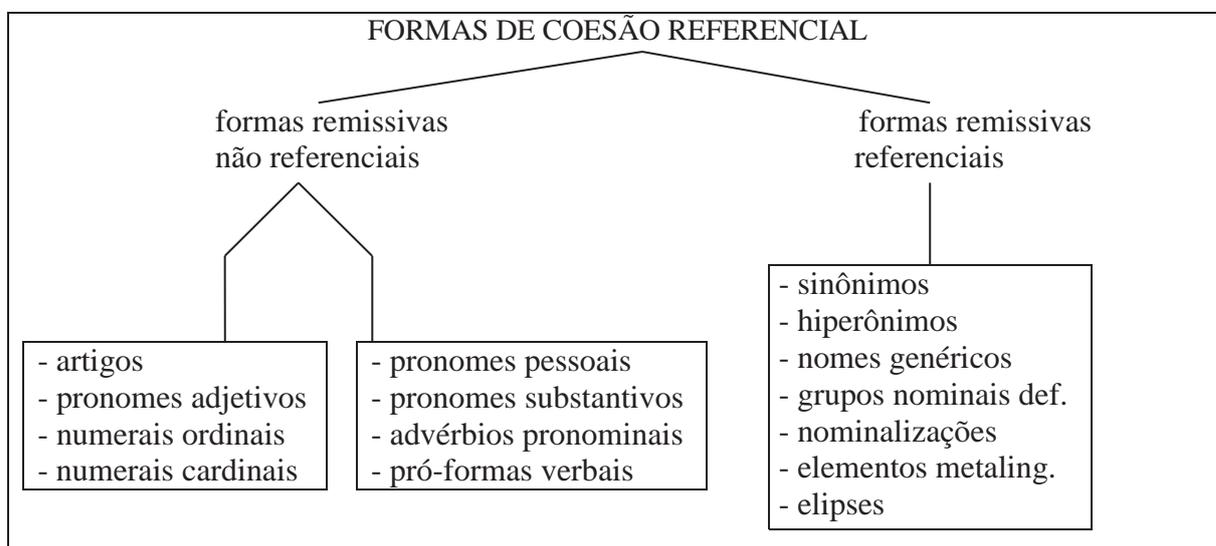
¹ “La coesión establece las diferentes posibilidades en que pueden *conectarse entre sí dentro de una secuencia* los componentes de la SUPERFICIE TEXTUAL” (BEAUGRANDE; DRESSLER, 1997, p. 35, grifo do autor).

² Entendemos operadores argumentativos conforme Ingedore Koch, mesmo sabendo que outros autores tomam esse conceito em outra perspectiva.

No que diz respeito à coesão referencial, está vinculada a elementos linguísticos que garantem a sequência do texto através de mecanismos que fazem o texto progredir. No início dos estudos da Linguística Textual, a coesão referencial era vista como a forma como um elemento linguístico remetia a outros no texto, por meio da catáfora (elementos posteriores) ou anáfora (elementos anteriores), formando uma sequência de frases bem formadas, ou seja, garantido a relação entre as sentenças, restringindo-se a uma perspectiva gramatical.

Marcuschi (2008, p. 109) apresenta um esquema com a finalidade de oferecer uma “visão geral” das estratégias de organização referencial dentro do texto, conforme se observa no Quadro 1:

Quadro 1 – Formas de coesão referencial.



Fonte: MARCUSCHI, 2008, p. 109.

As formas remissivas são aquelas que remetem à outra, é o caso das anáforas³. No entanto, elas podem ser referenciais ou não. Marcuschi explica as formas remissivas referenciais como “todos os elementos linguísticos que estabelecem referências a partir de suas possibilidades referidoras” (2008, p. 109). Estabelecem, assim, uma ligação a outro elemento textual de modo a retomá-lo no texto. As formas podem ser os sinônimos, os grupos nominais definidos, as elipses, entre outros citados no Quadro 1. É um mecanismo que remete a uma porção textual anterior, porém com sentido próprio.

As formas remissivas não referenciais utilizam-se dos artigos, dos numerais, dos pronomes e outros que precisam de “uma relação de identidade referencial com o elemento

³ No capítulo 2, apresenta-se um estudo detalhado sobre a anáfora.

remetido” (MARCUSCHI, 2008, p. 109); são elementos que não possuem autonomia referencial, pois para construir significado necessitam de outros citados anteriormente.

Entre as formas de organização textual pela coesão referencial, destacamos a que acontece pelo uso dos pronomes. A referência pronominal pode ser exofórica e endofórica. No primeiro caso, acontece quando é necessário recorrer ao contexto dos falantes, nesse caso, são regidas por experiências e por conhecimentos desses. Acontecem, geralmente, através do uso dos pronomes pessoais e possessivos (1ª e 2ª pessoas). No segundo caso, as endofóricas constituem-se de remissões ocorridas no próprio texto, e são divididas em anáforas, quando se referem a passagens do texto já citadas e catáforas, quando fazem referência ao que será ainda dito no texto. No segundo capítulo deste trabalho, se aprofundará o estudo das anáforas.

Na Linguística Textual, a coesão textual, inicialmente, é considerada como um princípio de textualidade, confundindo-se com a coerência. No entanto, com o avanço dos estudos, diferenciam-se os dois fatores, a coesão deixa de ser observada como condição necessária para tornar um texto coerente, pois a coerência não se constrói na estrutura, mas está baseada nas trocas de experiências entre os usuários da língua.

Assim, como a coesão, a coerência, conceito abordado a seguir, trata de questões internas do texto e é considerado um princípio de interpretabilidade, ou seja, o recurso que efetivamente garante o sentido do texto.

2.3.2 Coerência: a categoria de organização dos critérios de textualidade

Até os anos 80, a coerência se confundia com a coesão. Esses dois conceitos se constituíam, tanto na gramática de frase quanto na gramática de texto, em qualidades ou propriedades do texto. A partir da ampliação dos estudos da linguística textual, esse conceito passou a ser considerado como “um fenômeno muito mais amplo, visto que ela se constrói, em dada situação de interação, entre o texto e seus usuários, em função da atualização de uma complexa rede de fatores de ordem linguística, cognitiva, sociocultural e interacional” (KOCH, 2009, p. XIII). É pela coerência que acontece o uso do conhecimento e torna-se possível a construção de sentido, tanto na produção quanto na recepção textual.

Assim, a coerência se constrói quando é possível estruturar uma construção linguística, de modo que o receptor consiga ativar seus saberes e relacioná-los. De acordo com Marcuschi (2012), o texto pode violar e ultrapassar as regras gramaticais da frase, mesmo assim, haverá textualidade garantida pela coerência, a qual é estabelecida pela autonomia de investigação do leitor, ou seja, seu “universo cognitivo” que permite

compreender a organização, embora ela seja carente de uma estrutura explícita. Desse modo, são as experiências de cada indivíduo, seus conhecimentos armazenados na memória, sua capacidade de perceber marcas que conduzem a uma informação que viabilizam um texto coerente.

Podemos, então, concluir que a coerência tem um caráter semântico e pragmático, pois pode ser constituída na medida em que os conhecimentos e os fatores socioculturais se interligam, estabelecendo um sentido global no texto. E nesse processo de produção e recepção textual, os usuários, por suas experiências, por seus saberes adquiridos, por suas vivências, percebem que um agrupamento de frases pode se transformar em uma interlocução muito significativa. Afirmamos, assim, que o que torna um texto coerente é o seu receptor ter conhecimento de mundo armazenado para compreender o que está declarado. A coerência, de acordo com Koch e Travaglia, “é um princípio de interpretabilidade do texto, num processo cooperativo entre produtor e receptor” (2011 p. 103). Por isso, mesmo que um texto esteja organizado estruturalmente, pode não ser compreendido, se as informações nele depositadas não fizerem parte do universo de quem ouve ou lê. Nesse caso, não acontece o compartilhamento, a interação. O que está posto não passa de um mero agrupamento de frases. Beaugrande e Dressler (1997) apontam a continuidade de sentido que acontece pela ativação do conhecimento como a base da coerência, pois a sua ruptura, definida pelo desajuste na organização dos conceitos e das relações do texto, o torna “sem sentido”, quando não é possível tornar explícito, através das várias pistas, o que está mais aprofundado no texto.

A coerência, então, não pode ser concebida apenas como um critério de textualidade entre os demais, mas é um fator baseado no texto e no usuário, tendo em vista que estão envolvidos mecanismos de produção e processos sociocognitivos do leitor.

Na próxima seção, o fator de textualidade apresentado é a aceitabilidade, outro critério relacionado por Beaugrande e Dressler (1997).

2.3.3 Aceitabilidade: a recepção pela interpretação

De acordo com Beaugrande e Dressler (1997), o texto coesivo e coerente torna o texto aceitável, ou seja, permite que aconteça a interpretação. Isso porque a aceitabilidade leva o receptor a inteirar-se do universo cognitivo do emissor apoiando “a manutenção da coerência mediante a realização de suas próprias contribuições ao sentido do texto”

(BEAUNGRANDE; DRESSLER, 1997, p. 42, tradução nossa)⁴. Assim, os sentidos se firmam e novos conhecimentos podem ser adquiridos, complementando a comunicação e enriquecendo o mundo cognitivo dos envolvidos na comunicação.

Marcuschi contribui afirmando que a aceitabilidade “não se reduz ao plano das formas e sim se estende ao plano do sentido” (2008, p. 128), pois ao estabelecer-se pela coerência e não por sua gramaticalidade em sentido estrito, faz com que o leitor, pelo seu contexto, por seus conhecimentos e experiências, concorde com o modo de se comunicar do locutor, atribuindo sentido ao que foi manifestado.

Ao manifestar-se por meio de um texto escrito ou falado, o usuário considera sua produção passível de compreensão, pois tem uma finalidade e sua construção está de acordo com seu universo cognitivo. Por vezes, com o objetivo de causar um determinado efeito, desliza na coesão e na coerência. Koch (2009) defende que esse fator de intertextualidade faz o interlocutor, mesmo com um texto com incoerências, gerar sentido em uma construção linguística, pois concorda com seu “parceiro” e entra no “jogo de atuação comunicativa”, numa atitude de cooperação, para calcular o seu sentido e encontrar a sua coerência, com a finalidade de tornar o texto interpretável para seu leitor.

Da mesma forma que a aceitabilidade, outro fator de textualidade que está relacionado à exterioridade textual, igualmente determinante na produção de sentido, é a informatividade, a qual passamos a comentar na próxima seção.

2.3.4 Informatividade: a escolha e a organização das informações

A informatividade, conforme Beaungrande e Dressler (1997, p. 43), diz respeito à avaliação que se faz de um texto quanto a sua previsibilidade, ou a sua não previsibilidade, ou seja, relaciona-se ao fato de o texto emitir uma informação nova ou uma já conhecida. Há a possibilidade de transmitir uma pequena quantidade de informações ou, ao contrário, uma grande quantidade informacional, sendo que o segundo caso exige um esforço maior para compreender, assim como requer, do emissor, um cuidado para que não haja prejuízo na compreensão. Koch (2009) explica que é necessário existir um equilíbrio entre informação nova e informação já conhecida. Apenas com a informação já dada não se garante a continuidade no texto e, se houver só informação desconhecida, não há “âncoras necessárias para o processamento” (KOCH, 2009, p. 41), ou seja, o leitor não tem em que se apoiar para

⁴ “El mantenimiento de la coherencia mediante la realización de sus propias contribuciones al sentido del texto” (BEAUNGRANDE; DRESSLER, 1997, p. 42).

construir o sentido do texto. Enfim, a combinação do “velho” com o “novo” informe organiza o entendimento, em um movimento de retroação às informações já ditas para compreensão das novas.

Ainda sobre a previsibilidade ou não, Koch afirma que “um texto será tanto menos informativo quanto mais previsível (redundante) for a informação que traz” (2009, p. 41). O esforço que deverá ser dispensado para processar o texto depende da quantidade de informação nova, pois, à medida que o texto for lido e compreendido, se tornará coerente.

A informatividade, segundo Marcuschi (2008), não pode ser confundida com conteúdo e sentido, pois a informação não é óbvia e é resultado, um efeito de sentido produzido a partir do conteúdo. A informação não está explícita, precisa ser depreendida.

Além da informatividade, que aponta critérios externos ao processo de construção e compreensão textual, na próxima seção, abordaremos outro fator relacionado à disposição social, cultural ou histórica em que se realiza a produção: a situacionalidade.

2.3.5 Situacionalidade: a mediação entre objetos do mundo e objetos de discurso

Beaugrande e Dressler (1997) explicam a situacionalidade como o fator pelo qual um texto torna-se relevante numa situação comunicativa. Podemos dizer que nesse fator de textualidade evidencia-se a relação de objetos de mundo para objetos de discurso.

A situacionalidade pode ser levada em conta a partir de duas concepções, segundo Koch (2009). Na primeira delas, considera-se o que reflete na construção do texto, ou seja, os fatores que influenciam na sua produção e o tornam importante numa situação comunicativa. Referem-se ao entorno do interlocutor, relacionado às escolhas que faz para compor o texto.

Na segunda concepção, tem sentido inverso, trata-se de como o texto se reflete para o mundo, ou seja, qual é o seu resultado como construção, apontando o modo de ver o entorno daquele que se manifesta. Aquele que o recepta, também em conformidade de como vê o seu universo, constrói o seu sentido.

Marcuschi (2008), por sua vez, afirma que a situacionalidade serve para interpretar o texto no seu contexto e ainda auxilia na sua produção. É a partir desse fator de textualidade que se torna possível produzir um texto adequado, ou importante para certo objetivo de comunicação.

Precisamos levar em conta também que todo texto traz consigo uma carga de subjetividade, representada pelas crenças, pelos princípios, pelas normas e valores. Esses fatores permeiam o texto, mediando o mundo real e a expectativa de quem o produz em

representar esse mundo. Conforme Beaungrande e Dressler (1997), essa é uma maneira de o emissor se manifestar, ocultando sua intenção de reconduzir a situação de maneira favorável e criando a impressão de que essa maneira é a natural dos acontecimentos, embora estejam por traz seus “interesses egoístas”.

A intertextualidade, outro fator externo de textualidade, será estudada na próxima seção.

2.3.6 Intertextualidade: compartilhando o conhecimento através dos textos

Beaugrande e Dressler (1997) definem a intertextualidade como a relação de dependência que se estabelece, tanto nos processos de produção, como nos processos de recepção que envolve o conhecimento e a interação comunicativa de outros textos anteriores ao produzido, com os quais esse se relaciona. Como os textos são produzidos em um contexto de constante interação, a linguagem necessita de mediação, por isso eles, produtos da comunicação humana, influenciam-se, opõem-se, criticam-se, apoiam-se e completam-se uns aos outros. Nenhum deles é produzido no vazio ou se origina do nada, ao contrário, alimenta-se, de modo claro ou subentendido, de outros textos produzidos anteriormente, concordando ou opondo-se a eles.

A intertextualidade, de acordo com Koch (2011), pode ser relativa a conteúdo, à forma ou a tipos textuais. Os fatores ligados ao conteúdo são evidenciados no uso do conhecimento de mundo. Nesse caso, o interlocutor depende de outros textos que tratam do mesmo assunto para auxiliá-lo na compreensão. Produções anteriores auxiliam com informações e conceitos, proporcionando coerência à nova construção.

A intertextualidade referente a tipos textuais e à forma está relacionada, pois pode estar ligada à estrutura de cada tipologia de texto ou a aspectos formais linguísticos. Assim, esse fator pode se manifestar quando há a utilização de um determinado texto para elaboração de outro, repetindo suas características de linguagem, sua estrutura, seus recursos, em outros contextos e com outros objetivos, porém com vistas a obter o mesmo efeito.

Koch (2009) diferencia intertextualidade implícita de explícita. No primeiro caso, não há menção aparente ao texto com o qual o material em leitura estabelece ligação. Aquele que produz o faz de modo a seguir sua orientação, colocando-o em questão para criticá-lo ou ridicularizá-lo. Assim, o interlocutor, ativando sua memória, consegue reconhecer a presença de outro texto, recuperando sua informação. Já na intertextualidade explícita, quando há a

retomada, acontecem as citações, as referências, enfim, o reconhecimento da autoria para apoiar ou para contradizê-la.

Marcuschi (2008), por sua vez, contribui afirmando ser a intertextualidade um fator importante para o estabelecimento dos tipos e gêneros de texto, uma vez que, ao relacionar um com o outro, torna-se possível diferenciá-los. Esse fator, de acordo com esse mesmo autor, também colabora com a coerência textual, pois a construção de sentido torna-se possível pela reativação de outro discurso.

Dessa forma, a intertextualidade mostra-se como “um princípio constitutivo que trata o texto como uma comunhão de discursos e não como algo isolado” (MARCUSCHI, 2008, p. 132), por isso, é decisiva para a produção e para a compreensão, visto que exige do leitor a conexão de um texto a outro, a fim de que se estabeleça a compreensão de uma construção linguística.

Para finalizar, na próxima seção, apresentamos o estudo do sétimo fator de textualidade: a intencionalidade, a qual, assim como a intertextualidade, é orientada por aspectos extralinguísticos, ou, mais especificamente, com base no conhecimento dos produtores do texto e no modo como estes se manifestam.

2.3.7 Intencionalidade: o propósito de quem produz o texto

O fator de coerência chamado intencionalidade refere-se às intenções de comunicação de quem produz o texto. Diz respeito às pretensões manifestadas no discurso e, assim como na aceitabilidade, requer cooperação dos interlocutores para a compreensão da construção linguística e do sentido.

Koch (2009) defende que a intencionalidade pode ser tomada em sentido estrito ou amplo. Em sentido restrito, quando numa manifestação linguística não atenta totalmente para a coesão e para a coerência, com o objetivo de causar certa impressão. Já no sentido amplo, trata-se do modo como o emissor se utiliza dos textos para alcançar suas metas comunicativas. As escolhas linguísticas são feitas através de suas intenções, utiliza seus conhecimentos e organiza a sua argumentação na constituição do texto com o intuito de que seja compreendido conforme pretende.

Essas concepções acerca de todos os critérios de textualidades apontam para uma amplitude no estudo do texto, no que diz respeito construção de seu sentido, sobretudo no que tange à referenciação, tema deste estudo e que será abordado no próximo capítulo.

3 DA REFERÊNCIA AO PROCESSO DE REFERENCIAÇÃO

No primeiro capítulo, apresentamos o percurso da Linguística Textual, a partir dos anos 60, compreendendo que os estudos iniciaram-se pela frase, ampliando-se ao texto, não se limitando mais a olhar apenas a organização de uma ou mais sequências, voltando-se ao todo organizado de sentido, que passa a ser visto como o instrumento de comunicação humana e, mais adiante, como resultado de processos mentais. A construção do texto ocorre com base em atividades sociais e os usuários ativam conhecimentos guardados na memória para elaborar suas interlocuções. Assim, chegamos aos processos de referenciação, tema deste capítulo. Abordaremos os primeiros estudos, bem como os fenômenos linguísticos investigados: a categorização e a anáfora, dedicando especial atenção a essa última, a seus conceitos e suas diferentes formas de manifestação, destacando-se a anáfora encapsuladora, foco desta pesquisa.

3.1 A referência: primeiros estudos do processo

Com base no princípio da Linguística Textual, o estudo da referência se inicia nas relações interfrásticas, ou seja, no modo como se organizam as sequências de frases por meio de conexões coesivas marcadas na superfície do texto e que garantem a sua boa formação. Conforme Koch, nessa fase, o texto é tomado “como uma sucessão de unidades linguísticas constituída mediante uma concatenação pronominal ininterrupta” (2009, p. 4, grifo do autor). As relações referenciais entre as sentenças, efetivadas pelo uso dos pronomes representam uma das formas mais importantes para a coesão textual, porém apenas se focam nos processos anafóricos e catafóricos, não há menção a outros fenômenos que tratem da remissão textual.

Marcuschi conceitua essa tendência como “a que se funda numa concepção objetiva e realista de linguagem como transparente e referencialista [...], tendo por base uma visão instrumentalista de língua” (2008, p. 139). Nessa perspectiva, a referência apenas é analisada como um mecanismo que utiliza um elemento do texto que remete a outro. Para explicitá-la, precisamos recorrer ao cotexto, não à exterioridade do texto ou a elementos extralinguísticos. Ao tratar-se de produção e de compreensão, há a separação entre o que é escrito ou falado e o que são condições de produção, ou seja, a construção do texto é realizada à parte do mundo exterior a ele e não apresenta nenhuma possibilidade de reelaboração.

Porém, desde o momento em que deixamos de considerar a frase apenas como uma construção linguística, o texto passa a ser percebido, pelos estudiosos, como uma construção

engenhosa, constituída de palavras habilmente emaranhadas pela coesão, mas tendo a coerência, construída na interação entre os falantes, aspecto fundamental na garantia do sentido. Assim, a referenciação deixa de ser vista como um evento linguístico, sendo concebida como resultado das atividades sociocognitivas. Dessa forma, os referentes são construídos nas situações de comunicação, por meio de processo contínuo de elaboração e reelaboração dos sentidos. De acordo com Cavalcante et al.,

[...] o perfil do que hoje se entende como *referente*, em LT, sofreu radical transformação: saiu da relação entre expressões referenciais e marcas cotextuais explícitas para uma entidade construída de forma conjunta, negociada, e, ao mesmo tempo, representada na mente dos participantes da enunciação. A dinamicidade dos fatores envolvidos nessa ação contínua, mesmo que gere uma ilusão ou um efeito de estabilidade, torna os processos referenciais recategorizáveis no transcurso da interação (2010, p. 235, grifo dos autores).

Em vista disso, os referentes apresentam-se não como simples elementos que auxiliam no emaranhado das palavras na superfície do texto, mas como objetos de discursos que são modificados, reconstruídos ou não, de acordo com o entorno sociodiscursivo em que estão inseridos.

Marcuschi (2000, p. 1), com essa tendência, mostra a língua como atividade e o texto como um evento em que convergem ações de natureza linguística, social e cognitiva, em que os objetos de mundo passam a ser objetos de discurso, ou seja, se configuram como resultado da atividade de interação, de coprodução e de partilha de conhecimentos.

Nessa fase, a referência também passa a ser analisada como processo referencial (MONDADA; DUBOIS, 2003), pois se entende que os objetos de discurso não são etiquetas escolhidas previamente e totalmente estabilizadas. Ao contrário, é no uso que as referências modificam-se, evoluem e fixam-se, ou não.

Por isso, não podemos pensar a língua como estática, imutável e discretizada individualmente. Ao invés disso, a língua emerge da construção coletiva, contínua e se permeia com o conhecimento de mundo e com a interação de seus falantes. Conforme Mondada e Dubois (2003, p. 17), podemos contrapor a concepção de um sistema de etiquetas, as quais se ajustariam às coisas, argumentando em favor da ideia de que se trata de uma construção discursiva, cognitiva e cultural. A referenciação, então não acontece de forma definitiva e única, e, para referir um termo em um texto, são usadas formas que se mantêm, se transformam ou se aprimoram nas atividades de interação entre interlocutores, ou conforme o contexto imediato. Assim, ainda como afirmam Mondada e Dubois,

[...] as categorias e os objetos de discurso pelos quais os sujeitos compreendem o mundo não são nem preexistentes, nem dados, mas se elaboram no curso de suas atividades, transformando-se a partir dos contextos. Neste caso, as categorias e objetos de discurso são marcadas por uma instabilidade constitutiva, observável através de operações cognitivas ancoradas nas práticas, nas atividades verbais e não-verbais, nas negociações dentro da interação (2003, p. 17).

Portanto, não há nomenclatura dos objetos como em casos de etiquetagem. As categorias se formam com a ativação de vários conhecimentos internalizados, construídos socialmente, associados à cognição e à exterioridade. Adaptam-se, ou não, através do uso, mantendo a possibilidade de modificação. Ou, ainda, solidificam-se por firmarem-se no seu contexto cultural e social. Nesse sentido, Apothéloz defende que:

[...] no processo de referenciação não se completa no simples emprego de expressões referenciais, mas vai muito, além disso, porque o referente se cria de um conjunto de ações, do modo pelo qual os co-enunciadores ajustam suas ações conversacionais e da maneira pela qual constroem os sentidos em cada evento comunicativo (2001 apud CAVALCANTE, 2010, p. 125).

Assim, entendemos que os objetos de discurso se constroem mediante o uso da língua pelo falante, ou, mais especificamente, através do discurso. Não há como sustentar que os nomes são dados ao acaso, pois nenhuma categoria se estabiliza sem as “práticas dependentes tanto de processos de enunciação, como de atividades cognitivas não necessariamente verbalizadas; práticas do sujeito ou de interações em que os locutores negociam uma versão provisória, contextual, coordenada do mundo” (MONDADA; DUBOIS, 2003, p. 29). Concebemos, assim, uma língua que se transforma, se adéqua, conforme as atividades discursivas, aos interesses e necessidades do falante. Não há referente que se estabilize, se os falantes, usuários da língua, não o aceitarem ou não se utilizarem dele.

Assumindo a referência como uma ação realizada no texto, temos uma “concepção de língua que não se esgota no código, nem implica uma correspondência direta com o mundo, como se a língua refletisse a realidade. [...] a língua é, em essência, uma ação pública realizada e negociada discursivamente no âmbito das relações sociais” (CORTEZ, 2010, p. 320). Podemos dizer, mediante essa afirmação, que ao referir não estamos estabelecendo uma relação direta do objeto com o mundo. Antes de chegar a completar esse percurso, a referência passa pelo processo discursivo, que implica seu uso, sua aceitabilidade, sua transformação, sua modificação, que o estabiliza ou não na linguagem. Por isso, Cruz (2010) atenta para o fato de a linguagem ser mediadora entre o mundo e a mente, pois estabelece relações entre os dois, dá significado, constrói sentido e verdade. Com disso, Mondada e

Dubois (2003) diferenciam referência e processo referencial, afirmando que não há uma ligação direta entre palavras e coisas, levando em conta aspectos discursivos, pragmáticos, cognitivos e interativos.

O que temos, então, é um discurso que se constrói progressivamente, em que as palavras usadas para referir os objetos do mundo são avaliadas na ação de interação entre os falantes, acontece através do processo referencial, que, como afirma Koch, “são escolhas do sujeito em função de um querer-dizer” (2009, p. 61). Dessa forma, não é um evento que se inicia e é assim decretado, como uma referência em que há uma única correspondência entre o objeto e seu nome. É um fenômeno que acontece na comunicação e é testado, reorganizado, retomado, conforme o objetivo, a ocasião e se mostra essencialmente dependente dos participantes do ato da fala. Também é necessário que haja a interação entre os envolvidos no processo de comunicação, pois para Santo e Leal, “quando os interlocutores não compartilham das mesmas estratégias, a comunicação fica comprometida, correndo o risco de haver mal-entendidos” (2013, p. 162). Isso quer dizer que o uso das expressões reflete no sentido que se busca dar ao texto e, se essas escolhas não forem explícitas para o receptor, a compreensão não acontece, o que determina que as referências não se estabilizem.

Assim, assumindo-se que a referenciação acontece mais pelas práticas discursivas e interativas dos falantes do que pela categorização automática dos objetos existentes no mundo, chegamos ao processo referencial como meio de construção de referentes. Esses processos referenciais são apresentados por Koch (2011) com três princípios básicos: princípio da ativação, quando introduzimos um novo referente textual, que fica na memória do interlocutor; princípio de reativação, no qual ativamos novamente o elemento já mencionado através de outra forma referencial, de modo que o referente textual permaneça em foco e o princípio de ativação, em que ativamos um novo referente, deslocando o foco de atenção do anterior.

Com esses procedimentos, o texto, ainda conforme Koch, “é continuamente elaborado e modificado por meio de novas referenciações” (2011, p. 83). Dessa forma, durante a interlocução podem ser acrescentadas novas informações, avaliando-se o referente utilizado. Isso confirma que para a referenciação acontecer é necessário que haja a interação entre os indivíduos que experimentam as categorias com o seu uso.

Com base no que afirmamos sobre a perspectiva de não se poder considerar um mundo discretizado sem considerar que os objetos se constroem na atividade verbal, postulamos, definitivamente, que referir implica relacionar linguagem, mundo e conhecimento, “como atividade sociocognitiva em que a interação, a cultura, a experiência e aspectos situacionais

interferem na determinação referencial” (MARCUSCHI, 2008, p. 139). Ou seja, é a relação que cada indivíduo possui que auxilia em sua atividade discursiva. E esta atividade engloba a produção textual oral e escrita interferida diretamente pelas escolhas, pelas preferências e pelo modo como cada usuário da língua o faz.

Nas próximas seções, apresentaremos um estudo sobre os processos referenciais que abrangem os processos anafóricos.

3.2 Referenciação: principais fenômenos linguísticos

Em um processo de produção e compreensão textual, no qual os referentes se constroem pela ativação de conhecimentos armazenados em sua memória, temos “uma oscilação entre vários movimentos: Um para frente (projetivo) e outro para trás (retrospectivo), representáveis parcialmente pela catáfora e pela anáfora” (KOCH, 2011, p. 84-85). Nesse processamento, em que os objetos se constroem, se reconstroem e são retomados de acordo com os interacionistas, interessa para este estudo a anáfora, especialmente a anáfora encapsuladora.

3.2.1 Anáfora como recurso textual

Com base no que afirmamos anteriormente, acerca do processo referencial, em uma sequência linguística, o interlocutor, conforme seu sociocognitivismo, escolhe elementos que, entrelaçados, formam o texto. Essa escolha, embora não pré-determinada, não é feita por acaso, ou seja, os objetos não estão prontos e acabados para seu uso na construção do discurso, porém há necessidade de que haja uma conexão de sentido e de organização entre palavras e frases. Assim, retoma-se a coesão, trabalhada no primeiro capítulo desta pesquisa.

Coesão, nas palavras de Koch, “é a forma como os elementos linguísticos presentes na superfície textual se interligam, se interconectam, por meio de recursos também linguísticos, de modo a formar um ‘tecido’ (tessitura)” (2009, p. 35). Assim, o fator textualidade garante que o texto se torne compreensível na sua organização, já que seus elementos estão vinculados de modo a favorecer a leitura.

Halliday e Hasan (apud KOCH, 2009) apresentam como recursos coesivos: a referência, a substituição, a elipse, a conexão e a coesão lexical. A coesão referencial é um mecanismo que funciona de duas formas: “ancorada” e “não-ancorada” (KOCH, 2009, p. 64). A introdução de um novo referente pode ser não-ancorada e a qual ocorre quando um objeto

novo é mencionado no texto. Para ativá-lo é necessário recorrermos à memória do interlocutor. Já a referencia ancorada diz respeito ao novo objeto de discurso introduzido de modo a estar associado a um elemento presente no cotexto. No caso da referencia, Apothéloz apresenta a classificação de exofórica e endofórica. Segundo ele, “as qualidades de exofórica e de endofórica indicam referência aos objetos, respectivamente, ainda não designados no texto e aos designados” (2003, p. 65). Uma situação de retomada do que está no cotexto, caracterizada pela manutenção de sentido do que fora exposto anteriormente, é chamada de anáfora.

Desse modo, num modo mais simples de dizer, anáfora “é o mecanismo linguístico por meio do qual se aponta ou remete para elementos presentes no texto ou que são inferíveis a partir deste” (KOCH; ELIAS, 2008, p. 127). Assim, anáfora é o recurso coesivo utilizado para retomar ou repetir o já dito, o qual garante a continuidade do sentido pelo uso de uma expressão linguística que remete ao antecedente, num movimento retroativo, efetivando a progressão temática do texto. Essa possibilidade de reativação de um elemento pode acontecer tanto pelo uso de pronomes, quanto pelo uso de sintagmas nominais que necessitam da ativação da memória cognitiva para se manifestar e para ser compreendidos.

Podemos acrescentar ainda que a anáfora, em sua conceituação mais clássica, como afirma Marcuschi, “indicava a repetição de uma expressão ou um sintagma no início de uma frase” (2010, p. 54). Muito diferente dessa definição, o mesmo autor conceitua anáfora como “o termo para designar expressões que, no texto, se reportam a outras expressões, enunciados, conteúdos ou contextos textuais (retomando ou não), contribuindo assim para a continuidade tópica e referencial” (2010, p. 54). Entendemos que, desse modo, não é mais possível afirmar que há restritamente uma retomada referencial do que já foi explicitado, caracterizada somente pelo uso dos pronomes e de forma correferencial⁵. Existem outras estratégias que Koch chama de uso de “*expressões nominais definidas* e uso de *expressões nominais indefinidas*” (2009, p. 67, grifo do autor). Isso conduz ao entendimento de que a anáfora, numa ocorrência textual, pode acontecer, como sustenta Milner (apud MARCUSCHI, 2001, p. 197), pelo nome ou pelo sintagma nominal, independente do contexto textual, já o pronome não tem autonomia referencial, necessita de um antecedente para estar ancorado. A respeito do uso da nominalização, há que se destacar, ainda, a questão da interpretação da anáfora, pois essa pressupõe a cognição e a situação em que ela é produzida e interpretada. Em vista disso, Marcuschi afirma que “a interpretação referencial das anáforas não é uma questão de

⁵ Correferencial: Retomada de uma expressão do texto com mesmo gênero, número.

implicaturas (pragmáticas), nem de pressuposições (semânticas) ou algo desse tipo, e sim uma questão de interpretações ou de espaços mentais gerados no contexto discursivo e com objetivos específicos” (2001, p. 199).

Por isso, devemos considerar a construção da anáfora de forma experimentada, ou seja, não definitiva, pois, aquele que a formula, o faz com base no resultado que obtém de seu interlocutor, reafirmando ou refazendo, conforme o modo como esse item é interpretado. Podemos, assim, considerar o universo do conhecimento tanto por parte do falante que elabora sua interlocução, escolhendo referentes a partir do que sabe, quanto por parte do ouvinte que entende a anáfora de acordo com o conhecimento que tem.

Apothéloz (2003, p. 53), por sua vez, analisa a anáfora no que se refere a sua interpretação, fazendo distinção entre aquela controlada sintaticamente pelo seu antecedente e aquela dependente de fatores textuais e pragmáticos. No caso de pronomes, pode haver ou não uma relação referencial. Há casos em que o seu uso apenas se liga pela sintaxe, não apresentando nenhuma evidência de retomada. Ao tratar de antecedentes, esse mesmo autor (2003, p. 52) rejeita a ideia de que a sua retomada por pronomes ocorre sempre de modo anafórico, argumentando que isso só convém a “expressões metalinguísticas ou metadiscursivas”, pois podem ser expressões referenciais no sentido mais geral do termo. Para esse autor, o que se chama de antecedente, um fragmento do texto que está antes do elemento anafórico do texto, tem com esse uma relação de interpretação ou de correferência, com base em atributos utilizados no próprio, contexto, considerado dispensável ao funcionamento das formas de retomada. Depreende-se dessas elaborações que é pertinente a existência do que o autor chama de “uma denominação prévia do referente” (2003, p. 59), é o caso da designação feita por meio de um pronome pessoal que pressupõe uma categorização explicitamente dada. Por fim, Apothéloz postula a necessidade dos conhecimentos partilhados entre os interlocutores para existir a construção de sentido nas retomadas anafóricas.

Com essas concepções de anáforas, constatamos que não há apenas uma forma de retomar o referido anteriormente no texto. Há várias estratégias que contribuem na elaboração de sentido e na progressão discursiva. Por isso, Koch (apud CAVALCANTE, 2010, p. 128, grifo do autor) as divide em “co-referenciais [sic] e não correferenciais”. Esses dois tipos de anáforas e suas principais subdivisões comporão a próxima seção.

3.2.2 Tipos de anáfora: diferentes formas de referenciar

As anáforas, pelo parâmetro da referencialidade, podem-se distinguir em dois tipos: as correferenciais, chamadas de diretas e as não correferenciais, indiretas. Considerando o caso em que a interpretação de um elemento do texto depende de outro, de um antecedente, tem-se uma relação correferencial, pois a retomada acontece diretamente pelo objeto de discurso mencionado anteriormente neste texto. Marcuschi afirma que as anáforas diretas:

retomam referentes previamente introduzidos, estabelecendo uma relação de co-referência entre o elemento anafórico e seu antecedente. Para haver uma equivalência semântica e, sobretudo, uma identidade referencial entre anáfora e seu antecedente. Na realidade, a anáfora direta seria uma espécie de substituto do elemento por ela retomado (2010, p. 55).

Dessa forma, obtém-se, pela correferenciação, uma vinculação textual, pois reativa-se uma expressão mencionada no texto, em que se observa a concordância em número e gênero. No entanto, isso não significa que haja uma “significação nem identidade estrita entre anáfora e antecedente” (MARCUSCHI, 2010, p. 55), porque retomar anaforicamente um termo não é reproduzi-lo com exatidão em outra expressão, mantendo seu estado expressivo anterior, mas retomá-lo de modo a torná-lo um recurso de continuidade do texto. Ainda, nas palavras de Marcuschi (2010) não existe uma classe de palavras, as quais possam ser classificadas como anafóricas, o que leva a intensificar a ideia de que é um processo referencial, ou seja, não há sintagmas específicos para a retomada.

Milner (2003, p. 96) usa o termo *anáfora pronominal* para a anáfora correferencial, explicitando que, nesse caso, há uma “relação simétrica de correferência e uma relação assimétrica, que se pode chamar de retomada entre dois termos heterogêneos, um autônomo, outro não-autônomo [sic]”. Nesse caso, o termo anafórico depende, inteira ou parcialmente, do anterior para ser interpretado. Assim, para haver a compreensão é preciso recorrer ao cotexto linguístico. Por isso, há a reativação de um antecedente, de maneira a trazê-lo novamente ao foco discursivo.

Cavalcante (2003) subdivide as anáforas diretas, que acontecem por retomada, em dois grupos, em totais ou parciais, como podemos observar no Quadro 2 deste trabalho. A autora define anáfora correferencial total, como aquela que “abrange qualquer processo em que duas expressões referenciais designam o mesmo referente, não importando o fato de a expressão anafórica remeter retrospectivamente ou prospectivamente” (2003, p. 109). Ainda, quanto ao

significado, separa a anáfora correfencial total em três tipos: co-significativas, recategorizadoras ou uma terceira forma que não se enquadra nos dois casos anteriores.

A anáfora correferencial total co-significativa (1º grupo, Quadro 2) acontece pela repetição de termos anteriormente citados ou por sinônimos e quando houver recategorização lexical, ou seja, “quando uma forma referencial for renomeada no discurso, a fim de se adaptar aos objetivos comunicacionais persuasivos do enunciador” (CAVALCANTE, 2003, p. 109). Isso pode ser evidenciado pelos exemplos:

(1) ***Desacompanhado**, os conhecidos me enxergam **pela metade, desfalcado, insuficiente**.*

(CARPINEJAR, Fabrício. *Zero Hora*, 12 nov. 2013, p. 2)

(2) *Muitos pares não aguentam a simbiose pública. Entram em **crise**, esperneiam pela aparente falta de liberdade, pedem a separação. É preciso ser muito resolvido para não temer a dependência. A tendência é de se enxergar sufocado e pirar. Não sofro dessa **crise**.*

(CARPINEJAR, Fabrício. *Zero Hora*, 12 nov. 2013, p. 2)

(3) *A **minha avó**, que era uma avó clássica, **avó** que passava o dia cozinhando e que se orgulhava dos acepipes que preparava, pois a **minha avó**, lá pelas quatro horas, nos chamava para o café da tarde.*

(COIMBRA, David. *Zero Hora*, 1º nov. 2013, p. 2)

No exemplo (1), *desacompanhado* é retomado por palavras de sentido semelhante: *pela metade, desfalcado, insuficiente*, enfim, por termos que retomam o sentido explicitado anteriormente, utilizam-se palavras do mesmo campo semântico. Já no exemplo (2) acontece a reiteração do termo *crise*, porém, verifica-se uma diferença entre as duas ocorrências. Isso porque, na primeira vez, em que aparece traz um sentido genérico, ou seja, está mostrando a *crise* como um acontecimento comum que afeta muitos casais, portanto é mostrada como uma ocorrência geral. Na repetição, há um acréscimo de sentido, assim *crise* especifica de que trata o texto. Com isso, na repetição do vocábulo *crise*, não apenas se recupera um referente já citado na porção anterior do texto, como também se possibilita a construção de um novo significado para esse termo. De igual forma, no exemplo (3), ao repetir o termo *avó* se agrega valor, a partir do que já foi dito sobre ela. Não é simplesmente uma repetição de termos, pois foram acrescentados atributos que tornam a recorrência uma referência de maior relevância para o sentido do texto.

A anáfora correferencial total recategorizadora (2º grupo, Quadro 2) acontece por hiperônimo (sintagma de sentido mais específico em relação a outro mais geral), por expressões definidas (acréscimo de informações que particularizam o referente e/ou destacar pontos de vista do enunciador sobre a entidade referida), por nome genérico e por pronome. O exemplo abaixo pode auxiliar na compreensão da forma como acontece por pronome:

(4) *Lendo alguns livros e assistindo, tenho percebido como o caminho para ser feliz é óbvio – eu mesma já fui acusada de escrever sobre coisas óbvias, e não tenho como me defender contra isso: escrevo obviedades, sem dúvida.*

(MEDEIROS, Martha. *Zero Hora*, Donna ZH, 6 out. 2013, p. 30)

Nesse caso, o pronome demonstrativo neutro *isso* retoma *já fui acusada de escrever sobre coisas óbvias*. Embora os pronomes não portem, conforme Cavalcante, “conteúdo semântico suficiente para promover uma recategorização explícita, o demonstrativo neutro pode ser empregado com um valor pejorativo” (2003, p. 111), como no exemplo (4), em que *isso* traz uma carga negativa ao referir-se ao que foi dito anteriormente. Esse uso do demonstrativo não pode ser confundido com o emprego dos pronomes pessoais que têm uma retomada co-significativa.

Ainda dentro da anáfora total, no terceiro grupo (vide Quadro 2) estão a anáfora total não co-significativa e não recategorizadora que acontece através dos pronomes pessoais, como no exemplo:

(5) *Herdei a compreensão amorosa de meu avô. Ele fazia questão de ser enterrado ao lado da vó. Era sua única exigência no testamento.*

Dizia que não queria ser lembrado sozinho, já que o seu melhor vinha dela.

(CARPINEJAR, Fabrício. *Zero Hora*, nov. 2013, p. 2)

Ele, seu e dela, no exemplo, são pronomes que possuem uma função anaforizante, porém sua função é tida como gramatical e não lexical, pois apenas representam seus antecedentes nominais, *avô (ele, seu)* e *vó (dela)*.

Na anáfora parcial, segundo Cavalcante (2003) está a co-significativa (vide Quadro 2), sendo por sintagmas nominais antecidos por um quantificador, por pronome indefinido ou por numeral e por adjetivo. Os exemplos abaixo explicitam a anáfora parcial:

(6) Era **um tipo** de café da tarde. Dos **melhores tipos**.

(COIMBRA, David. *Zero Hora*, 1º nov. 2013, p. 2)

(7) Estava num avião da TAM observando a comissária oferecer **balas** aos passageiros, como de costume, antes de a aeronave decolar. Nunca peguei **uma**, talvez porque a criança em mim se manifeste: 10h da manhã, antes do almoço?

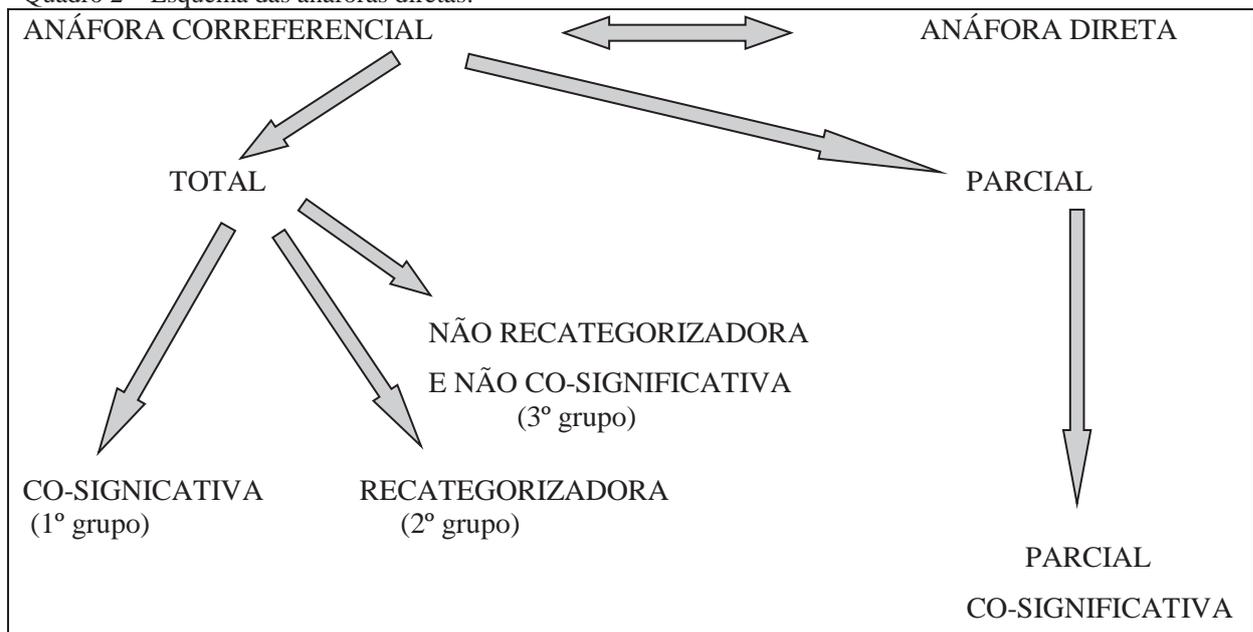
(MEDEIROS, Martha. *Zero Hora*, Donna ZH, 13 out. 2013, p. 30)

No exemplo (6), *melhores tipos* anaforizam *um tipo*. A expressão *um tipo* é uma forma genérica de falar dos cafés, então eles podem ser qualquer tipo. *Melhores tipos* retoma *um tipo*, qualifica-o e especifica-o, agregando valor e mostrando que já não é mais qualquer café. Nesse caso, o que acontece é uma recategorização que particulariza, mostrando um movimento inverso do que normalmente ocorre com as anáforas indiretas “que se instauram muitas vezes por uma relação de parte-todo” (CAVALCANTE, 2003, p. 8).

No exemplo (7), a expressão *uma* retoma como parte do todo do referente *balas*, e ao especificá-lo impõe um novo sentido, pois atribui um novo significado às balas, lembrando a sua infância. Nessa ocorrência, constatamos mais uma vez que, assim como no caso da anáfora generaliza, o sentido do elemento linguístico, também é particularizado pela anáfora em questão.

Esquematisando a organização que Cavalcante (2003) faz acerca das anáforas diretas, descritas anteriormente (Quadro 2), tem-se:

Quadro 2 – Esquema das anáforas diretas.



Fonte: elaborado pela autora.

Ainda pelo parâmetro da referencialidade, situam-se, também, as anáforas não correferenciais, chamadas indiretas, que introduzem referentes novos com base em âncoras cotextuais. As anáforas que não retomam o referente são as chamadas anáforas indiretas,

tendo duas características fundamentais, porém não únicas: (i) a não-correferencialidade e (ii) a introdução de um referente novo sob o modo do conhecido [...]. As anáforas indiretas são, assim, continuidades referenciais sem retomada, apenas com remissão a uma âncora no co(n)texto (CAVALCANTE, 2003, p. 113).

Isso significa que não apresentam uma relação morfológica ou sintática com seu antecedente e que para compreendê-las não há necessidade de reativar referentes já expostos. Segundo Marcuschi, a anáfora indireta “é um caso de *referência textual*, isto é de construção, indução ou ativação de referentes no processo textual-discursivo que envolve atenção cognitiva conjunta de interlocutores e processamento local” (2010, p. 54, grifo do autor). Dessa forma, para sua compreensão, são levados em conta aspectos sociocognitivos, pois o sintagma se fundamenta a partir daquilo que se interpreta do texto. Assim, as anáforas indiretas, de acordo com Koch,

são formas nominais que se encontram em dependência interpretativa de determinadas expressões da estrutura textual em desenvolvimento, o que permite que seus referentes sejam ativados por meio de processos cognitivos inferenciais, possibilitando, assim, a mobilização de conhecimentos dos mais diversos tipos armazenados na memória dos interlocutores (2011, p. 107).

Percebemos, desse modo, que a anáfora indireta se caracteriza pela introdução de um referente que, embora seja novo, pode ser conhecido pela relação que esse estabelece com o que já foi interpretado do texto. Esse mecanismo acontece porque o interlocutor ativa mentalmente conhecimentos internalizados para reativar o novo objeto de discurso, garantindo assim a progressão textual.

Koch defende, porém, que nem toda anáfora indireta depende de processos inferenciais, de maneira apresenta duas possibilidades de classificação:

1. ativação de conhecimentos de mundo armazenados na memória de longo termo para a desambiguação, precisão ou complementação de unidades e estruturas textuais;
2. a construção de informações, ou seja, a formação dinâmica e depende de contexto (“situada”) de representações mentais, com vistas à construção do modelo de mundo textual (2011, p. 108).

No primeiro grupo, se processa, no léxico, uma busca do fundamento necessário para a construção do sentido, ou seja, o interlocutor deve encontrar o modo de entender a anáfora no conjunto de expressões que tem. Enquanto que, no segundo grupo, tal entendimento é baseado no conhecimento de mundo, ou seja, aqueles adquiridos socioculturalmente.

Salientamos, desse modo, o comentário de Marcuschi (2010), ao ressaltar que para compreender corretamente a anáfora indireta é preciso buscar o contexto das âncoras presentes no texto, pois, embora não haja uma relação explícita entre o elemento que foi introduzido no texto e seu antecedente, os dois termos estão vinculados, de modo que o segundo dá sequência ao primeiro, possibilitando a sustentação do significado do texto.

Com as estratégias de compreensão baseadas nos processos de ativação e reativação de âncoras do texto, não fundamentada no encadeamento linear dos seus elementos, Marcuschi (2010), por sugestão de Schwarz (2000), apresenta dois tipos de anáforas indiretas: *tipos semanticamente fundados* e *tipos conceitualmente fundados*. De acordo com esse linguista, o primeiro tipo exige “estratégias cognitivas fundadas em conhecimentos semânticos armazenados no léxico (mais especificamente ligadas a âncoras lexicais precedentes) e estão vinculados a papéis semânticos” (MARCUSCHI, 2010, p. 61). Já o segundo tipo exige “estratégias cognitivas fundadas em conhecimentos conceituais baseados em modelos mentais, conhecimentos de mundo e enciclopédicos (mais especificamente vinculados ao modelo de mundo textual presente no co(n)texto) e mais ligados a processos inferenciais no geral” (MARCUSCHI, 2010, p. 61).

Desse modo, para compor a referência, numa sequência linguística, a anáfora indireta não faz uma retomada de um antecedente, não é então apenas no limite do texto que pode ser construído o seu sentido. Fazemos então uma remissão ao que anteriormente foi explicitado, porém, tanto no primeiro como no segundo tipo, precisamos de recursos externos ligados aos interlocutores que dizem respeito ao seu conhecimento ou à sua experiência de mundo.

A anáfora indireta, ainda, de acordo com Cavalcante (2003), pode acontecer de três maneiras: anáfora indireta com categorização de um novo referente, anáfora indireta com recategorização lexical implícita e anáfora indireta com recategorização lexical, como podemos observar no Quadro 3.

No primeiro caso, a anáfora indireta com categorização de um novo referente, o anafórico não retoma o termo que o antecede, mesmo fazendo parte dele, é independente e possível de se associar ao todo mediante ativação da memória. Observemos o exemplo:

(8) *Dedicam suas horas a zelar por uma farsa, a proteger **um conto de fadas** que existe na aparência, tentando salvar **o casamento** a qualquer custo.*

(CARPINEJAR, Fabrício. *Zero Hora*, 31 dez. 2013 e 1º jan. 2014, p. 2)

Nessa construção linguística, para compreender que *o casamento* retoma *um conto de fadas*, é necessário que ativemos mentalmente o significado de contos de fada no contexto em que é utilizado; nesse caso com o raciocínio que fazemos, para as mulheres, os dois sintagmas têm uma relação de afinidade, ou seja, é possível estabelecer uma ligação entre os dois. Essa necessidade de recorrer ao conhecimento de mundo para auxiliar na compreensão da anáfora evidencia a intertextualidade como recurso necessário para estabelecer sentido, pois, a expressão *conto de fadas* faz referência a outro texto já conhecido do leitor. Destacamos, ainda, que o artigo *o* tem a função de particularizar *um conto de fadas* em *o casamento*.

No segundo caso, anáfora indireta com recategorização lexical implícita, há modificação no referente, porém de modo subentendido. O exemplo de Marcuschi (1998, apud CAVALCANTE, 2003) pode explicar:

(9) *A equipe médica continua analisando o câncer do Governador Mário Covas. Segundo eles, o paciente não corre risco de vida.*

Nesse texto, o referente *eles* retoma um antecedente implícito, porém é possível interpretá-lo a partir de *A equipe médica*.

Por último, a anáfora indireta com recategorização lexical diz respeito à possibilidade de, anaforicamente, com acréscimo de novos sintagmas, reconstruir sentidos no texto, conforme o exemplo:

(10) *Feliz **aniversário!** Foi só ela ouvir o cumprimento e virou o rosto como se estivesse sendo agredida. “Não repita isso de novo. Não sei o que há de feliz em **ficar mais velha**”.*

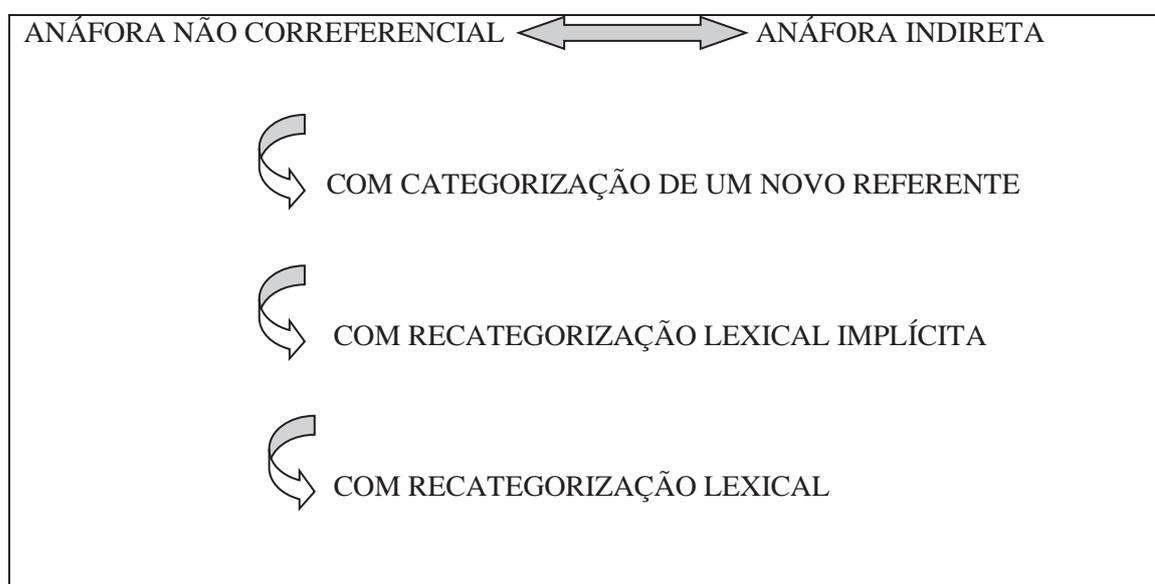
(MEDEIROS, Martha. *Zero Hora*, Donna ZH, 10 nov. 2013, p. 34)

No exemplo (10), *aniversário* recategoriza-se em *ficar mais velha*, ou seja, acontece uma transformação na forma de designação, de modo que acrescenta outro sentido ao primeiro referente destacado, quebrando a expectativa esperada do seu significado que de positivo passa a ser negativo com a sua modificação. Poderíamos apontar aqui os fatores de textualidade de situacionalidade e de informatividade, uma vez que precisamos de um

conhecimento prévio e partilhado para inferir que fazer aniversário significa comemorar mais um ano de vida, o que significa, principalmente, ficar mais velha. São esses fatores de textualidade que colaboram na construção desse sentido.

Da mesma forma que esquematizamos anteriormente, nesta pesquisa, a organização de Cavalcante (2003) acerca das anáforas diretas, também faremos com as anáforas indiretas já estudadas (Quadro 3), excluindo-se as encapsuladoras, as quais também fazem parte do grupo e serão analisadas posteriormente:

Quadro 3 – Esquema das anáforas indiretas.



Fonte: elaborado pela autora.

No aspecto da referenciação, Koch (apud CAVALCANTE, 2010) divide as anáforas indiretas em associativas e inferenciais, além de encapsuladoras. Assim, essa autora distingue as anáforas associativas das inferenciais: “[...] na anáfora associativa, é preciso selecionar convenientemente termos pertencentes a um mesmo campo lexical, de modo a permitir, por meronímia, a construção dos referentes” (apud CAVALCANTE, 2010, p. 128). “Por outro lado, as anáforas indiretas propriamente ditas, não-associativas [sic], ou mais inferenciais, não se estabeleceriam por uma condição léxico-estereotípica, mas sim” (CAVALCANTE, 2010, p. 128), entende Koch, “por uma relação indireta que se constrói inferencialmente, a partir do co-texto, com base em nosso conhecimento de mundo” (apud CAVALCANTE, 2010, p. 128).

Desse modo, torna-se possível afirmar que a anáfora indireta, do tipo associativo, não retoma nenhum referente, mas está apoiada em um termo anterior que é ativado pela memória, ou seja, pela relação entre os dois termos, possível de acontecer por estarem no mesmo campo lexical. Já o segundo, não associativo, pode ser apreendido a partir da

compreensão que temos do cotexto em conjunto com o conhecimento de mundo do interlocutor.

Ainda retomando a classificação de Kock (apud CAVALCANTE, 2010), abordaremos a anáfora encapsuladora que se constitui numa forma de remissão a objetos-de-discurso mencionados ou inferíveis do contexto que lhe serve de fonte. Esse recurso linguístico que recupera uma parte do texto por meio de nominalizações, rótulos ou dêiticos, é o objeto principal deste estudo e será tratado na próxima seção.

3.3 Anáfora encapsuladora: a anáfora deste estudo

Considerando que os objetos do discurso se constroem e reconstroem no texto e não são previamente existentes, temos, na anáfora encapsuladora, um recurso linguístico que auxilia na construção e na reconstrução desses objetos, garantindo a coesão e, conseqüentemente, a continuidade do texto.

Segundo Cavalcante, “encapsular consiste em resumir proposições do discurso empacotando-as numa expressão referencial, que pode ser um sintagma nominal [...], ou pode ser um pronome, geralmente demonstrativo” (2003, p. 115). Assim, as anáforas encapsuladoras “resumem uma porção textual e rotulam-na, indicando ao co-enunciador como se espera que o conteúdo resumido seja interpretado” (CAVALCANTE, 2003, p. 115). Percebemos, então, que não existe, um sintagma ao qual o encapsulamento pode remeter, por isso é chamado de anáfora indireta, mas ele pode recuperar sem retomar o que há no cotexto, de modo que o antecedente não é condição obrigatória para a existência desse tipo de anáfora.

De acordo com Conte, o encapsulamento anafórico “é um recurso coesivo pelo qual um sintagma nominal funciona como uma paráfrase resumidora para uma porção precedente do texto” (2003, p. 178). Porém, não é de uma simples retomada do que já foi dito no texto de forma sintetizada, mas, ainda, como afirma Conte (2003), trata-se também de acrescentar um sintagma novo, ou não utilizado anteriormente no texto e de recategorizarmos aquilo que já foi dito, ou seja, retomar uma informação já dada com uma referenciação. Esses referentes são inseridos à medida que há necessidade de se trazer o que já foi informado, pela uma recategorização. No entanto, compreendemos que nessa retomada nem sempre está apenas o já pronunciado, mas pode estar aí, também, elementos extratextuais. Então, o encapsulamento anafórico “não concerne aos conteúdos do texto, mas pode também resultar na categorização e na hipostasiação de atos de fala e de funções argumentativas no discurso” (CONTE, 2003,

p. 187). Por isso, podemos afirmar que há elementos cotextuais e também contextuais presentes na anáfora encapsuladora.

Cavalcante (2003) sugere que sejam incluídos entre as anáforas os dêiticos discursivos, os quais são elementos que apresentam como características: o encapsulamento, pelo qual o conteúdo recebe o nome de referente e é categorizado como rótulo; o procedimento dêítico, pelo que é orientado o foco de atenção dos interlocutores; e a pressuposição do posicionamento do falante ou destinatário na situação real da comunicação. Com base nesse pressuposto, a autora afirma que as anáforas encapsuladoras com dêítico, ou dêiticos discursivos, podem manifestar-se por pronomes demonstrativos ou por sintagmas nominais; nesse último caso, constituem rótulos com dêítico.

Os rótulos, porções do texto sumarizadas, não referem um antecedente específico, de acordo com Schwarz, “mas referentes textuais abstratos e frequentemente genéricos e inespecíficos” (apud KOCH 2010, p. 38). Essas formas, para serem interpretadas necessitam de respaldo no léxico do interlocutor, ou seja, precisam ser compreendidas pelo seu significado particular e, além disso, sempre com base no que diz o cotexto. Para isso, é preciso a ativação da memória e o retorno ao que o texto focalizou anteriormente, dessa forma, com o conhecimento que possui articulado com as informações, torna-se possível compreender o sentido que se estabelece com o novo elemento integrador. Segundo Koch, essa refocalização da informação cotextual atribui uma função predicativa, tratando-se assim de “formas híbridas, simultaneamente referenciadoras e predicativas, isto é, veiculadoras tanto de informação dada ou inferível quanto de informação nova” (2010, p. 39). Na esteira dessa informação, são reconhecidos dois tipos de anáforas encapsuladoras:

- 1) as que simplesmente rotulam um segmento do texto, transformando-o em objeto-de-discurso e abrindo a possibilidade de progressão textual;
- 2) as que realizam operações de nominalização, por meio de nomes deverbais ou não. Consistem em rotulações resultantes de encapsulamentos operados sobre predicções antecedentes subsequentes, ou seja, sobre processos e seus actantes, os quais passam a ser representados como *objetos-acontecimento* na memória discursiva dos interlocutores. Do ponto de vista da dinâmica discursiva, apresentam-se, *pressupondo* sua existência, um processo que foi (ou será) predicativamente significado, que acaba de ser (ou vai ser) *posto*.

Apothelóz (2003), por sua vez, apresenta a anáfora encapsuladora como *anáfora por nomeação*, explicando ser um processo em que uma proposição anterior se transforma em *objeto individuado*. Afirma também que a nomeação pode ocorrer de duas maneiras, com conteúdos implícitos na porção anterior do texto ou com a manifestação subjetiva do locutor.

Nesse último caso, trata-se não de um mecanismo referencial somente, mas também de uma contribuição para a construção de sentido do discurso.

Podemos afirmar ainda que a anáfora encapsuladora, além de efetuar uma remissão ao antecedente de forma resumida, retomando uma parte anterior pronunciada, “permite fazer o texto avançar numa nova direção” (FERREIRA, 2011, p. 18), pois constrói um referente novo de forma a manter uma coesão ao que foi anteriormente mencionado e permite a progressão discursiva. Assim, o texto ganha uma continuidade temática baseada no já falado, com vista ao que será e como será abordado.

Constatamos, dessa forma, que a anáfora encapsuladora traduz-se em importante recurso para a construção do texto, pois, ao usar um termo dentro de uma grande possibilidade de escolha que resume uma porção anterior, permite a sequência de uma argumentação sem repetição do que já foi mencionado. De acordo com Conte, “é um subtítulo que simultaneamente interpreta um parágrafo precedente e funciona como um princípio organizador na estrutura discursiva” (2003, p. 184). Serve, portanto, como uma ligação coesiva do já dito ao novo. De igual forma, afirmamos que o uso desse recurso determina o rumo da compreensão textual, já que é uma operação que acontece com base no conhecimento e na interação de cada indivíduo envolvido no ato da comunicação.

Ainda de acordo com Conte, o encapsulamento anafórico “funciona simultaneamente como um recurso coesivo e como princípio organizador, e pode ser um poderoso meio de manipulação do leitor” (2003, p. 186). Isso porque permite ao indivíduo que se utiliza desse processo, através de sua seleção entre as várias alternativas de encapsulamento, expressar como vê, sente e pensa, revelando suas influências culturais, educacionais, religiosas e outras experiências. Do mesmo modo, viabiliza a exposição de um ponto de vista e a indução de argumentação em favor de determinada interpretação.

Atribuímos, assim, além da função organizadora de texto, uma finalidade argumentativa, pois mediante escolhas lexicais, feitas pelo usuário da língua para compor esse processo referencial, o produtor do texto explicita uma opinião com o objetivo de convencer seu leitor acerca de suas ideias. Nesse sentido, retoma-se Mondada e Dubois, os quais afirmam que os objetos de discurso “são marcados por instabilidade constitutiva” (2003, p. 17). Sua formação não é marcada pela constância, porque o locutor faz escolhas e conduz o sentido do texto.

A construção do encapsulamento anafórico, face à teoria aqui apresentada, acontece através de um sintagma nominal ou por um pronome, os quais resumem uma porção anterior do texto, rotulando-a, com nova categorização. Porém, percebemos que o encapsulamento pode ocorrer de diferentes maneiras, como observamos nos exemplos a seguir.

(11) *Sofrem pela dor física, mas sofrem ainda mais pela esperança de que um dia seu homem vai se recuperar. E isso não acontece.*

(CARPINEJAR, Fabrício. *Zero Hora*, 31 dez. 2013 e 1º jan. 2014, p. 2)

Conforme Conte, “o demonstrativo (por seu intrínseco poder dêitico) apresenta um objeto novo ao leitor, ou o põe em foco. O demonstrativo também deve ser considerado como uma instrução ao leitor para que descubra o antecedente da expressão anafórica” (2003, p. 183). Nesse exemplo (11), o pronome demonstrativo *isso* assume a função de resumir a parte antecedente e de recuperar o que já foi dito, colaborando na construção de sentido.

(12) *Eu tinha chegado a Madri literalmente tomado por uma reação alérgica a um antibiótico receitado para a sinusite. Troquei toda a minha pele. Saí da Espanha outro homem, pelo menos na superfície.*

Tudo porque não notei que o antibiótico ingerido continha a invenção do Dr. Fleming, à qual sou alérgico.

(VERISSIMO, Luis Fernando. *Zero Hora*, Donna ZH, 15 dez. 2013, p. 4)

No exemplo 12, o encapsulamento ocorre pela escolha de um sintagma: *tudo*. Essa expressão resume a proposição anterior, ligando duas proposições do texto. Serve, portanto como elemento coesivo que permite a sua continuidade e auxilia na compreensão global do que está escrito. O leitor, nesse caso, precisa recorrer à memória daquilo que já depreendeu do texto para entender a que se refere o *tudo*, isso exige dele atenção ao que já foi dito.

Já a forma encapsuladora remissiva destacada no exemplo 13 é constituída de um pronome demonstrativo (*dessa*) acompanhado por sintagmas nominais (*transferência descabida*) que, além de resumir o que foi dito anteriormente e possibilitar a coesão, apresentam um valor persuasivo (KOCH, 2010), pois orientam o leitor a uma conclusão, ou melhor, induzem a uma construção do sentido do texto ao apresentar um ponto de vista daquele que escreve. De acordo com Conte, “quando o nome encapsulador é um nome axiológico⁶, o determinante demonstrativo é quase inevitável, já que existe um tipo de afinidade eletiva entre demonstrativos e termos avaliativos (axiológicos)” (2003, p. 183). O

⁶ Axiológico: termo de valor

demonstrativo *dessa* tem a função de localizar a porção do texto anaforizada, além de auxiliar no seu resumo. Vejamos abaixo:

(13) *Nossa dor existencial vem também de quando levamos a sério o que dizem os outros, o que fazem os outros e o que pensam os outros – uma insanidade, pois quem é que realmente sabe o que pensam os outros? Pensamos no lugar deles e sofremos por esse pensamento imaginado. Nossa dor existencial vem **dessa transferência descabida**.*

(MEDEIROS, Martha. *Zero Hora*, Donna ZH, 24 nov. 2013, p. 34)

No exemplo a seguir (14), a anáfora encapsuladora é constituída apenas por sintagma nominal (*mal-entendido*) e também expressa uma possibilidade de realizar a compreensão pela escolha lexical feita, que revela, porém, certa ironia ao reconstruir acontecimentos, que pela escolha do locutor se revela como engano. Esse direcionamento que se dá na continuidade do texto pode causar contestação ou aceitação daquele que lê, à medida que concorde ou não com a ideia de que usar os pertences dos outros, como se fossem seus, trata-se de um *mal-entendido*.

(14) *Usamos a toalha do outro por engano. Pode estar encharcada e sustentamos que não foi a gente. Comemos um doce reservado na geladeira e somos capazes de jamais admitir a autoria e desfazer o **mal-entendido**.*

(CARPINEJAR, Fabrício. *Zero Hora*, Donna ZH, 17 nov. 2013, p. 6)

Com base nesses exemplos, constatamos a importância do encapsulamento anafórico para a organização do texto. Nesse sentido, Conte afirma que “no encapsulamento anafórico, a nova expressão referencial (que é motivada pelo discurso precedente) funciona retroativamente como um recurso de integração semântica” (2003, p. 184). Dessa forma, os termos utilizados para resumir o que antecede servem também para integrar as partes do texto de modo coesivo e coerente. Coesivo por estabelecer conexões na sequência textual que garantem a progressão e coerente por tornar possível construir sentido.

Ainda, pela anáfora encapsuladora é possível o “escritor atribuir uma força ilocucionária a algum enunciado” (CONTE, 2003, p. 188). Isso porque, ao fazer uma referência desse tipo, concerne ao texto sua marca, suas experiências, sua opinião acerca do que está escrevendo com o objetivo de manipular o leitor. Registra-se a presença do produtor

do texto – e, portanto, sua intencionalidade – ao escolher uma dada forma da língua e não a outra. Essa escolha traz um valor determinado à construção do sentido do texto.

No próximo capítulo, faremos a análise do *corpus*, a qual será baseada no estudo teórico apresentado. Antes, porém, apresentaremos a metodologia da análise e discorreremos considerações sobre gênero textual e crônica.

4 METODOLOGIA E ANÁLISE

Neste capítulo, apresentamos o *corpus*, o método de pesquisa e os procedimentos metodológicos de análise, bem como tecemos considerações sobre gênero textual e também a respeito da crônica. Assumimos que este trabalho se constitui em um estudo bibliográfico, em que se procedeu a uma pesquisa exploratória de abordagem qualitativa acerca do tema referenciado. Abordamos a categorização desse recurso, a anáfora e seu conceito, os tipos e uma organização para análise em crônicas. O objetivo central do trabalho é analisar em que medida a exterioridade contribui para a escolha e a constituição de novos referentes e para compreender como se estabelece o encapsulamento anafórico, a construção e a reconstrução dos objetos do discurso.

Para a constituição deste *corpus* de análise, escolhemos a crônica, por se tratar de um material de fácil acesso e muito atrativo ao leitor, principalmente aos alunos da educação básica, por trazer assuntos cotidianos de fácil compreensão, além de oferecer componentes linguísticos capazes de focalizar e contemplar a investigação acerca da teoria proposta neste estudo. Além disso, trata-se de um gênero que se caracteriza pela apresentação do ponto de vista do cronista sobre um acontecimento cotidiano, caracterização à qual a anáfora encapsuladora se mostra um recurso relevante. .

Para a realização desta pesquisa, inicialmente, buscamos em crônicas publicadas no jornal *Zero Hora*, material alisado com base nas questões teóricas apresentadas nos capítulos anteriores. Assim, realizamos a leitura das crônicas publicadas nesse periódico nos meses de setembro, outubro e novembro de 2014, buscando evidenciar a ocorrência da anáfora encapsuladora. Optamos por esse meio de comunicação por publicar diariamente textos do gênero selecionado de diferentes autores e com temas variados. Como principal critério para a seleção das crônicas que constituem este *corpus*, observamos a realização de anáforas encapsuladoras formadas por pronomes, por expressões resumitivas, por expressões com valor axiológico e por expressões nominalizadoras.

A análise será realizada em três crônicas publicadas no *Jornal Zero Hora*, no ano de 2013: “Mulheres assassinadas” de Diana Lichtenstein Corso, “O encarregado Saboia” de Fernando Luís Schüller e “Vidas editadas” de Cláudia Laitano.

A metodologia consiste em realizar comentários sobre gênero textual e, especificamente, sobre crônica, gênero escolhido como *corpus* para a análise nesta pesquisa, demonstrando sua funcionalidade, suas características, sua abordagem e o seu uso. Para fins de análise, apresentamos os textos por meio de quadros. Em seguida, expomos, da mesma

forma, os referentes e as respectivas expressões anafóricas encapsuladoras. A análise ocorre da seguinte forma:

- a) apresentação do texto;
- b) comentário sobre o texto, considerando seu tema e assunto;
- c) seleção das anáforas encapsuladoras resumitivas, pronominais, com valor axiológico, nominalizadoras .
- d) análise das anáforas encapsuladoras, considerando a teoria que embasa esta pesquisa;
- e) construção do sentido da anáfora encapsuladora no texto.

Na seção 4.1, apresentamos comentários acerca de gênero textual.

4.1 O gênero textual: considerações de funcionalidade

O texto que apresentamos, nesta pesquisa, com base no estudo histórico da linguística textual, analisado sob a perspectiva da referencialidade, constitui uma manifestação do gênero crônica. Com a finalidade de interagir com o outro, o usuário da língua produz um texto, realizando escolhas que determina seu formato e sua funcionalidade, o que definem o seu gênero. Conforme defende Marcuschi (2002), é impossível se comunicar verbalmente se não for pelo gênero, de forma que se postula, assim, a noção de língua como uma atividade social, histórica e cognitiva de natureza funcional e interativa. O que caracteriza a construção textual, em sua forma e em sua função são as situações de comunicação, ou seja, o que, para quem e com que objetivo o texto é produzido, considerando-se o entorno sociocultural, no qual o produtor está inserido. Segundo Bakhtin,

O emprego da língua efetua-se em forma de enunciados (orais e escritos) concretos e únicos, proferidos pelos integrantes desse ou daquele campo da atividade humana. Esses enunciados refletem as condições específicas e as finalidades de cada referido campo não só por seu conteúdo (temático) e pelo estilo de linguagem, ou seja, pela seleção dos recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais da língua, mas acima de tudo, por sua construção composicional (2011, p. 261).

Dessa forma, a comunicação implica na escolha do gênero textual adequado aos propósitos do falante, acrescidos da expressão individual daquele que produz o texto oral ou falado. Em casos de documentos oficiais, como atas ou requerimentos, é necessário seguir formas padronizadas, de modo que estilos individuais não podem ser utilizados na sua elaboração. No entanto, existem casos em que o estilo próprio de linguagem pode se manifestar de forma menos arbitrária, é o caso de um anúncio publicitário ou de uma poesia,

em que seus autores têm maior liberdade para exprimir-se de modo particular, conforme suas características específicas e as de quem desejam referir-se, selecionando, assim, os recursos de linguagem mais adequados.

Quanto ao conteúdo temático, trata-se do conjunto de sentidos, os quais podem ser atribuídos à construção linguística. Cada gênero possui um tema que lhe é próprio. Na tirinha, o tema é o humor; numa receita culinária, os ingredientes e o modo de preparar um prato; em uma gramática, normas de uma língua.

A estrutura composicional diz respeito à estruturação que se faz no gênero, ou seja, são as suas partes constitutivas que permitem a sua organização. Em um romance, por exemplo, é o seu prefácio, seus capítulos e seu epílogo. Numa história em quadrinhos, são a sequência de quadros, os balões e a linguagem verbal e não verbal. Conforme Bakhtin (2011), as formas que dão molde ao gênero são diferentes daquelas formas da língua, no que diz respeito à estabilidade e às normas. Os gêneros se diversificam “em função da situação, da posição social e das relações pessoais de reciprocidade entre os participantes da comunicação” (BAKHTIN, 2011, p. 283). Por isso, os gêneros são considerados instâncias relativamente instáveis, pela adaptação que demonstram frente às necessidades de comunicação, conforme Marcuschi,

a natureza da informação ou do conteúdo veiculado; nível de linguagem (formal, informal, dialetal, culta etc.); tipo de situação em que o gênero se situa (pública, privada, corriqueira, solene etc.); relação entre os participantes (conhecidos, desconhecidos, nível social, formação etc.); natureza dos objetivos das atividades desenvolvidas (2002, p. 34).

Com base nesses aspectos, podemos perceber que não há rigidez completa quanto à produção do gênero, pois há a observação quanto ao seu uso adequado para o local em que vai circular e para o público que deseja alcançar. Por isso, declamar uma poesia diante de uma situação formal como uma audiência com uma autoridade ou proferir uma sentença em uma reunião informal com amigos constitui uma forma culturalmente descontextualizada de emitir um gênero.

Motta-Roth define gêneros como “atividades humanas culturalmente pertinentes, mediadas pela linguagem num dado contexto de situação, atravessado por discursos de ordens diversas” (2005, p. 181), portanto não são individuais, são resultados da cultura, da história e das relações humanas e implicam um diálogo entre quem fala/escreve e quem ouve/lê. Isso reporta a Bakhtin, quando esse afirma que “o ouvinte, ao perceber e compreender o significado (linguístico) do discurso ocupa simultaneamente em relação a ele uma ativa

posição responsiva” (2011, p. 271). Deduzimos, então, que para estabelecermos a compreensão, o compartilhamento de informações, a troca de experiências e de conhecimentos, a interação entre os envolvidos no processo comunicacional é indispensável a escolha adequada do gênero textual.

Os chamados “textos materializados que encontramos em nossa vida diária e que apresentam *características sociocomunicativas* definidas por conteúdos, propriedades funcionais e composição característica” (MARCUSCHI, 2002, p. 22, grifo do autor), também possibilitam o surgimento de novas formas ou adaptações em decorrência das novas tecnologias. Enquanto uma carta, um telegrama, por exemplo, caem em desuso ou se remoldam em forma de e-mail, aparecem as novidades como: o *bate papo*, as charges animadas, resultado da expansão da *internet*. Para haver êxito na comunicação, é necessário que haja flexibilidade em torno dos gêneros, e isso se percebe principalmente naqueles a que Bakhtin (2011) nomeou como gêneros primários, ou seja, os que são usados na vida cotidiana imediata dos usuários da língua, na informalidade, como é o caso de uma conversa entre amigos e um bilhete que a mãe deixa ao filho; já os gêneros secundários são estáveis e fazem parte daquele grupo que são mais elaborados, por isso mais complexos. A crônica, gênero objeto de análise desta pesquisa, está entre os gêneros secundários e será tratado na próxima seção.

4.2 O gênero crônica: um olhar particular

Os gêneros surgem como resultado das manifestações linguísticas entre os indivíduos e, segundo Bakhtin (2011), refletem o meio social e cultural, ou seja, constituem efeito de sua própria origem, do local no qual é produzido. O gênero textual que interessa a este estudo, a crônica, é resultado da visão que o seu escritor tem do cotidiano que vive com a intenção de apresentar fatos políticos, sociais, artísticos e literários, veiculado em jornal.

Sob a perspectiva histórica, a crônica surge na Idade Média “como uma espécie de texto de que se utilizavam os cronistas para organizar os documentos e as narrativas sobre a história do Reino, em ordem cronológica” (DUTRA; COELHO; CAMPOS, 2012, p. 2807) e, inicialmente, trata-se de um relato com objetivo histórico. No Brasil, o primeiro registro desse gênero é a carta de Pero Vaz de Caminha ao rei D. Emanuel, a qual continha as descrições da nova terra descoberta, o Brasil. O autor, em uma narrativa poética, descreve, por meio de impressões pessoais, o novo mundo encontrado. Com o passar do tempo, a crônica tem sua

circulação pelo jornal, acompanha o processo histórico, ganhando um cunho político e social, elaborada, então, por grandes escritores.

Dessa forma, com espaço garantido nos jornais, a crônica, conforme assegura Lima, “é uma forma narrativa que se apoia na temporalidade, vale dizer, na sucessão de acontecimentos e na transformação, no decurso do tempo, dos fatos relatados” (2001, p. 139). Os fatos são considerados óbvios e corriqueiros, podendo ser uma notícia de jornal, uma conversa, que o cronista utiliza como pretexto para compor seu texto. É um modo particular, privilegiado de observar a realidade e escrever sobre ela. Apresenta características como humor, tons de ironia que divertem o leitor, mas também proporcionam uma dada reflexão, sugerindo uma visão ampla, com perspectivas diversas acerca da temática apresentada. Dessa forma, pelo viés da crônica o leitor percebe com mais abrangência um fato cotidiano que considera banal.

Assim, esse gênero se mostra como um instrumento de interação entre leitor e escritor, visto que está composto em um texto curto com linguagem simples que atrai, diverte e convence o leitor. Consideramos esse gênero de grande importância por contribuir para a formação crítica dos leitores.

Na sequência, apresentamos a composição do *corpus* desta dissertação, as três crônicas selecionadas e suas respectivas análises.

4.3 Análise 1

O primeiro texto a ser analisado é a crônica “Mulheres assassinadas”, apresentado a seguir no Quadro 4.

Quadro 4 – Crônica 1: “Mulheres assassinadas”.

Mulheres assassinadas	
1	Tem sempre o dia em que a casa cai. Elas perderam a esperança porque o perdão
2	também cansa de perdoar. Uma sucessão de abusos, de surras causadas pelo ciúme
3	delirante, finalmente encontrou um basta. Seus maridos e namorados ficam enfurecidos,
4	não compreendem a rejeição. Quanto atrevimento! O que foi que mudou? Na lógica
5	<i>deles</i> , vontade própria não existe nas mulheres, portanto a ruptura deve ser por causa de
6	outro. Abstinentes da relação que lhes sustentava a virilidade, decidem lavar a honra

7	ferida: elas não pertencerão a mais ninguém.
8	Léia, oito tiros; Eliene, marteladas; Caroline, degolada; Karla, 10 tiros; Bruna,
9	grávida de 15 anos, facadas; Joyce, negou-se a ter relações sexuais com o marido
10	bêbado, 16 facadas; Rosilene, 12 facadas; Elisângela, espancada até a morte; Tânia,
11	esfaqueada, asfixiada e colocada na geladeira; Maria da Guia, pauladas; só para citar
12	<i>alguns dos muitos casos</i> de outubro, recolhidos a esmo, espalhados por todo o Brasil.
13	Em <i>todos eles os matadores</i> eram ex-companheiros.
14	O fim de um amor sempre causa desespero, sentimento de dissolução, perde-se
15	parte de si. Há também a vergonha pública, pois amor e reputação têm seu destino
16	enlaçados. Portanto, homens e mulheres deveriam equivaler-se nas manifestações de
17	despeito, a dor é democrática. Não é <i>o caso</i> : elas se deprimem, podem praticar
18	maldades, maledicência, partilhas litigiosas; já para muitos deles é uma questão de
19	honra, de vida e morte.
20	Simone de Beauvoir lembrava que o prestígio social da guerra, território
21	masculino, sempre foi maior que o do ato de dar a vida, atributo feminino. Assim,
22	frente à impotência maior de ver-se privado daquela que se julgava possuir, decidir pela
23	sua morte acaba sendo o exercício de uma prática milenar.
24	Nos anos 80, usávamos a frase: “Quem ama não mata”, lembrando que não é
25	aceitável qualquer condescendência com os crimes passionais. Melhoramos um pouco
26	na punição dos assassinos de mulheres, que já gozaram de maior prestígio, acredite.
27	Porém, um dos graves obstáculos na prevenção dos assassinatos de mulheres é a
28	resistência delas, assim como das pessoas ao seu redor, em levar a sério as ameaças que
29	sofrem. Elas acreditam que faz parte do amor e conseguirão reverter <i>a situação</i> .
30	Protegem o agressor como se fosse um filho travesso, são incrédulas frente à letalidade
31	do seu homem. A mulher não tem intimidade com a morte enquanto argumento final,
32	atribuem a eles a capacidade que elas têm de duelar com palavras.
33	Nossas leis são melhores na teoria do que a prática. O amor, em sua face
34	possessiva e descontrolada, continua sendo <i>um serial killer de mulheres</i> . Isso é assim
35	porque no fundo ainda se espera que a mulher se apegue à relação acima de tudo, que
36	ela exerça seu poder através da entrega. São <i>restos</i> , ainda ativos, de um tempo em
37	extinção. O segredo para a erradicação da violência está num trabalho com as
38	potenciais vítimas: é preciso que elas acreditem que serão apoiadas, que maus-tratos
39	são inadmissíveis, que correm riscos e não devem morrer. Nunca mais.

A crônica “Mulheres assassinadas” traz como tema a violência doméstica contra a mulher. Inicialmente, expõe a consequência do ato feminino de rejeitar os maus tratos que recebem dos companheiros: a morte. A morte violenta é trazida por vários exemplos. A partir disso, mostra que há uma diferença entre homens e mulheres quando o assunto é o fim do amor. Para elas, a reação está na depressão, na prática de maldades, no divórcio litigioso. Para eles é a morte. A cronista lembra a autora Simone de Beauvoir, a qual afirma que decidir pela morte daquela que perdeu, sem ter mais o que fazer para impedir isso, é uma prática milenar, comparável ao prestígio masculino social da guerra, o qual é considerado maior que o ato de dar a vida, tributo feminino.

O texto ainda aponta que, apesar da maior punição aos crimes passionais observada nos últimos tempos, ainda não acontece uma real prevenção, sobretudo porque as mulheres ainda se julgam capazes de reverter a situação e se negar a crer que podem ser mortas por seus companheiros.

As leis, na prática, ainda, não contribuem para que a violência não aconteça. E o amor manifestado na posse e no descontrole provoca um *serial Killer* de mulheres, porque elas se entregam a esse tipo de amor, quando, na verdade, deveriam procurar por proteção nessa situação de risco de violência.

Após essa análise inicial, no Quadro 5 consta a seleção das anáforas encapsuladoras:

Quadro 5 – Referentes e expressões anafóricas encapsuladoras (crônica 1).

Referente	Expressão Anafórica Encapsuladora
<i>Seus maridos e namorados</i> (l. 3)	<i>Deles</i> (l. 5)
<i>Léia, oito tiros; Eliene, marteladas; Caroline, degolada; Karla, 10 tiros; Bruna, grávida de 15 anos, facadas; Joyce, negou-se a ter relações sexuais com o marido bêbado, 16 facadas; Rosilene, 12 facadas; Elisângela, espancada até a morte; Tânia, esfaqueada, asfixiada e colocada na geladeira; Maria da Guia, pauladas</i> (l.8-11)	<i>alguns dos muitos casos</i> (l.12) <i>os matadores</i> (l. 13) <i>todos eles</i> (l. 13) <i>um serial killer de mulheres</i> (l. 34)
<i>Portanto, homens e mulheres deveriam equivaler-se nas manifestações de despeito, a dor é democrática.</i> (l. 16-17)	<i>o caso</i> (l. 17)

Referente	Expressão Anafórica Encapsuladora
<i>as ameaças que sofrem</i> (l. 28-29)	<i>a situação</i> (l. 29)
<i>O amor, em sua face possessiva e descontrolada, continua sendo um serial killer de mulheres</i> (l. 33-34)	<i>Isso</i> (l. 34)
<i>ainda se espera que a mulher se apegue à relação acima de tudo, que ela exerça seu poder através da entrega.</i> (l. 35-36)	<i>São restos</i> (l. 36)

Fonte: elaborado pela autora.

A categoria escolhida para realizar a análise desta dissertação, é a anáfora encapsuladora. Queremos, no entanto, previamente, situar dentro do quadro teórico desenvolvido no capítulo 3, a organização das anáforas, conforme Cavalcante (2003). A referida autora divide as anáforas em dois tipos: em correferenciais, também chamadas anáforas diretas e não correferenciais, anáforas indiretas (CAVALCANTE, 2003).

As anáforas correferenciais – diretas – subdivididas em total e parcial (vide Quadro 2) retomam uma expressão já introduzida previamente no texto. O outro tipo é denominado de anáforas não correferenciais – anáforas indiretas, também subdivididas em 4 grupos, sendo que três delas, explicitadas no Quadro 3, e o quarto grupo, apresentado na seção 3.3, que é o tema central deste estudo, a anáfora encapsuladora. As anáforas indiretas são constituídas por processo referencial e permitem ao indivíduo construir seus objetos de discurso de acordo com suas intenções, influenciado pelo contexto social em que está inserido. Dentro desse grupo, destacamos o encapsulamento anafórico que além da função de retomada de antecedentes, serve de recurso para a progressão textual. Assim, por meio de expressões axiológicas ou neutras, resumitivas, nominais ou pronominais, as anáforas encapsuladoras conduzem desencadeamento textual no seu de modo coesivo e coerente.

Como é possível perceber, no Quadro 5, as expressões à direita (destacadas em itálico) são resumos de porções antecedentes do texto que retomam o que já foi dito (CAVALCANTE, 2003) e, claramente funcionam como elemento coesivo ao que virá posteriormente. Como observamos, esse recurso é de grande importância para a estruturação do texto, pois, ao condensarmos um fragmento anterior, induzimos à sua retomada, colocando-o em foco, novamente, sob novo rótulo. No encapsulamento anafórico apresentamos mais que o resumo de uma porção antecedente do texto, isso porque, apesar de reportar a um trecho já mencionado, isso acontece através de um novo sintagma que ainda não

ocorreu anteriormente e, esse novo elemento, além de reforçar ou simplesmente trazer novamente para o foco, pode acrescentar um novo sentido à porção anterior. Dessa forma, a anáfora encapsuladora entrelaça as partes do texto, possibilitando a introdução de novas informações, baseadas nas *velhas*.

O encapsulamento, entendido como o empacotamento de partes do texto em uma expressão referencial (CAVALCANTE, 2003) é evidenciado nas anáforas encontradas no texto analisado, nas quais esse fenômeno ocorre através do uso de pronomes: *Deles* (l. 5), *todos eles* (l. 13), *Isso* (l. 34) ou por sintagmas nominais: *alguns de muitos casos* (l. 12), *os matadores* (l. 13) *um serial killer de mulheres* (l. 34), *o caso* (l. 17), *a situação* (l. 29) e *São restos* (l. 36).

Para inferir um sentido às expressões anafóricas é necessário um movimento retroativo para seu antecedente, pois conforme afirma Milner (apud MARCUSCHI, 2001), o pronome não tem autonomia referencial. Por isso, precisa estar ancorado em um elemento anterior, nesse caso é possível o processo de compreensão por meio de informações do cotexto, ou seja, é no próprio texto que se encontram as pistas que possibilitam constatar qual é a porção do texto recategorizada.

Na primeira ocorrência de anáfora encapsuladora observada na crônica analisada, a expressão *deles* (l. 5) resume e retoma *Seus maridos e namorados* (l. 3). Nesse caso, é uma expressão que constrói a referência e faz a rotulação de modo a trazer novamente ao foco de atenção a proposição anterior para, dessa forma, dar continuidade ao texto. Utilizando esse mecanismo, o produtor do texto apoia-se em um recurso coesivo, que, além de garantir a sequência linguística, numa perspectiva estrutural, garante a produção de sentido. Desse modo, nesse caso de encapsulamento por meio da pronominalização torna-se evidente que a expressão *a vontade própria* (l. 5) pertence às duas categorias: *maridos e namorados*, sendo que *deles* assume a função de colocar os dois juntos, o que é condizente com o modo de pensar segundo o qual as mulheres não têm vontade própria. No entanto, as próprias mulheres dão um fim à violência, demonstrando o seu desacordo com tal pensamento.

A terceira anáfora, *alguns dos muitos casos* (l. 12), além de cumprir com o objetivo de rotular porção do texto da listagem de mulheres assassinadas, para servir de “argumento para predicacões posteriores” (CONTE, 2003, p. 177), também explica que as situações retratam somente parte da completa realidade da violência doméstica enfrentada pelas mulheres. Logo em seguida, a anáfora *todos eles* (l. 13), faz novamente uma referência resumida a todos as mortes femininas. O uso dos pronomes para tal função aponta para um encapsulamento de valor neutro, apenas para cumprir uma função semântica. Dos casos listados anteriormente, a

retomada, de forma geral, serve como elemento coesivo no texto. Porém essa recategorização traz novamente a foco, as infindáveis e diferentes formas de violência às quais as mulheres são submetidas por seus companheiros, cumprindo a função de finalizar o parágrafo.

Na linha 34, o pronome demonstrativo *isso*, condensa *O amor, em sua face possessiva e descontrolada, continua sendo um serial killer de mulheres* (l. 33-34), introduzindo um novo referente ancorado no cotexto. Conte afirma que, no estabelecimento do referente, “há uma clara preferência pelo determinante demonstrativo. O demonstrativo (por seu intrínseco valor dêitico) apresenta um objeto textual novo ao leitor, ou o põe em foco” (2003, p. 183). Nesse caso, a expressão anafórica *isso* facilita ao leitor a busca pela informação anterior, visto que orienta a localização do referente no texto. Contudo, esse novo objeto introduzido não traz informação nova, mas cumpre a função de fazer ressurgir no foco de leitura, uma informação já mencionada, agora de forma resumida, a qual é retomada, de forma que o texto tem continuidade.

Embora, como defende Conte (2003), o encapsulamento anafórico aconteça por meio de nomes neutros, como nos casos analisados neste estudo, também pode ocorrer através de nomes avaliativos. As recategorizações destacadas do texto: *um serial killer de mulheres* (l. 34), *o caso* (l. 17), *a situação* (l. 29), *São restos* (l.36) se enquadram a esses nomes avaliativos, chamados pela autora *axiológicos*. São operações que resultam do cognitivismo e do contexto situacional do produtor do texto. Isso pode ser percebido através das análises que faremos das anáforas encapsuladoras. Elas não foram escolhidas ao acaso ou apenas porque se adequam às estruturas linguísticas, mas também porque abrangem a situação comunicativa numa dimensão sociointeracional. Em razão disso, traz-se Koch que afirma: “o processamento do discurso, sendo realizado por sujeitos ativos, é estratégico, isto é, implica, da parte dos interlocutores, a realização de escolhas significativas entre as múltiplas possibilidades que a língua oferece” (2011, p. 81). Podemos, assim, afirmar que as anáforas encapsuladoras não cumprem apenas a função de relacionar conteúdos em um texto, através do uso de pronomes, pois como afirma Bentes (2012), a construção de sentido pode ocorrer sem a necessidade desses conectores. Portanto, temos como pressuposto que os objetos de discurso não são produtos acabados, mas construídos no processamento do texto e são dependentes de seus construtores.

Por isso, a retomada da lista de um número extenso de assassinatos de mulheres pela expressão *um serial killer de mulheres* (l. 34), além de constituir um resumo uma retomada de foco para as mortes, também serve para dar continuidade ao texto, o leitor é orientado, pela escolha da referência, a compreender o ato como uma brutalidade em série que atinge as

mulheres. Não é apenas um assassinato, mas vários, os quais provocam medo, visto que não são controlados. No entanto, podemos deixar de inferir que esse *serial killer de mulheres* tem duas diferenças: é provocado não apenas por um assassino, mas por vários, além disso, poderia ser evitado. Essa referência é trazida à crônica como o resultado do contexto e do conhecimento de quem a escreveu, não surgiu apenas pelas normas estruturais da língua. Quanto ao leitor, ele só depreende o sentido, se participar do universo cultural e social de quem escreve e, ainda, se lançar mão do recurso da intertextualidade, ou seja, se conseguir trazer para essa situação comunicativa a informação já apreendida por produções anteriores e as relacionar ao contexto ao qual está integrado no momento.

Constatamos, assim, que, ao se viabilizar a construção de sentido das recategorizações da crônica, está posto o princípio da coerência, um fenômeno, que segundo Koch (2009), se constrói através de fatores linguísticos, cognitivos e interacionais. Se não percebermos a coerência no encapsulamento, não é possível contribuir ao sentido do texto (BEAUNGRANDE; DRESSLER, 1997) e, conseqüentemente, não há coerência, ou seja, não há comunicação. Assim, a anáfora encapsuladora exige que aconteça a interligação entre conhecimentos de funcionamento da língua, conhecimentos de mundo, de fatores sociais e culturais para que o sentido seja estabelecido.

A anáfora encapsuladora, *os matadores* (l. 13), não pode ser chamada de recategorização “uma vez que não houve exatamente a transformação de uma expressão nominal designadora em outra” (CAVALCANTE, 2003, p. 10), ou seja, toda a apresentação que a autora faz dos assassinatos de mulheres pressupõe que tenham matadores. Por isso, afirmamos que esse anafórico surge de uma referenciação explícita e retoma todas as mortes citadas. Essa expressão tem valor axiológico, pois, pela força argumentativa da palavra, reafirma a gravidade da violência contra a mulher.

Outro encapsulamento que ocorre na crônica é *o caso* (l. 17) que resume *Portanto, homens e mulheres deveriam equivaler-se nas manifestações de respeito, a dor é democrática* (l. 16-17). O termo caracteriza-se como uma anáfora encapsuladora por apresentar um novo referente e por fazer, de modo condensado, a remissão ao que já foi afirmado, e precisava ser retomado para assegurar a progressividade. *O caso*, então, pela informação *velha* faz o texto progredir e agrega novo sentido ao texto, conduzindo o leitor a inferir que não há equivalência de comportamento entre o homem e mulher nos momentos de ressentimento.

A anáfora *a situação* (l. 29) rotula *as ameaças que sofrem* (l. 28-19). Nesse caso, funciona como um tipo de retomada que auxilia na afirmação de uma ideia já exposta e contribui para a introdução de outra. Não atribui informação adicional nem pode ser

considerada uma expressão de valor, porém, é de grande importância, visto que organiza a estrutura do texto.

Na anáfora encapsuladora, *São restos* (l. 36), constatamos novamente que se trata de uma recategorização axiológica, porque aponta, claramente, uma atribuição valorativa da expressão. Essa escolha revela a intenção da autora em mostrar que acreditar que a mulher ainda deva investir no casamento, embora sinta sua vida ameaçada, significa apenas insistir em sobras do que já foi considerada uma relação de amor, nada mais que isso. Esses são resquícios de um tempo em a mulher se dedicava inteiramente ao marido e se esforçava para manter a união. Essa forma de encapsulamento anafórico, além de servir como elemento coesivo na estrutura textual, sustenta a argumentação de que nenhum casamento baseado na violência deve ser mantido. Ao realizar a análise da expressão utilizada, *São restos*, percebemos que a cronista, pela intencionalidade, mobiliza o leitor a construir o sentido objetivado por ela. Em contrapartida, se houver aceitabilidade por parte de quem lê, acontece o que Koch (2009, p. 42) chama de “entrar num jogo de atuação comunicativa”, ou seja, compreendemos e inteiramo-nos do que foi nos declarado.

Verificamos que a situacionalidade também se constitui em um fator importante na constituição das anáforas encapsuladoras desse texto, principalmente aquelas construídas com termos de valor. Lembrando que a crônica é um gênero resultante da visão que o seu escritor tem do seu cotidiano. Esse apresenta intencionalmente certos fatos políticos e temas que surgem de uma situação contextual imediata tanto de quem escreve, quanto de quem lê. A cronista construa seu texto “com suas experiências, seus objetivos, propósitos, convicções, crenças, isto é, seu modo de ver o mundo” (KOCH, 2009, p. 40), mas permite que a leitura seja feita de igual forma, ocorrendo uma mediação entre o que acontece realmente a cerca da violência doméstica contra a mulher, a forma como é retratado isso e o modo como é compreendido.

Ainda ao que tange à construção dessas anáforas, resgatamos Mondada e Dubois (2003) que contrapõem a etiquetagem à concepção de que os objetos de discurso não estão prontos para o uso, mas são construídos e reconstruídos pelas práticas discursivas. Não é possível estabelecer previa e definitivamente os referentes analisados na crônica, porque eles se constroem através de um processo que envolve o produtor, o leitor e o contexto em que os dois estão inseridos. Seus conhecimentos, suas experiências sociais e culturais influenciam diretamente nesse processo e os tornam dinâmicos. Se o casamento outrora já fora considerado indissolúvel e a mulher totalmente aprisionada a ele, com o passar do tempo e com as mudanças sociais e culturais, principalmente por conta violência que a mulher sofre

em certas uniões, é preciso que se quebrem convenções, o que deve partir delas mesmas. Assim, escrever sobre esse assunto, quando se está num contexto de mortes constantes, implica diretamente na escolha dos referentes que se expressam em rótulos. A crônica, o gênero analisado, é um texto jornalístico de opinião. Segundo Marcuschi, “nos gêneros de natureza opinativa, os rótulos se prestam muito bem à síntese de comentários avaliativos” (2010, p. 140), organizando o texto de modo a instaurar o sentido de maneira determinada, através da escolha de expressões definidas, apontando o caminho da interpretação. Se não houver conhecimento compartilhado entre escritor e leitor, dificilmente poderá acontecer a compreensão do texto.

Para finalizar essa análise, reiteramos a importância da anáfora encapsuladora na organização da estrutura dessa crônica e no auxílio à construção de seu sentido. Na seção 4.4, prosseguimos a análise das anáforas encapsuladoras com a crônica “O encarregado Saboia”.

4.4 Análise 2

A segunda crônica a ser analisada é “O encarregado Saboia” de Fernando Luís Schüller, publicada no jornal *Zero Hora*, no dia 1º de setembro de 2013. Na sequência, a apresentação do texto.

Quadro 6 – Crônica 2: “O encarregado Saboia”.

O encarregado Saboia	
1	Os jornais da semana dão conta que a presidente Dilma ficou furiosa com
2	a insubordinação do Embaixador e Encarregado de Negócios, Eduardo Saboia,
3	que retirou da Bolívia o senador Roger Pinto, refugiado há 454 dias na
4	Embaixada Brasileira em La Paz. Ficou irritada com <i>a quebra da hierarquia,</i>
5	<i>essas coisas.</i> De minha parte, como se diz na gíria do futebol, não vou pipocar:
6	achei <i>uma atitude de Saboia admirável.</i> Isto não quer dizer que, estivesse eu
7	metido <i>naquela situação,</i> teria feito <i>o mesmo.</i> Quem sabe encontrasse outra saída.
8	Quem sabe me faltasse coragem para arriscar <i>uma fuga daquelas.</i>
9	Não foram poucos os riscos assumidos pelo encarregado Saboia. Era
10	preciso passar por uma dúzia de postos de controle, e no fim cruzar a fronteira.
11	Uma viagem equivalente à de Porto Alegre ao Rio de Janeiro, em 22 horas. Sem

12 paradas, sem dormir, utilizando fraldas geriátricas. Se alguma coisa desse errado,
13 o destino *da comitiva* era incerto. Na melhor hipótese, ele passaria por
14 irresponsável, projeto de Tony Mendes tropical. De qualquer modo, ele sabia que
15 estava transformando sua bem sucedida carreira diplomática em uma incógnita.

16 *A operação* foi um retumbante sucesso. Tão positiva, para todas as partes,
17 que poderia gerar alguma suspeita. Menos para Saboia. Ele enfrentará uma
18 sindicância no Itamaraty, e pode ser expulso *da carreira*. De certo modo, ele já
19 foi julgado pelas autoridades brasileiras. *O governo*, em nenhum momento,
20 admitiu avaliar *sua decisão*. A tônica é dizer que não lhe cabia decidir coisa
21 nenhuma. Que aguardasse instruções. Não importa que a situação perdurasse por
22 454 ou por 908 dias.

23 O curioso é que, por esta lógica, o embaixador Souza Dantas, responsável
24 pela retirada de centenas de pessoas perseguidas pelo nazismo, no início dos anos
25 40, não seria conhecido como é: um dos heróis da diplomacia brasileira. À época
26 da grande guerra, ele foi processado no Itamaraty, por insubordinação e
27 descumprimento de normas na concessão de vistos. *O caso do embaixador*
28 *Dantas* é distinto, em muitos aspectos, do episódio de Saboia. Mas há evidentes
29 pontos comuns. O maior deles: a decisão solitária, feita por razões de consciência,
30 contra a hierarquia do momento. *Um tipo de decisão* que se comunica unicamente
31 com a história. A passagem do tempo faz com que se apaguem as pequenas
32 razões, antipatias políticas, vaidades ofendidas de quem comanda. O tempo
33 parece dar razão ao *gesto desprendido*, feito em nome de valores humanos
34 permanentes, que ainda serão reconhecidos quando as escaramuças políticas ou
35 ideológicas da hora já não fizerem mais nenhum sentido.

36 Saboia é nosso pequeno anti-Eichmann. Convenhamos que seu problema
37 era bem menor do que o do distinto burocrata alemão. Havia apenas aquele
38 sujeito, abandonado em uma salinha da embaixada, em meio a uma querela
39 diplomática - a não concessão de um salvo-conduto. Havia também o problema
40 da empatia. A proximidade, o olho no olho, dia a dia, faz dessas coisas. Para os
41 burocratas de Brasília, tratava-se de um assunto a mais na agenda, quem sabe até
42 pitoresco. Assunto para a comissão não sei qual, ou para uma boa reunião, antes
43 de uma partida de tênis. Para *o Encarregado*, quem sabe ajudado pelo sentimento
44 cristão, a coisa adquiriu outro significado. Ele reagiu à indiferença, a seu modo, e

45	tomou para si a responsabilidade de julgar. É possível que tenha sido traído pelo
46	próprio pensamento, calculado mal os riscos, ou enganado pelo teatro depressivo
47	do senador. O ponto é: são riscos de quem toma para si uma decisão.
48	Ele agiu certo? Não pergunto se <i>sua decisão</i> foi acertada, mas se ele
49	“acertou em tomar a decisão”. Diria que somos ambivalentes em relação a <i>isto</i> .
50	Parecemos gostar dos tipos heroicos, que tomam para si a responsabilidade da
51	justiça, que reagem à passividade dos burocratas e dos governos. Esta é a grande
52	matéria prima dos filmes de ação. Da <i>animação Avatar</i> aos filmes de realidade,
53	Argo à frente, vibramos com os personagens, que a um dado momento dão um
54	soco na mesa e passam a agir por conta própria. Na vida real, não obstante, não
55	parecemos assim tão corajosos. Parecemos gostar de uma vidinha mais regrada.
56	<i>Isto</i> parece valer não só para os governos, mas para qualquer organização.
57	Se não abrimos algum espaço à discricionariedade, oferecendo às pessoas a
58	chance do risco, e não tolerarmos o erro, dificilmente haverá gente capaz, no
59	futuro, de praticar grandes acertos. <i>Nesta linha</i> , receio que o Itamaraty cometa o
60	equívoco de punir um funcionário que tomou para si uma decisão dura, em uma
61	situação extrema. Se <i>isto</i> ocorrer, uma mensagem terá sido passada não apenas
62	para os nossos diplomatas, mas para nossos servidores públicos: não importa o
63	que acontecer, obedçam.
64	Sinceramente, não creio que <i>isto</i> aconteça. Uma solução diplomática será
65	encontrada. Uma punição leve, talvez, algum atraso na carreira de Saboia, que ao
66	menos guardará para os netos uma grande história. Para os demais, uma boa lição.
67	Minha intuição diz que, nos mesmíssimos salões em que tanto se ouviu falar, da
68	presidenta, dos ministros, em obediência e hierarquia, haverá, no futuro, novos
69	discursos, lembrando a atitude de Saboia, e celebrando <i>a ousadia</i> .

Fonte: SCHÜLER, Fernando Luis. *Zero Hora*, 1º set. 2013, p. 15.

A crônica “O encarregado Saboia” trata da retirada do senador boliviano Roger Pinto Molina de seu país pelo embaixador e encarregado de negócios Eduardo Saboia. O senador já estava refugiado há 454 dias na embaixada brasileira, na Bolívia, e não havia solução para o impasse, o próprio embaixador, sem a autorização da presidente Dilma, trouxe o político para o Brasil. O caso foi tratado como uma insubordinação e o diplomata enfrenta sindicância, com risco de ser demitido.

O cronista se manifesta favoravelmente à atitude de Saboia, defendendo que ele apenas receba uma punição leve, pois resolveu, a seu modo, um problema sem perspectiva de solução pela diplomacia brasileira, aos quais chama de *burocratas de Brasília*. Critica aqueles que gostam dos heróis da ficção, porém não sabem reconhecer os corajosos da vida real. Finaliza, afirmando que, no futuro, entre aqueles que falaram sobre a quebra de hierarquia, haverá o reconhecimento pela ousadia de Eduardo Saboia.

No quadro que se apresenta a seguir, estão as expressões anafóricas e seus respectivos referentes, os quais serão analisados posteriormente.

Quadro 7 – Referentes e expressões anafóricas encapsuladoras (crônica 2).

Referente	Expressão Anafórica
<i>a insubordinação do Embaixador e Encarregado de Negócios, Eduardo Saboia</i> (1. 2)	<i>a quebra da hierarquia</i> (1. 4)
<i>Quebra de hierarquia</i> (1.4)	<i>essas coisas</i> (1. 5)
<i>a insubordinação do Embaixador e Encarregado de Negócios, Eduardo Saboia, que retirou da Bolívia o senador Roger Pinto, refugiado há 454 dias na Embaixada Brasileira em La Paz.</i> (1. 2-4)	<i>uma atitude de Saboia admirável</i> (1. 6)
<i>Achei uma atitude de Saboia admirável</i> (1. 6)	<i>isto</i> (1. 6)
<i>refugiado há 454 dias na Embaixada Brasileira em La Paz.</i> (1. 3-4)	<i>naquela situação</i> (1. 7)
<i>a insubordinação do Embaixador e Encarregado de Negócios, Eduardo Saboia, que retirou da Bolívia o senador Roger Pinto, refugiado há 454 dias na Embaixada Brasileira em La Paz.</i> (1. 2-4)	<i>o mesmo</i> (1. 7)
<i>retirou da Bolívia o senador Roger Pinto</i> (1. 3)	<i>uma fuga daquelas</i> (1. 8)
<i>Embaixador e Encarregado de Negócios, Eduardo Saboia/ o senador Roger Pinto</i> (1. 3)	<i>da comitiva</i> (1. 13)
<i>Era preciso passar por uma dúzia de postos de controle, e no fim cruzar a fronteira. Uma viagem equivalente à de Porto Alegre ao Rio de Janeiro, em 22 horas. Sem paradas, sem dormir, utilizando fraldas geriátricas.</i> (1. 9-12)	<i>A operação</i> (1. 16)

Referente	Expressão Anafórica
<i>bem sucedida carreira diplomática</i> (l. 15)	<i>da carreira</i> (l. 18)
<i>a presidenta Dilma</i> (l. 1)	<i>O governo</i> (l.19)
<i>retirou da Bolívia o senador Roger Pinto</i> (l. 3)	<i>sua decisão</i> (l. 20)
<i>o embaixador Souza Dantas, responsável pela retirada de centenas de pessoas perseguidas pelo nazismo, no início dos anos 40</i> (l. 23-25)	<i>O caso do embaixador Dantas</i> (l 27-28)
<i>a decisão solitária, feita por razões de consciência, contra a hierarquia do momento.</i> (l. 29-30)	<i>Um tipo de decisão</i> (l. 30)
<i>A passagem do tempo faz com que se apaguem as pequenas razões, antipatias políticas, vaidades ofendidas de quem comanda.</i> (l. 31-32)	<i>gesto desprendido</i> (l. 33)
<i>Embaixador e Encarregado de Negócios, Eduardo Saboia</i> (l. 2)	<i>o Encarregado</i> (l. 43)
<i>retirou da Bolívia o senador Roger Pinto</i> (l. 3)	<i>sua decisão</i> (l. 48)
<i>Ele agiu certo? Não pergunto se sua decisão foi acertada, mas se ele “acertou em tomar a decisão”</i> (l. 48-49)	<i>Isto</i> (l.49)
<i>Parecemos gostar dos tipos heroicos, que tomam para si a responsabilidade da justiça, que reagem à passividade dos burocratas e dos governos</i> (l.50-52)	<i>animação Avatar</i> (l. 52)
<i>Na vida real, não obstante, não parecemos assim tão corajosos. Parecemos gostar de uma vidinha mais regrada.</i> (l. 54-55)	<i>Isto</i> (l. 56)
<i>Se não abrimos algum espaço à discricionariedade, oferecendo às pessoas a chance do risco, e não tolerarmos o erro, dificilmente haverá gente capaz, no futuro, de praticar grandes acertos.</i> (l. 57-59)	<i>Nesta linha</i> (l. 59)
<i>receio que o Itamaraty cometa o equívoco de punir um funcionário que tomou para si uma decisão dura, em uma situação extrema</i> (l. 59-61)	<i>isto</i> (l. 61)

Referente	Expressão Anafórica
<i>equivoco de punir um funcionário</i> (l. 60-61)	<i>Isto</i> (l. 64)
<i>retirou da Bolívia o senador Roger Pinto, refugiado há 454 dias na Embaixada Brasileira em La Paz</i> (l. 3-4)	<i>a ousadia</i> (l. 69)

Fonte: elaborado pela autora.

Nessa crônica, a anáfora encapsuladora se mostra como um recurso muito importante para organizar o texto e para construir seu sentido, já que é fundamental na retomada de antecedentes e na continuidade temática, pois estabelece uma relação entre, o que Conte (2003) chama de o *velho* e o *novo*.

Isso já pode ser constatado no primeiro caso de encapsulamento que analisamos: *a quebra da hierarquia*, que se apoia no termo antecedente para continuar o texto. Porém, percebemos, nessa escolha, não só um recurso coesivo para conectar dois segmentos textuais, como também uma forma de definir o que está dito anteriormente: *a insubordinação do Embaixador e Encarregado de Negócios*. Entendemos que, o fato de Saboia retirar o senador da Bolívia sem a autorização de Dilma deve ser visto apenas como desobediência de um subordinado e não como algo mais grave. Dessa forma, essa anáfora pode ser compreendida como axiológica, pois revela o ponto de vista que o cronista apresenta no decorrer do texto. O mesmo pode-se afirmar de outras anáforas destacadas: *uma atitude de Saboia admirável* (l. 6), *uma fuga daquelas* (l. 8), *gesto desprendido* (l. 33) e *a ousadia* (l. 69), que, além de rotularem porções antecedentes do texto, mostram evidente simpatia pela conduta do embaixador, enaltecem sua atitude e conduzem o leitor a uma determinada interpretação. Caracterizam-se, ainda, por constituírem-se em “tema específico para os enunciados subsequentes” (KOCH, 2009, p. 71), ou seja, servem de argumento para a continuação do texto e demonstram a forma como será continuada a abordagem do tema. Na primeira anáfora destacada, *uma atitude de Saboia admirável* (l. 6), mostra o fato de Saboia ter retirado o senador da Bolívia como fato singular, conduta incomparável. Esse encapsulamento serve de argumento para que o autor se mostre favorável à ação do embaixador. No caso *uma fuga daquelas* (l. 8) retoma especificamente *retirou da Bolívia o senador Roger Pinto*, contudo, o uso de *daquelas* assevera a ideia de que não foi uma fuga fácil, ou seja, constituiu uma iniciativa que exigiu coragem. Em *gesto desprendido* (l. 33) e *a ousadia* (l. 69), há reiteração da opinião do cronista em considerar a atitude de Saboia louvável e arrojada, pois não se preocupou com as consequências negativas para a sua carreira, tão pouco com o provável fracasso da viagem.

Com a desobediência, mostrou-se apenas interessado em ajudar uma pessoa que necessitava de seu auxílio.

Ainda no primeiro parágrafo, *o mesmo* (l. 7) faz o leitor reativar na memória a atitude do embaixador Eduardo de retirar, sem autorização, o senador boliviano de seu país. Schüler escreve que, embora tenha considerado admirável, não teria tal atitude. Ainda que seja uma retroação a um antecedente, o termo escolhido não repete o significado, mas reconstrói um novo sentido, por que *o mesmo* está em outra situação, outro contexto e com outros envolvidos.

O encapsulamento da l. 52, *animação Avatar*, que dispõe em foco novamente *Parecemos gostar dos tipos heroicos, que tomam para si a responsabilidade da justiça, que reagem à passividade dos burocratas e dos governos* (l. 50-52), exige conhecimento contextual para que seu sentido se estabeleça. É assim, através do conhecimento de mundo e partilhado, que é possível inferir que esta anáfora se constrói a partir de informações, estruturadas na memória do leitor, a respeito do que é *animação Avatar*. Compreendendo que se trata de animações com figuras heroicas, criadas no computador, a partir da imagem do seu usuário, pode então depreender que, embora haja admiração por atos corajosos de defesa na ficção, isso não acontece na vida real, como se pode ver pela realidade ocorrida com Saboia e sua atitude. Verificamos, dessa forma, que, para compreender essa anáfora encapsuladora não basta apenas conhecer o contexto e o modo como se organiza o texto, mas é necessário também dispor de conhecimento sociocognitivo que “engloba todos os tipos de conhecimentos arquivados na memória dos actantes sociais, que necessitam ser mobilizados por ocasião do intercâmbio verbal” (KOCH, 1997 apud KOCH, 2011, p. 24). Ou seja, além de conhecimentos linguísticos, enciclopédicos, há que se terem os baseados nas experiências sociais e culturais, ou ainda, aqueles apoiados em outros textos (intertextualidade), enfim conhecimentos que tornem possível ao leitor entender, ampliar ou alterar aquilo que lhe é compartilhado através do texto.

Para a continuação dessa análise é importante a afirmação de Conte:

Como ponto de início de um novo parágrafo, o encapsulamento anafórico é a sumarização imaginável mais curta de uma porção discursiva precedente. Em outras palavras, é um tipo de subtítulo que simultaneamente interpreta um parágrafo antecedente e funciona como ponto de início para um outro (2003, p. 184).

Na crônica em estudo, há dois casos em que a anáfora encapsuladora está no início do parágrafo: a primeira, *A operação*, na linha 16 e a segunda, *isto*, na linha 56. O

encapsulamento *A operação*, traz de volta ao foco de maneira resumida a informação que consta no parágrafo anterior: *Era preciso passar por uma dúzia de postos de controle, e no fim cruzar a fronteira. Uma viagem equivalente à de Porto Alegre ao Rio de Janeiro, em 22 horas. Sem paradas, sem dormir, utilizando fraldas geriátricas* (l. 9-12), de modo a recuperar essa informação, servindo de elemento coesivo, pois interconecta uma informação que está no parágrafo anterior com uma informação nova, garantindo a progressão temática da crônica. É com esse rótulo, com a característica de axiológico, por apresentar uma avaliação condensada dos fatos relatados anteriormente, que o autor prossegue com o desenvolvimento de seu texto de forma estruturada.

Outra anáfora encapsuladora que dá início ao parágrafo é *isto* (l. 56), porém, se percebe que, nesse caso não se tem um sintagma nominal, mas uma pronominalização, a qual busca a manutenção do foco em uma parte antecedente do texto: *Na vida real, não obstante, não parecemos assim tão corajosos. Parecemos gostar de uma vidinha mais regrada* (l. 54-55). Não é possível com apenas o pronome *isto*, *construir* um sentido, dessa forma, é necessário que o leitor recorra a um antecedente explícito para que haja a sua compreensão e possa prosseguir a leitura. Com isso, concluímos que esse termo pode ser chamado de neutro, pois não atribui nenhum valor e apenas cumpre a função coesiva entre dois segmentos do texto. O que chama a atenção é o uso do pronome *isto* em vez de *isso*, sendo que de acordo com a norma culta da Língua Portuguesa, deveríamos empregar a forma *isso*, por se tratar de uma anáfora. Conforme Terra: “a) Devemos empregar **este** (e variações) e **isto** quando queremos fazer referência a alguma coisa que ainda vai ser falada. b) Devemos empregar **esse** (e variações) e **isso** quando queremos fazer referência a alguma coisa que já foi falada” (1993, p. 113, grifo do autor). Porém, considerando Cavalcante, observamos que:

Ao contrário dos demonstrativos que remetem ao espaço físico textual, os que são contextualmente motivados apenas indicam ao interlocutor a área do discurso onde o referente pode ser resgatado, sem precisarem que lugar exato do texto. Aqui, o pronome funciona como uma mera instrução de busca retroativa (às vezes, simultaneamente prospectiva) no contexto. Dilui-se, neste caso, qualquer pressuposição de proximidade/distância do falante a partir da instância enunciativa real, o que reduz grandemente a deiticidade de tais pronomes. Assim sendo, não contrastando funcionalmente no sistema binário, que toma por parâmetro as pessoas do discurso, *essa* e *esta* terminam sendo perfeitamente permutáveis. O único traço que os diferencia dos anafóricos comuns é que eles chamam a atenção do destinatário para a entidade referida (2002, p. 16, grifo da autora).

Portanto, a alteração dos pronomes, acima descrita, não traz nenhum prejuízo em sua compreensão do processo referencial mencionado. Ao contrário, ainda como afirma Cavalcante, “em termos pragmático-discursivos, porém, o grau de saliência do referente

umentaria, pois a primeira pessoa tem sempre maior poder de refocalização” (2002, p. 16), o que pode ser constatado na anáfora encapsuladora em questão, visto que faz parte de uma crônica extensa e que exige bastante atenção do leitor.

Também podemos fazer a mesma análise com as expressões referenciais: *isto* (l. 6), *isto* (l. 49), *isto* (l. 61), *isto* (l. 64) e *Nesta linha* (l. 59), que são formadas com um demonstrativo, sem a observação da norma culta da Língua Portuguesa. Além disso, como se trata de referentes novos, inseridos no texto com base em âncoras cotextuais, “não retomam nenhum objeto discursivo, e sim, instituem um novo referente no discurso, que sumariza informações difusas” (CAVALCANTE, 2002, p. 16), não deixando de retomar a informação antecedente, funcionando como elo, para garantir a continuidade temática. Observamos, que o uso de “um demonstrativo de primeira pessoa, atrai o co-enunciador para mais perto da cena construída (deslocando-o também para perto do enunciador)” (CAVALCANTE, 2010, p. 143), o demonstra mostra o interesse de o cronista levar o leitor a uma leitura de seu texto e uma respectiva análise dos fatos sob o seu ponto de vista. Notamos, ainda sobre o uso dos demonstrativos, que, para a maioria dos casos de anáfora descritos, o autor utilizou pronomes de primeira pessoa, o que sugere que seja uma opção de uso, marcada, ou seja, não há possibilidade de que seja um equívoco por parte do cronista na escolha.

A única exceção do uso de anáfora em segunda pessoa é *essas de essas coisas* (l. 5) a qual retoma não apenas *a quebra de hierarquia* (l. 4) que a antecede, mas sugere que a presidente Dilma tenha ficado irritada com fatos que não se encontram explicitados no cotexto. É possível que as anáforas constituídas por pronomes possam ocorrer, conforme afirma Koch (2009, p. 67), “sem um referente co-textual explícito”, necessitando, por isso, que o leitor, para inferir seu sentido, acione informações que não estão no texto, mas armazenadas em sua memória, as quais são denominadas conhecimentos culturalmente compartilhados. *Essas coisas* (l. 5), então, traz para o texto o apontamento de que não foi exatamente a quebra de hierarquia que provocou a irritação da presidente, abordando outros envolvidos motivos que não estão declarados, porém que podem ser subentendidos se houver conhecimento dos fatos contextuais. A função dessa anáfora encapsuladora não é somente retomar e servir de elemento coesivo, mas também de acrescentar uma acepção em torno de um elemento refocalizado.

A expressão nominal *O governo* (l. 19), também destacada no texto *O encarregado Saboia*, recategoriza *a presidenta Dilma* (l.1), dando conta ao leitor de que ela não considerada ali como pessoa, mas ela representa uma instituição política de um Estado, o que determina que não se possa descumprir suas determinações. Segundo Koch, “o emprego de

expressões nominais anafóricas opera a recategorização dos objetos de discurso, isso é, de que forma tais objetos, ao longo do texto, vão sendo (re) construídos de determinada forma, atendendo aos propósitos comunicativos do falante/escrevente” (2010, p. 35). Assim, por meio da recategorização do objeto de discurso *presidente Dilma* (l. 1) em *O governo* (l. 19), há o objetivo de reforçar que o desacato não foi a uma pessoa em particular, mas ao poder constituído, representado pela presidenta. Na crônica, inicialmente, quando se falava de Dilma, se podia ter a impressão de que se estivesse falando dela como pessoa. Com essa retomada, o leitor agrega, então, um novo sentido, com base em seu domínio cognitivo, ou seja, embasado em seu conhecimento de mundo, processa essa anáfora de modo a torná-la coerente.

Algumas anáforas encapsuladoras dessa crônica podem ser tomadas como “as que simplesmente rotulam um segmento do texto, transformando-o em objeto de discurso e abrindo, assim, a possibilidade de progressão textual” (KOCH, 2010, p. 39). É o caso de: *naquela situação* (l. 7), *da comitiva* (l. 13), *Sua decisão* (l. 20 e l. 48), *da carreira* (l. 18), *Um tipo de decisão* (l. 30), *o encarregado* (l. 43). A primeira anáfora encapsuladora destacada, *naquela situação* (l. 7), remete à informação *refugiado há 454 dias na Embaixada Brasileira em La Paz* (l. 3-4). Nesse caso, o pronome demonstrativo orienta o leitor à porção antecedente a que faz referência, tornando possível a compreensão dessa expressão resumitiva.

Na sequência, a anáfora *da comitiva* (l. 13) estabelece um novo referente baseado em *Embaixador e Encarregado de Negócios, Eduardo Saboia* (l. 2) *o senador Roger Pinto* (l. 3). Essa anáfora encapsuladora, retoma porções antecedentes, porém, para a sua compreensão implica a existência de informações adicionais. Sabemos, pelo cotexto, que o senador estava em fuga e sozinho não chegaria ao Brasil, no entanto, não estão explicitados outros integrantes do grupo. Para tal entendimento é preciso que se recorra ao contexto, a fim de construir o sentido de *comitiva*.

No terceiro parágrafo, a expressão *da carreira* (l. 18) foi a escolha do cronista para retomar a informação *bem sucedida carreira diplomática* (l. 15) e seguir, assim, com o desenvolvimento temático do texto. Vemos que o uso desse termo, não apenas serviu de elemento coesivo, como também tornou explícito o fato de que o fato de Saboia ter tirado com sucesso o senador Roger Pinto do Peru não o impediu de colocar em risco seu bem sucedido emprego.

Ainda mostrando o caráter coesivo das anáforas encapsuladoras, apresentamos as duas ocorrências de *Sua decisão* (l. 20 e l. 48), ambas fazem referência à retirada do senador da Bolívia, com o intuito de focar novamente o tema central do texto e prosseguir com a

argumentação. No entanto, não podemos precisar a porção antecedente a que se refere, pois nesses casos, como afirma Cavalcante, “não existe, com efeito, um antecedente pontual a que os encapsuladores possam remeter” (2003, p. 116). Assim, as duas anáforas exigem do leitor a ativação da memória discursiva para que sejam compreendidas, é necessário ter consciência de qual foi a decisão tomada por Saboia.

O caso do embaixador Dantas (l. 27-28) resume e interpreta *o embaixador Souza Dantas, responsável pela retirada de centenas de pessoas perseguidas pelo nazismo, no início dos anos 40* (l. 23-25). Esse rótulo mostra que há outra situação semelhante àquela apresentada no texto, a qual é seu tema. O termo *caso*, especificamente, organiza através do encapsulamento, tudo o que anteriormente foi afirmado a respeito do Embaixador Dantas, tornando possível a continuação da abordagem do tema através de novas informações.

Também *Um tipo de decisão* (l. 30), no quinto parágrafo, encapsula outro antecedente. Trata-se de *a decisão solitária, feita por razões de consciência, contra a hierarquia do momento* (l. 29-30). *Um tipo de decisão*, além de condensar o antecedente, determina e qualifica, agregando valor e mostrando que não é mais qualquer decisão. Nesse caso, o que acontece é uma recategorização que particulariza, revelando um movimento inverso do ocorrido normalmente com as anáforas indiretas. Percebemos, ainda, que o fragmento textual supra citado como referente não possibilita inferir esse encapsulamento, de modo que, para construir um sentido, precisamos recorrer ao cotexto de forma ampla, para assim verificar que a decisão em questão é de outro, no caso do embaixador Dantas.

Por fim, *o Encarregado* (l. 43), exerce a função de retomar a porção que o precede: *o Embaixador e Encarregado de Negócios, Eduardo Saboia* (l. 2), além de servir como um ponto de partida para a continuação do texto. Assim, o cronista faz Saboia tornar-se novamente o foco para, a seguir, apresentar nova argumentação em sua defesa.

Nessa crônica, além das anáforas apresentadas, há a ocorrência de uma catáfora no quarto parágrafo. As catáforas são projetivas, ou seja, tem a função de anunciar o que está por vir no texto. É, assim que, o fragmento da crônica em análise: *O curioso é que, por esta lógica, o embaixador Souza Dantas, responsável pela retirada de centenas de pessoas perseguidas pelo nazismo, no início dos anos 40, não seria conhecido como é:* (l. 23-25) é catafórico, pois “depende de algo que se segue no texto” (FÁVERO; KOCH, 2012, p. 52) e anuncia o que aparece posteriormente: *um dos heróis da diplomacia brasileira* (l. 26).

Essa porção textual anunciada através da catáfora retoma anaforicamente o embaixador e o rotula axiologicamente, pois apresenta um juízo de valor pela escolha das expressões. Possibilita o entendimento de que há outro a ser considerado herói, Saboia.

A produção, a leitura e a elaboração de sentido das anáforas encapsuladoras dessa crônica acontecem através de processos mentais que englobam aspectos cognitivos formados pelas experiências sociais culturais e históricas do indivíduo leitor, conjuntamente com os conhecimentos enciclopédicos. Quem escreve o faz a partir de sua crença, sua experiência e seu ponto de vista a cerca do assunto abordado. Quem lê, compartilha suas ideias, sua opinião, sua análise, aceitando ou não, através de sua interpretação particular.

O texto analisado pode ser chamado de “tecido estruturado” (MARCUSCHI, 2008, p. 72), à medida que se evidencia com uma estrutura linguística bem organizada pelos fatores de textualidade. Percebemos que a organização textual que se dá em torno de todas as anáforas encapsuladoras analisadas acontece, além do arranjo harmonioso da coesão, através também da coerência, vista como “uma operação cognitiva que se dá no processamento textual e não como uma propriedade imanente ao texto” (MARCUSCHI, 2010, p. 58). É o leitor, então, que se encarrega de estabelecer a coerência, conforme Koch (2011), com base em suas convicções, crenças e atitudes diante do que o texto apresenta e tomando por base, também, todos os conhecimentos que dispõe. Ainda de acordo com a mesma autora, “o leitor de um texto constrói a sua coerência ao ser capaz de, através das intrincadas teias que nele se tecem durante a progressão textual, estabelecer mentalmente uma continuidade de sentidos” (KOCH, 2011, p. 70). Diante disso, assumimos que ler e entender o texto são decorrências de processos cognitivos, os quais podem relacionar-se ao texto em si ou a aspectos extras. É um processo de interação entre aquele que escreve e aquele que lê.

Observamos, igualmente, que a estrutura textual se organiza a partir dos fatores de textualidade centrados no usuário. Um deles, a situacionalidade que interfere nas escolhas do cronista para compor o escrito, ou seja, mostra suas percepções do acontecimento em questão, ou seja, da atitude de Saboia e respectivas consequências. Outro fator, a informatividade, a qual diz respeito àquilo que é veiculado, informações já conhecidas ou as que necessitam ainda ser apreendidas com a leitura e compreensão. As anáforas axiológicas apontam também para um terceiro fator, a intencionalidade de quem escreve, pois mostram as pretensões do escritor reveladas na organização do texto.

Na seção 4.5, seguiremos a análise das anáforas encapsuladoras com a crônica “Vidas editadas” de Cláudia Laitano.

4.5 Análise 3

Nessa seção apresentamos a terceira análise proposta para esta dissertação com a crônica “Vidas editadas”, de acordo com o Quadro 8, que segue.

Quadro 8 - Crônica 3: “Vidas editadas”.

Vidas editadas	
1	Aprendi com Carlos Reverbel a gostar de ler biografias e memórias.
2	Mergulhar na vida de outra pessoa através de um livro é talvez o mais próximo
3	de uma máquina do tempo que a realidade pode nos oferecer. Se um dia eu já
4	dividi a mesa com Sartre no Café de Flore ou viajei com Carmen Miranda nas
5	asas da Panair foi porque um biógrafo teve a gentileza de me levar até ali.
6	Jornalista, escritor e biógrafo, Reverbel dizia que a história é um quebra-
7	cabeça que ninguém nunca completa. Notas biográficas, notícias de jornal,
8	documentos em arquivos, fotografias antigas, testemunhos – <i>todos esses</i>
9	<i>elementos</i> são peças importantes na montagem desse quebra-cabeça, mas
10	nenhum conta a história toda sozinho.
11	Reverbel sabia <i>disso</i> porque dedicou boa parte de sua vida a pesquisar
12	sobre o escritor Simões Lopes Neto (1865–1916), e em mais de quatro décadas
13	nunca ficou muito tempo sem descobrir algum detalhe que abrisse toda uma
14	nova rota de investigação.
15	Graças a <i>esse trabalho minucioso e incansável</i> , a obra do autor pelotense
16	passou por um processo de redescoberta e revalorização. Reverbel não apenas
17	ajudou a recuperar um escritor importante que andava esquecido como
18	descobriu originais e, a certa altura, até mesmo ajudou a viúva a receber uma
19	pequena pensão. É difícil que qualquer pesquisador, hoje, se debruce sobre a
20	obra de Simões Lopes sem ser obrigado a mencionar o trabalho de seu primeiro
21	biógrafo. As duas biografias seguirão entrelaçadas para o futuro – o que é uma
22	bonita ideia de camaradagem eterna de pessoas que nunca se encontraram.
23	Há exatos 20 anos, autografei na Feira do Livro de Porto Alegre, ao lado
24	de Reverbel, o livro <i>Arca de Blau</i> , suas memórias autorizadas e encomendadas.
25	O jornalista, na época com mais de 80 anos, pediu minha ajuda para colocar no
26	papel episódios que ele gostaria de deixar registrados para futuros pesquisadores
27	como ele. Estão ali histórias da Editora Globo, do velho Correio do Povo, da

28	Porto Alegre dos anos 30, da Paris do pós-guerra. Como redatora do livro, de
29	vez em quando eu tentava puxar o fio da meada para algum assunto mais
30	pessoal – <i>esforço</i> que, em geral, não dava em muita coisa. Discreto e
31	naturalmente elegante, Reverbel detestava falar de si mesmo. Às vezes, fazia
32	alguma inconfidência mais picante sobre um personagem conhecido que tinha
33	sido seu amigo, e eram muitos, mas em seguida tratava de avisar, com olhar
34	maroto: " <i>Isso é pra ti, viu? Não é para entrar no livro</i> ".
35	Pode parecer contraditório um biógrafo não querer falar sobre a própria
36	vida, mas talvez seja apenas humano. Ninguém gosta de ver sua intimidade
37	exposta, reinterpretada a partir de outra perspectiva, mesmo que supostamente
38	neutra. Biografia boa é biografia dos outros – ou então póstuma. (Apesar <i>disso</i> ,
39	não tenho dúvida de que Reverbel mandaria às favas o direito à privacidade se o
40	que estivesse em jogo fosse o direito do país de tratar bem a própria memória.)
41	O fato é que todos gostaríamos de deixar ao mundo uma versão
42	caprichada de nós mesmos, escrita com caligrafia impecável em papel bíblia – e
43	<i>isso</i> talvez seja mais verdade ainda numa época em que as pessoas parecem
44	tratar a própria intimidade como uma marca que precisa ser administrada.
45	O que Carlos Reverbel nunca imaginaria é que, anos depois da sua morte,
46	inventariam uma espécie de biblioteca universal das biografias passadas a
47	limpo. <i>Um lugar</i> onde milhões de pessoas podem editar suas vidas para que elas
48	pareçam mais divertidas, mais completas, mais sensatas. Com imagens de
49	viagens maravilhosas, festas superdivertidas e famílias e amores mais que
50	perfeitos.
51	<i>Nossos perfis autorizados</i> oferecem ainda a possibilidade de sermos
52	curtidos e compartilhados – como se fôssemos todos, enfim, merecedores da
53	oportunidade de biografarmos a nós mesmos da maneira que mais nos agrada.
54	Antes que algum aventureiro o faça.

Fonte: LAITANO, Cláudia. *Zero Hora*, 19 out. 2013, p. 2.

Cláudia Laitano na crônica “Vidas editadas” escreve sobre a importância das biografias, especialmente o trabalho de Carlos Reverbel com a pesquisa de Simões Lopes Neto, a qual permitiu que reconhecêssemos e se valorizássemos a obra desse escritor.

A cronista também relata sua experiência de escrever as memórias do próprio jornalista Reverbel, porém apenas registrando sua vida profissional, como era seu desejo. Em

seguida comenta o evento de o biógrafo não querer expor sua vida pessoal pelo fato de não querer sua intimidade exposta.

Aponta o fato de todos desejarem deixar sua biografia escrita, num tempo em que a intimidade é exposta de modo a parecer perfeita, em um lugar que milhões de pessoas têm acesso e que Reverbal, antes de sua morte, não imaginaria existir. É uma forma de todos escrever sua autobiografia a seu modo, para ser “curtida” e “compartilhada”.

A seguir, temos, no Quadro 9, as anáforas encapsuladoras destacadas na crônica *Vidas editadas*.

Quadro 9 – Referentes e expressões anafóricas encapsuladoras (crônica 3).

Referente	Expressão Anafórica Encapsuladora
<i>Notas biográficas, notícias de jornal, documentos em arquivos, fotografias antigas, testemunhos (l. 7-8)</i>	<i>todos esses elementos (l. 8)</i> <i>nenhum (l. 10)</i>
<i>Notas biográficas, notícias de jornal, documentos em arquivos, fotografias antigas, testemunhos – todos esses elementos são peças importantes na montagem desse quebra-cabeça, mas nenhum conta a história toda sozinho.(l. 7-10)</i>	<i>Disso (l. 11)</i>
<i>dedicou boa parte de sua vida a pesquisar sobre o escritor Simões Lopes Neto (1865–1916), e em mais de quatro décadas nunca ficou muito tempo sem descobrir algum detalhe que abrisse toda uma nova rota de investigação.(l. 11-14)</i>	<i>esse trabalho minucioso e incansável (l. 15)</i>
<i>Como redatora do livro, de vez em quando eu tentava puxar o fio da meada para algum assunto mais pessoal (l. 28-30)</i>	<i>esforço (l. 30)</i>
<i>inconfidência mais picante sobre um personagem conhecido que tinha sido seu amigo (l. 32-33)</i>	<i>Isso (l. 34)</i>
<i>Ninguém gosta de ver sua intimidade exposta, reinterpretada a partir de outra</i>	<i>Disso (l. 38)</i>

Referente	Expressão Anafórica Encapsuladora
<i>perspectiva, mesmo que supostamente neutra. Biografia boa é biografia dos outros – ou então póstuma (l. 36-38)</i>	
<i>todos gostaríamos de deixar ao mundo uma versão caprichada de nós mesmos, escrita com caligrafia impecável em papel bíblia (l. 41-42)</i>	<i>Isso (l. 43)</i>
<i>uma espécie de biblioteca universal das biografias passadas a limpo (l. 46-47)</i>	<i>Um lugar (l. 47)</i>
<i>uma espécie de biblioteca universal das biografias passadas a limpo. Um lugar onde milhões de pessoas podem editar suas vidas para que elas pareçam mais divertidas, mais completas, mais sensatas. Com imagens de viagens maravilhosas, festas superdivertidas e famílias e amores mais que perfeitos. (l. 46-50)</i>	<i>Nossos perfis autorizados (l. 51)</i>
<i>merecedores da oportunidade de biografarmos a nós mesmos da maneira que mais nos agrada (l. 52-53)</i>	<i>o (l. 54)</i>

Fonte: elaborado pela autora.

Os encapsulamentos anafóricos acima destacados e analisados da crônica “Vidas editadas” de Cláudia Laitano reforçam a ideia de que as expressões compostas por pronomes ou por nominalizações com valor axiológico ou neutro tem função resumitiva e servem de elementos coesivos no texto. A escolha da composição dessas anáforas contribui para a organização da crônica e a constituem como gênero caracterizado pela exposição do ponto de vista do autor.

Iniciamos a análise com as seguintes anáforas encapsuladoras: linha 8, *todos esses elementos* e na linha 10, *nenhum* que referem-se a *Notas biográficas, notícias de jornal, documentos em arquivos, fotografias antigas, testemunhos* (l. 7-8). São expressões que resumizam a parte antecedente do texto especificada e servem como recurso coesivo ao que se declara posteriormente. A primeira expressão destacada, *todos esses elementos* (l. 8), por

nominalização, incluem todas as informações anunciadas anteriormente de forma condensada, enquanto que, pela pronominalização, de modo contrário, com o termo *nenhum*, a cronista, pelo resumo, exclui todas as possibilidades. Os dois encapsulamentos, no entanto, contribuem “simultaneamente para fazer lembrar ao ouvinte/leitor o essencial da informação, por meio da síntese de sintagmas” (FIGUEIREDO, 2003, p. 230), trazendo ao foco informações importantes para a progressão textual. Percebemos, nessas anáforas, a dependência de informações antecedentes para a construção de sentido do texto, sendo que sem a recorrência da memória discursiva não é possível fazer a interpretação dos encapsulamentos.

Na sequência, ao analisarmos as anáforas encapsuladoras: *Disso* (l. 11), *isso* (l. 34), *disso* (l. 38), *isso* (l.43) e *o* (l. 54), constatamos que, para compreendê-las, precisamos novamente recorrer à memória discursiva, ou seja, lembrar as informações do texto já inferidas. Portanto, os pronomes demonstrativos, em questão, resumem uma porção textual precedente, não mantendo, por isso, a função única de substituir um referente. Vimos então que, pela escolha realizada pela cronista, possibilita-se resgatar o que já foi dito, pois a seleção do sintagma estabelece uma equivalência da porção anaforizada de modo sintetizado e permite a sequência do texto com nova argumentação. Os pronomes também auxiliam na localização do antecedente a que se referem. Podemos observar, nos casos que destacamos no início desse parágrafo, que com o uso da pronominalização, acontece a dinamização da leitura, visto que se torna possível trazer ao foco novamente informações anteriores, a necessidade de repetição do segmento.

Outras escolhas realizadas para compor as anáforas encapsuladoras dessa crônica mostram a avaliação que o autor faz acerca do que está escrevendo. Por isso, algumas expressões em “Vidas editadas” além de resumir porções antecedentes e organizar a sequência do texto, são, conforme Conte, nomes axiológicos, pois funcionam como “um recurso coesivo e como princípio organizador, e pode ser um meio de manipulação do leitor” (2003, p. 186). Assim, *esse trabalho minucioso e incansável* (l. 15), desvela o parecer da escritora a respeito da dedicação à pesquisa sobre o escritor Simões Lopes Neto, de modo a demonstrar que se trata de uma atividade que demandou tempo, esmero e perseverança. Essa seleção eleva o trabalho de Reverbel aos olhos do leitor de maneira que o leitor perceba a tarefa do biógrafo como imprescindível para, hoje, conhecermos a obra de Simões Lopes Neto. Em outro caso de encapsulamento, o termo *esforço* (l. 30) faz retomar o fato de que a cronista tentava fazer com que Reverbel relatasse sua vida pessoal. A escolha dessa expressão induz o leitor a pensar que a escritora não tinha facilidade em fazer o jornalista falar de sua própria intimidade, fato que reafirma sua vontade de apenas revelar sua vida profissional.

Ainda, na linha 52, *Nossos perfis autorizados* mostram a avaliação que é feita pela autora ao que foi declarado no parágrafo anterior, ou seja, é a denominação que se dá ao fato de as pessoas estarem escrevendo sobre si mesmas e descrevendo a si próprias do modo que julgam mais adequado. Dessa forma, a cronista utiliza o pronome *Nossos* porque se inclui no grupo; *perfis* substitui biografias e aponta a descrição e a índole das pessoas; *autorizados* remete à característica das informações de serem escolhidas pela própria pessoa, veiculadas por ela mesma. Essa anáfora faz transparecer que o que tanto Roverbel quis ocultar, muitos querem mostrar, não como realmente são, mas formatadas de forma a representarem-se do modo mais agradável. Essa interpretação traz ao foco o título da crônica: *Vidas editadas*, demonstrando que as anáforas indiretas, especialmente a encapsuladora, remetem a antecedentes. Essas anáforas analisadas são constituídas de termos de valor e se enquadram na afirmação de Apothéloz, que diz que “as nomeações mostram que os mecanismos da anáfora podem levar muito além da simples retomada de informação e contribuir para os aspectos mais especificamente construtivos do discurso” (2003, p. 73). Isso significa que, a partir dos encapsulamentos, o escritor mostra sua opinião e ainda usa o recurso como estratégia para convencer o leitor sobre aquilo que escreve.

Na linha 47, temos *Um lugar*, que anaforiza uma espécie de biblioteca universal das biografias passadas a limpo (l. 46-47). Esse encapsulamento com valor neutro retoma, com uma expressão nominal, um segmento antecedente do texto e, ao mesmo tempo, serve de elemento coesivo ao que segue. Nesse caso, retoma uma informação, ou seja, realiza uma retrospectiva no texto, servindo de ponto de partida para o desenvolvimento de nova argumentação, ou seja, provocando uma prospecção.

As anáforas encapsuladoras permitem organizar o texto, pois funcionam como elementos coesivos entre suas partes, permitindo sua continuidade. Analisando sua realização na crônica, percebemos sua importância como recurso para o autor expor seu ponto de vista. Como vimos, os encapsulamentos podem ter sentido axiológico, ou seja, orientar o leitor a certa interpretação.

O encapsulamento exige do leitor conhecimentos contextuais que o auxiliem na sua compreensão, por isso ele precisa ultrapassar o domínio linguístico e buscar no conhecimento de mundo e nas experiências do leitor as informações necessárias para construir o sentido.

Também podemos constatar, na análise, a textualidade pelo fator da coerência, uma vez que esse é resultado de toda organização interna no texto e realizado pelos demais critérios e concretizado pelas anáforas, nesse caso, principalmente, pela encapsuladora. Sabemos que há elementos necessários para o entendimento do texto que não estão explícitos,

dessa forma, precisamos ativar nossos conhecimentos e experiências para atribuir sentido. Por isso, a coerência que não se manifesta na sua estrutura pode ser percebida no contexto.

O encapsulamento anafórico, por seu valor axiológico, é o grande responsável por conduzir o sentido a ser construído em um dado texto, visto que sua função não é apenas resumir e referir um antecedente, representam uma grande contribuição para mostrar o ponto de vista do cronista, apontam a direção para a interpretação, testando o conhecimento linguístico, contextual e enciclopédico do o leitor. Nessa perspectiva, trazemos novamente a noção de Mondada e Dubois (2003) os quais afirmam que os objetos de discurso não são pré-elaborados, tão pouco estão prontos, sendo utilizados desse modo, mas são constituídos na atividade linguística e transformados em seu contexto. Podemos assegurar, assim, que as anáforas encapsuladoras, realizadas pelos termos de valor, reafirmam o texto como uma atividade sociocognitivista, na medida em que os meios social, cultural e histórico contribuem e auxiliam na sua elaboração.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa tem como tema o estudo do processo de referenciação, realizado pela anáfora encapsuladora em crônicas de jornal. Para a sua constituição, estabelecemos três questões norteadoras. A primeira afirma a referenciação como uma atividade discursiva que acontece na interação verbal, na qual se fazem escolhas de palavras para constituir certos objetos de discurso. Isso se confirma na teoria pesquisada e na análise, ao observamos que os referentes são construídos na interação, ou seja, são os indivíduos que elaboram seus dizeres com base em suas experiências culturais, sociais e linguísticas.

A segunda questão norteadora é que a categorização acontece com a introdução de novos objetos de discurso ou a partir de um referente já existente, o qual é expandido ou modificado e se sustenta através da sua contextualização, ou seja, quando é possível construir seu sentido e quando há seu compartilhamento entre indivíduos na comunicação. Essa orientação se mantém na análise, pois o leitor realiza a compreensão das novas categorias com base em antecedentes textuais e, principalmente, pelos saberes extratextuais, ou seja, pelo conhecimento adquirido e que compartilha com quem produz o texto.

Por fim, a terceira questão norteadora afirma que pelo encapsulamento anafórico, estabelece-se um novo referente discursivo com base em informações do cotexto ou do contexto e nas crônicas de jornal, há a presença da anáfora encapsuladora, sendo possível construir seu sentido, associando-a ao contexto sociocognitivo. Podemos sustentar essa declaração, pois, nas crônicas de jornal escolhidas para a análise, constatamos a presença das anáforas encapsuladoras e seu sentido foi estabelecido observando critérios linguísticos e contextuais, nos quais se localizam fatores situacionais que devem ser considerados para a interpretação.

Esclarecidas as questões norteadoras, o objetivo geral foi analisar o processo da referenciação, realizado pela anáfora encapsuladora, no gênero textual crônica. Observamos, pelo estudo que realizamos do percurso da Linguística Textual, que o processo referencial não é um simples mecanismo de coesão e coerência que se estabelece entre frases como um recurso linguístico, apenas, e sim, que é, também, resultado da interação sociocognitiva entre os usuários da língua. Assim, constatamos que, pelo recurso do encapsulamento anafórico, analisado nas crônicas de jornal, estabelece-se um novo referente discursivo com base em informações do cotexto ou do contexto e o sentido atribuído a essa anáfora é construído e

reconstruído de acordo com o conhecimento e com a realidade social e cultural dos indivíduos que estão envolvidos no processo de escrita e leitura da crônica.

Para a fundamentação teórica, elegemos, para o primeiro capítulo que trata especialmente da Linguística do Texto, os autores Beaugrande e Dressler (1997), Koch (2009, 2011), Koch e Travaglia (2011), Bentes (2012), Fávero e Koch (2012), Marcuschi (1999, 2008, 2012) e Cavalcante (2010). Para o segundo capítulo, que enfoca a referenciação, o conceito de anáfora e sua classificação, destacando a encapsuladora, selecionamos os autores: Marcuschi (2000, 2001, 2008, 2010), Koch (2009, 2011)), Cavalcante et al. (2010), Mondada e Dubois (2003), Apothéloz (2003), Koch e Elias (2008), Cavalcante (2003, 2010), Milner (2003) e Conte (2003).

Esta pesquisa está estruturada em três partes. A primeira apresentou um percurso da Linguística de Texto desde os anos 1970 até a atualidade. Iniciamos esclarecendo que no princípio as pesquisas linguísticas eram realizadas no limite da frase, as quais seguiram pela gramática de texto até que se chegou ao texto, o qual passou a ser analisado pela perspectiva pragmática, cognitivista e sociocognitivista interacionista. Esse capítulo evidencia a evolução da teoria que estuda, inicialmente, a frase e avança para o texto, abordando aspectos linguísticos e, sobretudo, fatores contextuais, o que enriquece o ensino da língua. Nesse mesmo capítulo, abordamos, ainda, os fatores de textualidade como constituintes do texto que contribuem para a sua estruturação e sua construção de sentido.

No segundo capítulo teórico, já realizada a exposição da evolução histórica da linguística de texto, dentro da perspectiva sociocognitivista interacionista, abordamos a referenciação e os tipos de anáfora, destacando a encapsuladora. A referenciação é apresentada como um processo contínuo pelos aspectos discursivos, pragmáticos, cognitivos e interativos, não podendo ser considerada estática ou imutável, visto que é construída e reconstruída em cada situação cultural e social. Nessa proposta, integra-se a anáfora encapsuladora, principal objeto de estudo desta dissertação. Entendemos que os encapsulamentos são constituídos, não somente pela organização linguística, que são os fatores internos do texto, mas por elementos extralinguísticos, por isso, ao resumirem proposições anteriores, realizam uma operação não apenas baseada no antecedente textual, mas também contextualizada com a situação real do ato da comunicação.

No último capítulo da pesquisa, apresentamos *o corpus* e descrevemos a metodologia com a qual realizamos a análise dos encapsulamentos das crônicas. Nos três textos publicados no jornal *Zero Hora*: “Mulheres assassinadas”, “O encarregado Saboia”, “Vidas editadas”, realizamos um estudo das seleções das anáforas encapsuladoras resumitivas, pronominais,

com valor axiológico e nominalizadoras, sendo possível determinar que os encapsulamentos exercem papel importante na coesão textual, garantindo a progressão pela retomada de referentes. A análise evidenciou que a coerência se estabelece pela relação entre a linguagem, conhecimento e experiências de mundo e pela interação realizada durante a produção e recepção da crônica. Afirmamos, ainda, que a textualidade se mostra como resultado de todos os sete fatores defendidos por Beaugrande e Dressler (1997), o que torna um grupo de frases um texto, organizados com base nos conhecimentos linguísticos, chamados cotextuais e de conhecimentos de mundo, intertextuais. Nesse estudo, devemos destacar que as anáforas encapsuladoras de valor axiológico são muito importantes pela condução de sentido que atribuem ao texto. É através dessas expressões valorativas que aspectos da realidade sociointerativa se mostram. Nesse ponto, as crônicas se revelam como gênero muito interessante para o estudo dos encapsulamentos axiológicos, por se caracterizarem como argumentativas, apresentando o ponto de vista de quem escreve.

Após a realização de toda a pesquisa da teoria e realização da análise dos textos selecionados, podemos relatar algumas dificuldades encontradas, como a constituição do *corpus*, haja vista que nem todos os gêneros textuais apresentam as anáforas. Assim, tendo escolhido a crônica, também foi difícil delimitar exatamente os encapsulamentos anafóricos, diferenciando-os das demais anáforas que também estão no texto. Quanto ao material para pesquisa, percebemos que, embora haja um número razoável de publicações sobre a teoria em questão, não há a sua ampla disposição nas bibliotecas em que buscamos acessá-las. Também alguns títulos buscados estão com a edição esgotada, não sendo possível encontrá-los em livrarias, o que acarretou a inacessibilidade a alguns textos publicados.

Por outro lado, as crônicas se mostraram um material com grande riqueza de linguagem para pesquisa, permitindo fazer uma análise satisfatoriamente esclarecedora da teoria pesquisada. Ainda, há um vasto material *online* (via eletrônica) para leitura, como artigos acadêmicos, os quais se tornaram grandes aliados para enriquecer a dissertação.

Esta pesquisa justificou-se, antes de tudo, pelo fato de que, conhecer a trajetória da Linguística de Texto, bem como estudar o mecanismo da referenciação, mais especificamente da anáfora encapsuladora na perspectiva do sociocognitivismo interacionista, é indispensável para nós professores de língua portuguesa, no intuito de realizarmos um trabalho, na educação básica e no ensino médio, que desenvolva plenamente a competência da leitura e da produção textual. Com essa proposta, torna-se possível melhorar o nosso trabalho com o texto em sala de aula, pois se argumentou em favor de um modo diferente do método tradicional de abordá-lo, o que, conseqüentemente, encaminha o trabalho para uma forma mais abrangente e atrativa

para os alunos. Com todo esse aparato, certamente a abordagem do texto, especialmente da crônica, não será mais da mesma forma que vinha sendo realizada, porque, depois da escrita desta dissertação há mais subsídios e, certamente, um maior aporte teórico para o desenvolvimento das aulas, de modo que os alunos se tornem leitores e escritores mais hábeis.

Finalizada esta dissertação, o desafio que permanece é a prática de aulas de Língua Portuguesa que ajudem os alunos a utilizar a linguagem como uma ferramenta que os tornem sujeitos na construção de seu conhecimento e os auxiliem na interação com o outro. As atividades que vinham sendo desenvolvidas visavam apenas transmissão ou reprodução de conhecimento, por isso, sob o olhar da Linguística de Texto sociocognitiva interacionista, buscamos um novo tratamento para o texto que implica nas relações humanas e sociais em conjunto com a linguística.

Evidentemente, não exaurimos, neste trabalho, a busca por um modo mais eficiente para trabalharmos texto. A noção do percurso da Linguística de Texto e o conhecimento da anáfora encapsuladora abrem possibilidades de visualizar o ensino do texto em uma proposta ampliada, mais real, com base contextual. É através do estudo permanente, da produção e da análise nos mais diferentes gêneros que podemos aperfeiçoar o ensino da nossa língua.

REFERÊNCIAS

- APOTHÉLOZ, Denis. Papel e funcionamento da anáfora na dinâmica textual. In: CAVALCANTE, Mônica Magalhães; RODRIGUES, Bernardete Biasi; CIULLA, Alena (Orgs.). *Referenciação*. Clássicos da lingüística 1. São Paulo: Contexto, 2003. p. 53-84.
- BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2011.
- BEAUGRANDE, Robert-ALain de; DRESSLER, Wolfgang Ulrich. *Introducción a la lingüística del texto*. Barcelona: Ariel, 1997.
- BENTES, Anna Christina. Linguística textual. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (Orgs.). *Introdução à linguística, domínios e fronteiras*. São Paulo: Cortez, 2012. v. 1. p. 261-301.
- CARPINEJAR, Fabrício. Fabrício de Katy. *Zero Hora*, Porto Alegre, ano 50, n. 17.566, p. 2, 12 nov. 2013.
- _____. As mentirinhas perversas. *Zero Hora*, Porto Alegre, ano 50, n. 17.571, p. 6, 17 nov. 2013. Caderno Donna ZH.
- _____. Não é amor. *Zero Hora*, Porto Alegre, ano 50, n. 17.614, p. 2, 31 dez. 2013/1º jan. 2014.
- CAVALCANTE, Mônica Magalhães. O demonstrativo e seus usos. *Perspectiva*, Florianópolis, v. 20, n. 1, p. 157-181, jan./jun. 2002. Disponível em: <http://www.perspectiva.ufsc.br/perspectiva_2002_01/29_texto_cavalcanti.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2014.
- _____. Expressões referenciais: uma proposta classificatória. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, Campinas, n. 44, jan./jun. 2003. Disponível em: <<http://www.iel.unicamp.br/revista/index.php/cel/article/view/1701/1284>>. Acesso em: 17 ago. 2013.
- _____. Anáfora e dêixis: quando as retas se encontram. In: KOCH, Ingedore Villaça; MORATO, Edwiges Maria; BENTES, Anna Christina (Orgs.). *Referenciação e Discurso*. São Paulo: Contexto, 2010. p. 125-150.
- CAVALCANTE, Mônica Magalhães et al. Dimensões textuais nas perspectivas sociocognitiva e interacional. In: BENTES, Anna Christina; LEITE, Marli Quadros (Orgs.). *Linguística de texto e análise da conversação: panorama das pesquisas no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2010. p. 225-265.
- COIMBRA, David. Café da tarde. *Zero Hora*, Porto Alegre, ano 50, n. 17.555, p. 2, 1º nov. 2013.
- CONTE, Maria-Elisabeth. Encapsulamento anafórico. In: CAVALCANTE, Mônica Magalhães; RODRIGUES, Bernardete Biasi; CIULLA, Alena (Orgs.). *Referenciação*. Clássicos da lingüística 1. São Paulo: Contexto, 2003. p. 177-190.

CORSO, Diana Lichtenstein. Mulheres assassinadas. *Zero Hora*, Porto Alegre, ano 50, n. 17.578, p. 11, 24 nov. 2013.

CORTEZ, Suzana Leite. Referenciação e ponto de vista: constituição de instâncias discursivas para orientação argumentativa na crônica de ficção. In: KOCH, Ingedore Villaça; MORATO, Edwiges Maria; BENTES, Anna Christina (Orgs.). *Referenciação e discurso*. São Paulo: Contexto, 2010. p. 317-338.

CRUZ, Fernanda Miranda da. A construção da referência em uma situação interlocutiva entre sujeitos afásicos e não-afásicos. In: KOCH, Ingedore Villaça; MORATO, Edwiges Maria; BENTES, Anna Christina (Orgs.). *Referenciação e discurso*. São Paulo: Contexto, 2010. p. 293-316.

DIAS, Luciana C. Ferreira. Linguística textual e a análise do discurso: (em)bates e (de)bates de visões. *Revista Eletrônica de Divulgação Científica em Língua Portuguesa, Lingüística e Literatura Letra Magna*, ano 4, n. 7, p. 1-20, 2 sem. 2007. Disponível em: <<http://www.letramagna.com>>. Acesso em: 9 nov. 2012.

DUTRA, Lenise Ribeiro; COELHO, Marcos Antônio Pereira; CAMPOS, Eleonora Teixeira. Crônica: nos limites da literatura. In: CNLF, 16, 2012, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: CiFEfiL, 2012. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/xvi_cnlf/tomo_3/189_B.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2013.

FÁVERO, Leonor Lopes; KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. *Linguística textual: introdução*. São Paulo: Cortez, 2012.

FERREIRA, Letícia Cristina Vieira. *Anáfora: mecanismo coesivo de referenciação textual*. 2011. Monografia (Especialização em Gramática e Ensino de Língua Portuguesa) - Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/60695>>. Acesso em: 5 ago. 2013.

FIGUEIREDO, Olívia Maria. *A anáfora nominal em textos de alunos: a língua no discurso*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2003.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. *Introdução à linguística textual: trajetória e grandes temas*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

_____. Referenciação e orientação argumentativa. In: KOCH, Ingedore Villaça; MORATO, Edwiges Maria; BENTES, Anna Christina (Orgs.). *Referenciação e discurso*. São Paulo: Contexto, 2010. p. 33-52.

_____. *Desvendando os segredos do texto*. São Paulo: Cortez, 2011.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça; ELIAS, Vanda Maria. *Ler e compreender: os sentidos do texto*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça; MARCUSCHI, Luiz Antônio. Processos de referenciação na produção discursiva. *DELTA*, v. 14, n. especial, p. 169-190, 1998.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *Texto e coerência*. São Paulo: Cortez, 2011.

LAITANO, Cláudia. Vidas editadas. *Zero Hora*, Porto Alegre, ano 50, n. 17.543, p. 2, 19 out. 2013.

LIMA, Elaine Azambuja de. O narrador da crônica reinaldiana. *Revista Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 37, n. 2, p. 139-143, 2001. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fale/article/view/14391/9574>> . Acesso em: 5 ago. 2013.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Aspectos linguísticos, sociais e cognitivos na produção de sentido. *Revista do GELNE*, v. 1, n. 1, p. 1-9, 1999. Disponível em: <http://www.gelne.ufc.br/revista_ano1_no1_01.pdf>. Acesso em: 20 out. 2013.

_____. Referenciação e progressão tópica: aspectos cognitivos e textuais. *Revista do GELNE*, v. 2, n. 2, p. 1-11, 2000. Disponível em: <http://www.gelne.ufc.br/revista_ano2_no2_12.pdf> . Acesso em: 21 nov. 2013.

_____. Referenciação e cognição: o caso da anáfora sem antecedente. In: PRETI, Dino (Org.). *Fala e escrita em questão*. São Paulo: Humanistas/FFLCH/USP, 2001. p. 191-240.

_____. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, Ângela Paiva (Org.). *Gêneros textuais & ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002. p. 19-36.

_____. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola, 2008.

_____. Anáfora indireta: o barco textual e suas âncoras. In: KOCH, Ingedore Villaça; MORATO, Edwiges Maria; BENTES, Anna Christina (Orgs.). *Referenciação e discurso*. São Paulo: Contexto, 2010. p. 53-102.

_____. *Linguística de texto: o que é e como se faz?* São Paulo: Parábola, 2012.

MEDEIROS, Martha. Tão óbvio. *Zero Hora*, Porto Alegre, ano 50, n. 17.529, p. 30, 6 out. 2013. Caderno Donna ZH.

_____. As balas da infância. *Zero Hora*, Porto Alegre, ano 50, n. 17.536, p. 30, 13 out. 2013. Caderno Donna ZH.

_____. A juventude da maturidade. *Zero Hora*, Porto Alegre, ano 50, n. 17.564, p. 34, 10 nov. 2013. Caderno Donna ZH.

_____. De onde vem a nossa dor. *Zero Hora*, Porto Alegre, ano 50, n. 17.578, p. 34, 24 nov. 2013. Caderno Donna ZH.

MILNER, Jean-Claude. Reflexões sobre a referência e a correferência. In: CAVALCANTE, Mônica Magalhães; RODRIGUES, Bernardete Biasi; CIULLA, Alena (Orgs.). *Referenciação. Clássicos da lingüística 1*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 85-130.

MONDADA, Lorenza; DUBOIS, Danièle. Construção dos objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação. In: CAVALCANTE, Mônica Magalhães; RODRIGUES, Bernardete Biasi; CIULLA, Alena (Orgs.). *Referenciação. Clássicos da lingüística 1*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 17-52.

MOTTA-ROTH, Désirée. Questões de metodologia em análise de gêneros. In: KARWOSKI, Acir Mário; GAYDECZKA, Beatriz; BRITO, Karim Siebeneicher (Orgs.). *Gêneros textuais: reflexões e ensino*. Palmas e União da Vitória, PR: Kaygangue, 2005. p. 179-202.

SANTOS, Leonor Werneck dos; LEAL, Christiana Lourenço. Referenciação e leitura em textos escritos de alunos surdos. In: CAVALCANTE, Mônica Magalhães; LIMA, Silvana Maria Calixto de. *Referenciação: teoria e prática*. São Paulo: Cortez, 2013. p. 160-180.

SCHÜLER, Luis Fernando. O encarregado Saboia. *Zero Hora*, Porto Alegre, ano 50, n. 17.494, p. 15, 1º set 2013.

TERRA, Ernani. *Curso prático de gramática*. São Paulo: Scipione, 1993.

VERISSIMO, Luis Fernando. Olé! *Zero Hora*, Porto Alegre, ano 50, n. 17.598, p. 4, 15 dez. 2013. Caderno Donna ZH.